



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Hugo João Mota Santos

APRENDER O SEXO ANTES DE O FAZER
OS JOVENS E O CONFESSONÁRIO PORNOGRÁFICO

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do Mestrado de Sociologia orientada pela
Professora Doutora Sílvia Portugal e apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra

Junho de 2022

*Que o medo de errar
nunca nos impeça de pensar.*

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	ii
LISTA DE SÍMBOLOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO	1
1. PODER, CONFISSÃO E SEXO	11
1.1 O dispositivo repressivo do sexo	11
1.2 O dispositivo confessional	15
1.2.1 A confissão clerical	18
1.2.2 O reposicionamento da confissão	21
1.2.3 O poder, a confissão e a produção de verdade	24
2. O CONFESSONÁRIO PORNOGRÁFICO	30
2.1 A pornografia como confissão	33
2.2 A subjetividade do confessionário pornográfico	41
3. JOVENS, PORNOGRAFIA E SEXO	56
3.1 O lugar confessional da pornografia	57
3.2 O confessionário e a subjetividade	76
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

AGRADECIMENTOS

É impossível conjeturar qualquer tipo de agradecimento que não principie pela Professora Doutora Sílvia Portugal. Beneficiar de toda a sua sabedoria e generosidade foi um privilégio incomensurável. A amizade, acessibilidade, confiança e respeito pelas minhas ideias serão eternamente guardados no meu coração. Anseio pelo dia em que lhe consiga retribuir (com juros) tudo o que me ajudou.

O segundo agradecimento é endereçado a todos os rapazes com quem conversei. Numa esplanada ou do outro lado do ecrã, a disponibilidade e o desejo de me ajudar foram marcantes. Sem o seu contributo, esta dissertação não seria possível. Aproveito, ainda, para agradecer a todos os que, impossibilitados de participar na investigação, convenceram amigos e familiares a entrar em contacto comigo. A todos eles, a certeza de que, independentemente de onde estejamos, terão em mim sempre um amigo.

Por último, aos mais importantes: Paula, Fernando, Lurdes e Mia. Tudo o que de bom sou é reflexo de vós. Obrigado por todo o amor, por me guiarem continuamente e por criarem bases para que eu possa lutar pelos meus sonhos.

LISTA DE SÍMBOLOS

APA – *American Psychological Association*

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EUA – Estados Unidos da América

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

UN – *United Nations*

RESUMO

A acessibilidade da pornografia, potenciada pela difusão das tecnologias digitais, tornou-a numa experiência normativa entre os jovens. Deste modo, urge compreender como se relacionam com ela.

Se, nas últimas décadas, a literatura académica tem versado sobre as consequências benéficas ou lesivas do consumo de pornografia, a presente pesquisa, ancorada no pensamento foucaultiano, avalia o modo como a pornografia opera na construção do dispositivo contemporâneo de sexualidade e, especificamente, na sua ação entre os jovens do sexo masculino.

A dissertação discute a relação tripla entre poder e saber, poder e sexo, e verdade e sexo, para evidenciar a importância da confissão na regulação das sociedades ocidentais. Esta discussão permite defender a ideia da pornografia enquanto entidade confessional. São debatidos os seus mecanismos de controlo e domesticação da população e demonstra-se a relevância da subjetividade nas dinâmicas confessionais contemporâneas.

A análise desenvolvida pretende ser um contributo para o debate não tanto da pornografia *per se*, mas do dispositivo do qual ela faz parte; pretende olhar para o consumo de pornografia não somente como resposta à procura de conteúdo obsceno ou libidinoso, mas como efeito de um dispositivo sexual insuficiente para esclarecer todas as dúvidas dos jovens; pretende alertar para o facto de que, enquanto visualizadores, os potenciais perigos não residirão necessariamente na pornografia, mas na insuficiência de meios que a complementam, contrastam e fomentam o espírito crítico em relação ao seu uso. Entrevistaram-se 25 jovens universitários do sexo masculino sobre o seu consumo de pornografia e a construção da sua sexualidade, com o intuito de elaborar uma dissertação não apenas sobre a pornografia, mas também como uma porta de entrada para a discussão acerca das carências no âmbito da educação sexual.

Palavras-chave:

Pornografia; Sexualidade; Confissão; Subjetividade

ABSTRACT

The accessibility of pornography, enhanced by the diffusion of digital technologies, has made its consumption a normative experience among young people. Thus, it is urgent to understand how they relate to it.

In recent decades the academic literature has addressed the beneficial or harmful consequences of pornography consumption. This dissertation, based on Foucault's thought, evaluates the way pornography operates in the construction of the contemporary device of sexuality and, specifically, in its action among young men.

The dissertation discusses the triple relationship between power and knowledge, power and sex, and truth and sex, to highlight the importance of confession in the regulation of Western societies. This discussion allows the defence of the idea of pornography as a confessional entity. Its mechanisms of control and domestication of the population are discussed and the relevance of subjectivity in contemporary confessional dynamics is demonstrated.

The analysis developed is intended to be a contribution to the debate not so much on pornography *per se*, but on the device of which it is a part; intends to look at the consumption of pornography not only as a response to the demand for obscene or libidinous content, but as an effect of an insufficient sexual device to clarify all the doubts of young people; intends to alert to the fact that, as viewers, the potential dangers are not necessarily allocated in pornography, but in the insufficiency of mechanisms that complement, contrast and encourage a critical spirit in relation to its use. Twenty-five male university students were interviewed about their consumption of pornography and the construction of their sexuality, with the aim of preparing a dissertation not only about pornography, but also as a gateway to the discussion about the shortcomings in the field of sex education.

Keywords:

Pornography; Sexuality; Confession; Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a pornografia posicionou-se como um elemento relevante da cultura juvenil (McNair, 2002; Hardy, 2004; Paul, 2005; Peter e Valkenburg, 2007; Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010). A acessibilidade e anonimato foram condições vitais para a sua ampla difusão (Cooper et al., 2004; Daneback et al., 2012) – os jovens passaram a encontrar, consumir, criar e distribuir conteúdo pornográfico (Lo e Wei, 2005; Häggström-Nordin et al., 2006; Flood, 2007; Wolak, et al., 2007) a um ritmo sem precedentes (Coopersmith, 2006) – e a sua exploração, mais do que um aglomerado de acontecimentos pontuais e frívolos, tornou-se numa experiência normativa entre jovens que seguem trajetórias tradicionais de desenvolvimento em relação à curiosidade sexual (Ybarra e Mitchell, 2005; Sabina et al., 2008; Svedin et al., 2011; Owens et al., 2012).

O incremento do uso de conteúdo pornográfico tem sido fonte de desconforto generalizado, sendo catalogado como um risco para o bem-estar da população e para o seu desenvolvimento sexual (Flood, 2009; McKee, 2010). Multiplicaram-se as indagações sobre os seus efeitos indesejáveis (Attwood, 2005; Dombrowski et al., 2007; Watson e Smith, 2012; Davis, 2012; Mattebo et al., 2013), nomeadamente em relação às repercussões na «saúde sexual¹» dos utilizadores (Braun-Courville e Rojas, 2009; Peter e Valkenburg, 2006, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b; Wright, 2011, 2013), e, embora os processos de teorização e de investigação empírica ainda não tenham sido capazes de produzir uma conclusão definitiva sobre a nocividade da pornografia (Hardy, 2004), uma conclusão é transversal a toda a literatura: através da observação de pornografia, os jovens adquirem convicções e aprendem comportamentos e dinâmicas sexuais (Häggström-Nordin et al., 2006; Peter e Valkenburg, 2008b; Alexy et al., 2009; Häggström-Nordin et al., 2009; Hunter et al., 2009).

Os jovens, motivados pela falta de respostas de outros mecanismos educativos, compreendem a pornografia como fonte de conhecimento (Tjaden, 1988; Allen, 2006; McKee, 2007; Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010; Vogels e O'Sullivan,

¹ Conceito que pode ser entendido como a interligação entre bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade (Hare et al., 2014).

2018). Assim, a imersão no mundo pornográfico traduz-se na oportunidade para aceder a ilustrações detalhadas de genitália ou de corpos envolvidos em atos sexuais (Kapsalis, 1996; Kubicek et al., 2010) e a instruções sobre como iniciar e executar tipos específicos de sexo (Ingham, 2005; Allen, 2006; Carmody, 2009; Hare et al., 2015). Os atores são encarados como modelos confiáveis para aprender as especificidades do comportamento sexual (Vogels e O’Sullivan, 2018) – o que se poderá repercutir na aceitação (ou reforço) das normas sociais subjacentes às dinâmicas e condutas pornográficas, propiciando a sua adoção e perpetuação (Cialdini, 2001; Vogels e O’Sullivan, 2018).

Entendendo este potencial formativo, um corpo alargado de investigadores tem, nos últimos anos, estabelecido ligações entre o consumo de pornografia e a violência sexual (Hald e Malamuth, 2015; Wright e Tokunaga, 2016), atitudes degradantes em relação às mulheres (Mulac et al., 2002; Bridges et al., 2010), assédio (Brown e L’Engle, 2009) e deterioração da satisfação no relacionamento amoroso (Štulhofer et al., 2010; Harper e Hodgins, 2016; Wéry e Billieux, 2016; Willoughby et al., 2016); tem associado a pornografia à erotização da desigualdade em relação ao género (Crabbe e Corlett, 2010; Brown e L’Engle, 2009) e à distorção dos conceitos de corporeidade e autorrepresentação (Albury, 2014); tem colecionado testemunhos que atestam a influência negativa do consumo de pornografia nas suas vidas (Mitchell et al., 2005; Mitchell e Wells, 2007); tem, enfim, associado o consumo de pornografia a uma multiplicidade de consequências nefastas (Vogels e O’Sullivan, 2018).

Desejoso de desafiar este conjunto de assunções negativas, imbuído na paixão do pensamento rebelde, a pornografia rapidamente se posicionou como um aliciante objeto de estudo. Estudá-la tornou-se, para mim, um repto sedutor. Era sinónimo de coragem. De transgressão. De prazer por ludibriar e testar os limites do moral e do imoral. Estudá-la significava combater uma sociedade amorfa, embaraçada e incapaz de falar sobre sexo; uma sociedade repleta de complexos e inquietantemente passiva perante rígidas imposições sociais de decência.

Obstinado em juntar-me a um corpo académico crescente, ainda que minoritário, que propala as vantagens² da pornografia, propus-me a questão de partida que concebia como mais propensa a discórdia: que papel é que o consumo de pornografia desempenha na educação sexual dos jovens?

Foi mediante estes pressupostos que iniciei o meu trajeto de investigação. Provar e explicar a multiplicidade de benefícios que advinham da pornografia seria, então, o pináculo da minha jornada de insubordinação.

Para o conseguir, duas premissas revelavam-se como incontornáveis: a explicitação da capacidade dos jovens em distinguir o que é constitutivo do reino fantasioso da pornografia e o que deve ser imitado e reproduzido na vida real (Cooper et al., 1999; Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010); e o desmantelamento da interligação entre a exposição a conteúdo pornográfico e a reprodução de condutas impróprias (Ybarra e Mitchell, 2005).

Com as condições iniciais definidas, entusiasmado com a possibilidade de explorar o campo, deparo-me com a obra de Michel Foucault. E tudo mudou. Ou quase tudo. Constate-se de imediato o que será óbvio após a leitura das primeiras páginas: esta dissertação está ancorada no pensamento de Foucault. E porquê Foucault? A razão será simples de explicar. Não poderei negar que a natureza disruptiva das suas perspetivas foi, em primeira instância, chamativa e intrigante. Mas a utilização de uma lupa foucaultiana assumiu-se como impreterível pela perceção do eco que os seus princípios tinham em mim e no meu sistema de valores. Deste modo, dois elementos constituíram-se como decisivamente impactantes e, *a posteriori*, fundamentais para reestruturar a minha maneira de pensar e interpretar a pornografia, e, de modo sequencial, o trajeto que pretendia para esta dissertação. O primeiro deles corporifica-se como uma das premissas bases da obra de Foucault, onde se verifica uma rejeição categórica da conceção de um poder castrador, autoritário e de sentido único; o segundo consubstancia-se na ideia precursora do primeiro volume da

² Nos últimos anos, a pornografia tem sido também catalogada como uma fonte de novas ideias, um catalisador de satisfação individual e conjugal, um mecanismo seguro para a exploração do próprio corpo e de curiosidades e fantasias que, de outra forma, poderiam ser desviantes ou perigosas, e como um meio para abrir canais de comunicação entre parceiros sexuais (Thompson et al., 1990; Newman, 1997; Paul e Shin, 2008; Kubicek et al., 2010; Weinberg et al., 2010; Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010; Grov et al., 2011; Watson e Smith, 2012; Daneback et al., 2013).

História da Sexualidade, A Vontade de Saber, que explana a ideia infundada de uma suposta repressão sobre o sexo.

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre parceiros, individuais ou coletivos; é uma maneira pela qual certas ações modificam outras. O que quer dizer, é claro, que algo chamado Poder, com ou sem letra maiúscula, que se supõe existir universalmente de forma concentrada ou difusa, não existe. O poder só existe quando é posto em ação, ainda que, é claro, esteja integrado em um campo díspar de possibilidades que se exercem sobre estruturas permanentes (Foucault, 1982: 788).

Trata-se, em suma, de interrogar o caso de uma sociedade que há mais de um século se fustiga ruidosamente pela sua hipocrisia, fala prolixamente do seu próprio silêncio, se obstina em pormenorizar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fizeram funcionar. [...] A questão que gostaria de pôr não é a de saber porque é que somos reprimidos, mas porque é que dizemos, com tanta paixão, com tanto rancor contra o nosso passado mais próximo, contra o nosso presente e contra nós próprios, que somos reprimidos. Por que espiral chegámos ao ponto de afirmar que o sexo é negado, de mostrar ostensivamente que o escondemos, de dizer que o calamos – e isto formulando-o em palavras explícitas, procurando mostrá-lo na sua realidade mais nua, afirmando-o na positividade do seu poder e dos seus efeitos? (Foucault, 1994a: 14)

Infere-se imediatamente a impossibilidade da coexistência dos objetivos iniciais para a dissertação e a incorporação e defesa destas concepções foucaultianas. Se o poder não atua tiranamente, a luta por uma qualquer libertação desse poder deixa de se colocar; se, enquanto sociedade, estabelecemos uma relação mais próxima do que supunha com a sexualidade, a concepção do sujeito como rebelde e anarquista por falar sobre pornografia também se configura como desprovida de significado.

Deparamo-nos, por conseguinte, com uma dissertação diametralmente distinta da que foi inicialmente projetada. As minhas convicções alteraram-se, a maneira como critico a pornografia e o mundo também e, embora o desejo de a compreender se mantivesse intacto, havia que reformular os alicerces conceptuais da investigação.

Este estudo parte, então, de uma inquietação: qual o modo como opera a pornografia na construção do dispositivo da sexualidade? Assim, mais do que uma posição sobre os seus benefícios ou malefícios, a análise que aqui desenvolvo pretende ser um contributo para o debate não tanto da pornografia *per se*, mas do dispositivo³

³ O conceito foucaultiano de «dispositivo», utilizado nesta dissertação, é entendido como “um conjunto decididamente heterogéneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetónicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 1979: 244).

do qual ela faz parte; pretende olhar para o consumo de pornografia não somente como resposta à procura de conteúdo obsceno ou libidinoso, mas como efeito de um dispositivo sexual certamente insuficiente para esclarecer todas as dúvidas dos jovens; pretende, finalmente, alertar para o facto de que, enquanto visualizadores, os potenciais perigos não residirão necessariamente na pornografia, mas na insuficiência de meios que a complementam, contrastam e fomentam o espírito crítico em relação ao seu uso. Em suma, apesar de se tratar de uma dissertação sobre pornografia, é – espero eu – mais uma porta de entrada para que possamos continuar a discutir as carências no âmbito da educação sexual.

A postura metodológica da investigação prima pelo recurso a inferências abduativas. A abdução, numa sequenciação distinta à da dedução e indução, começa pela observação de um fenómeno, que ganha sentido à luz de uma explicação hipotética (Portugal, 2006: 134). É o processo que traduz uma relação dialética entre teoria e dados: nem a teoria é uma coleção de dados agregados, nem os dados são uma materialização dos princípios teóricos conhecidos; a teoria fornece padrões de inteligibilidade dos dados, os dados desafiam a sistematização e a construção de explicações (Ibid.: 135). Para Peirce, a abdução é “esse singular instinto de suposição, ou de inclinação para cogitar uma hipótese” (Eco, 1991: 19); “é o processo de formação de uma hipótese explicativa. *É a única operação lógica que introduz novas ideias*; pois a indução nada mais faz senão determinar o seu valor, e a dedução apenas desenvolve as consequências necessárias de uma pura hipótese” (apud Carrilho, 1989: 91, itálico do autor, apud Portugal, 2006: 134).

Ancorada na obra de Foucault, a pesquisa assume duas hipóteses principais. Uma delas caracteriza a pornografia como confessionário contemporâneo, regulando sexualmente a população e assumindo, portanto, a função das instituições religiosas e médicas dos séculos XVII, XVIII e XIX. A outra defende que ao contrário dos confessionários anteriores, que proclamavam modelos prescritivos, é através da subjetividade dos indivíduos que as mensagens são interpretadas e incorporadas na *praxis*.

A investigação estrutura-se em torno de três dimensões analíticas: a pornografia como entidade confessional; a importância da subjetividade como decodificadora das mensagens pornográficas; e, por fim, a existência de um inconsciente

pornográfico, construído na dialética entre individual e coletivo, representações e práticas, consumidores e não-consumidores de pornografia. Estas três dimensões não são independentes; elas respondem-se e reforçam-se mutuamente. O posicionamento da pornografia como confessional avalia-se ambivalentemente: se, por um lado, esse posicionamento é consequência do seu consumo massificado, por outro, constitui mais um incentivo para que seja consumida. A partir do momento em que é consumida, os indivíduos interpretam-na mediante processos subjetivos. E esta subjetividade, por sua vez, gera um «inconsciente pornográfico». O «inconsciente pornográfico» é um ideário referencial sobre o modo de agir sexualmente, que influencia o pensamento e a *praxis* individual e coletiva. O seu efeito coletivo extravasa o universo de consumidores de pornografia, impondo preceitos comportamentais a toda a comunidade, como consequência das interações sexuais entre consumidores e não-consumidores. Desta maneira, são reforçados o papel da pornografia como produtora de verdade – visto que a *praxis* sexual se aproxima conceptualmente das condutas pornográficas – e o seu posicionamento enquanto entidade confessional.

Todo este dispositivo está ancorado na necessidade em “aprender o sexo” – sintomática da época moderna e de uma sociedade normalizadora que regula os comportamentos coletivos e individuais. Através do controlo e do poder sobre os corpos e a vida privada, as populações são domesticadas e continuamente elucidadas sobre o que fazer e como fazer – é neste contexto que a pornografia é aqui discutida.

A análise desenvolve-se mediante a prossecução de três objetivos: em primeiro lugar, evidenciar a importância que os confessionários historicamente têm na regulação das sociedades ocidentais, explicitando a sua atuação; em segundo lugar, demonstrar como é que a pornografia é uma mutação contemporânea dos confessionários dos séculos passados e quais as especificidades da relação que os jovens estabelecem com ela; em terceiro lugar, entender as consequências da acessibilidade de conteúdo pornográfico, descortinando a construção social de um «inconsciente pornográfico».

A dissertação não se consubstancia apenas num estudo empírico – ela parte de uma base teórica foucaultiana para testar elementos analíticos e empíricos.

Do ponto de vista empírico, e dada a natureza do tema, a abordagem qualitativa desenhou-se como a única opção viável. Tal como Bragg e Buckingham (2002: 7) argumentam, embora os inquéritos forneçam um retrato útil da opinião pública, verificam-se limitações pela natureza “fechada” das perguntas, dissipando as ambivalências, incertezas e inconsistências do/a entrevistado/a. A pesquisa qualitativa fornece informações mais ricas e detalhadas – sendo, por isso, mais adequada no processo de captar a complexidade de significados que a sexualidade acarreta, assim como a importância do contexto na construção desses mesmos significados (Attwood, 2005). Através de um método qualitativo, os objetos são representados na sua totalidade, não sendo reduzidos a meras variáveis (Coutinho, 2015; Flick, 2009). A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem se socorre da interpretação estatística na análise dos dados; ela parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve, e envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contacto direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenómenos segundo a perspectiva dos entrevistados (Godoy, 1995).

Assim, e devido à projeção de alguma inibição ou constrangimento social por falar do consumo de pornografia (Buckingham e Bragg, 2003), optei por implementar como recurso exclusivo para a recolha de dados a entrevista semiestruturada – caracterizada pela flexibilidade na ordem e na forma como os temas são introduzidos e moldados ao longo da interação entrevistador-entrevistado, apesar do entrevistador ter presente todos os temas e tópicos a abordar (Ghiglione e Matalon, 1992).

As entrevistas foram efetuadas a vinte e cinco jovens portugueses (idades compreendidas entre os dezoito e os vinte e seis anos), de sexo masculino, heterossexuais e estudantes do Ensino Superior. Apesar da maioria se ter realizado presencialmente⁴, oito entrevistas foram conduzidas através da plataforma Zoom, devido a condicionantes geográficas e/ou relacionadas com a pandemia de COVID-19. A diversidade geográfica da proveniência dos entrevistados resultou do modo pelo

⁴ As entrevistas foram realizadas em jardins ou esplanadas da cidade de Coimbra, consoante a preferência de cada entrevistado.

qual enderecei o convite⁵ a potenciais interessados: ao ter utilizado o meu projeto *online* nas redes sociais, o *Domina o Caos*⁶, jovens das mais variadas localizações geográficas tiveram acesso a esse meu pedido. Porém, nem todos os entrevistados vieram diretamente da base de seguidores do projeto supracitado: alguns jovens, dada a sua impossibilidade de participar no estudo (nomeadamente por não serem do sexo masculino) ou dada a sua vontade em cooperar e permitir que esta investigação fosse possível, partilharam o meu pedido com amigos, colegas e familiares. Independentemente da proveniência dos entrevistados, nenhum indivíduo tinha qualquer elo comigo ou conhecia as minhas ideias sobre o tema em estudo.

A definição da amostra usou diversos fatores. Em primeiro lugar, a delimitação quanto às habilitações académicas deveu-se a uma questão pragmática de acesso ao campo, visto que a generalidade dos seguidores do *Domina o Caos* são estudantes universitários e que, residindo e estudando em Coimbra, este público era mais acessível. De modo complementar, interessava-me avaliar a convergência entre, por um lado, indivíduos com facilidade de acesso à informação e inseridos num ambiente que presumivelmente estimula o pensamento crítico e, por outro, um corpo social jovem, destro no manuseamento das novas tecnologias de informação, e íntimo com o mundo pornográfico (Cotten e Gupta, 2004; Ševčíková e Daneback, 2014). A imposição no âmbito da orientação sexual revelou-se imperativa mediante o meu interesse acerca das relações entre homens e mulheres e as representações sobre violência, submissão e prazer. A única dificuldade na definição do objeto de estudo consistiu na escolha entre a investigação da pornografia sob a perspetiva

⁵ O convite foi efetuado por vídeo, via *Instagram*, e dizia o seguinte: “Rapazes, preciso da vossa ajuda! Como eventualmente saberão, estou a acabar o meu mestrado em Sociologia e, para a minha dissertação, propus-me estudar pornografia. Portanto, peço-vos a vocês, malta que vê pornografia e que gostava de me ajudar, que entre em contacto comigo para marcarmos uma entrevista, pode ser? Podem responder a estas *stories*, ou podem mandar mensagem a qualquer momento. E agradeço imenso desde já, mas ouçam até ao fim. Antes de fazerem o que quer que seja, preciso que prestem muita atenção. Há três grandes condições para poderem participar. Primeiro, têm de ser rapazes. Segundo, têm de ser heterossexuais. Terceiro, têm de ser estudantes do Ensino Superior. E só cumprindo estas três condições é que são elegíveis para participar, ok? Desde já, agradeço imenso a todos os que estiverem disponíveis. Penso que é óbvio, mas nunca será demais relembrar: o vosso anonimato estará sempre absolutamente garantido e os nomes no trabalho final serão todos alterados, portanto nunca ninguém saberá o que vocês disseram. Encontramo-nos, falamos sobre as vossas ideias e a vossa experiência com a pornografia, tudo sem pressões e sem quaisquer julgamentos morais. Conto convosco? Muito obrigado!”

⁶ O *Domina o Caos*, fundado após ter sido diagnosticado com depressão, é um projeto sobre saúde mental que, inicialmente e através de um documentário, retratava as diferentes fases da doença e da sua recuperação. Atualmente, consubstancia-se numa compilação de reflexões pessoais (via vídeo e/ou texto) sobre temas como a morte, felicidade e moralidade.

feminina ou masculina. Neste caso, partindo da concepção largamente difundida de que os homens são consumidores de pornografia que ensaiam a sua transposição para a sua vida sexual (Gunter, 2002; Mulac et al., 2002; Bridges et al., 2010), optei por analisar a população masculina.

Embora o pedido exigisse a condição de heterossexualidade para a realização da entrevista, deparei-me com voluntários homossexuais e bissexuais. Ainda que este universo tenha sido excluído da seleção final, poderá servir como estímulo reflexivo para avaliarmos a importância cada vez mais residual dos rótulos na sociedade contemporânea.

A participação superou as minhas expectativas e a justificação foi transversal: cada entrevistado, avaliando o tema e imaginando a inexistência de outros voluntários, concebia-se como último bastião de esperança para a viabilidade da investigação – o que potenciou, em alguns, a vontade de convencer a sua rede social mais próxima para também participar. As entrevistas tiveram uma duração média de quarenta e oito minutos, sendo que a mais curta durou dezanove minutos e a mais longa uma hora e quarenta e dois minutos.

As interações entrevistador-entrevistado foram sendo alvo de uma evolução progressiva. Se nas primeiras entrevistas o silêncio era aterrorizador e o combatia incessantemente, a acumulação de experiência permitiu que aprendesse a geri-lo mais eficazmente, providenciando espaço e tempo para que o entrevistado pudesse expor os seus pensamentos, refletir e divagar a partir deles. Esse conforto com os momentos de silêncio repercutiu-se em domínios múltiplos. Permitiu-me ter mais calma, construir um reduto de maior segurança para o entrevistado, ouvir com mais cuidado as suas respostas e colocar questões que não estavam no guião. Adicionalmente, percebi que a minha ânsia em avançar rapidamente para a entrevista acentuava o constrangimento social e as primeiras respostas eram repetidamente parcas, fugazes e tímidas. Após a redução dessa impetuosidade, investindo tempo em conversas coloquiais antes do início da entrevista, o problema deixou de se verificar e os jovens demonstravam-se mais propensos a falar abertamente.

No entanto, uma dificuldade manteve-se como constante ao longo de todo o trajeto: o receio de ser indelicado e de invadir em demasia a privacidade do jovem – receio que foi reforçado pelas esporádicas referências, por parte de alguns jovens, a

delimitações sobre o que poderia e o que não poderia ser partilhado. Assim, alguns tópicos relevantes que iam sendo despoletados ao longo dos discursos dos entrevistados, apesar de despertarem a minha curiosidade, não foram explorados.

O texto da dissertação divide-se em três capítulos. O primeiro, profundamente respaldado na estrutura teórica d’*A Vontade de Saber*, de Foucault (1994a), parte da desconstrução do modelo repressivo sobre a sexualidade para explicar como, ao longo dos últimos séculos (XVII, XVIII e XIX), não só a sociedade não foi reprimida no campo da sexualidade, como se verificaram inúmeros mecanismos de incitamento para que os discursos sobre o sexo se multiplicassem. Nesse sentido, estabelece-se a importância central dos confessionários na regulação social, assim como a maneira pela qual eles se foram metamorfoseando ao longo dos séculos.

No segundo capítulo procuro explicar como é que a pornografia desempenha essa função regulatória e porque é que pode ser considerada uma entidade confessional – tanto na capacidade de “ouvir”, como de providenciar respostas. Novamente largamente sustentado pelos três volumes da *História da Sexualidade* (1994a, 1994b, 1994c), explano ainda a importância histórica da moral na relação com a sexualidade e discuto como essas concepções éticas ainda estão enraizadas no mundo atual e como são fulcrais para a interpretação das mensagens transmitidas pela pornografia.

No terceiro capítulo procedo à análise da informação empírica proveniente das vinte e cinco entrevistas. Apresento os resultados do estudo através de dois eixos: a avaliação da pornografia enquanto confessorário e o papel da subjetividade nas dinâmicas confessionais.

Por último, na Conclusão sumarizo os resultados principais da dissertação, que apontam para a confirmação das hipóteses e procuro retirar algumas ilações e abrir novos trajetos de análise tanto para a discussão acerca da pornografia *per se*, como do dispositivo de educação sexual.

CAPÍTULO 1

PODER, CONFISSÃO E SEXO

1.1 O dispositivo repressivo do sexo

A dificuldade no estabelecimento da definição do termo pornografia foi retratada por Potter Stewart, juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, em 1964, quando se discutia se o Estado de Ohio poderia proibir a exibição do filme *Les Amants*, de Louis Malle, que tinha sido considerado obsceno: “*Hoje não tentarei definir que tipo de material deva ser incluído nessa descrição abreviada; e talvez nunca o conseguisse fazer de forma inteligível. Mas eu sei quando o vejo*”⁷ (Jacobellis v. Ohio, 1964). De facto, poder-se-á argumentar que existem quase tantas definições como estudiosos que a investigaram e analisaram (Owens et al., 2012): Peter e Valkenburg (2009: 408) definiram pornografia como conteúdo que retrata atividades sexuais de forma explícita, usualmente com *close-ups* em genitais excitados e em cenas de penetração oral, anal ou vaginal; Braun-Courville e Rojas (2009: 157) definiram sites pornográficos como aqueles que “descrevem pessoas a fazer sexo, mostram fotos nítidas de nudez ou de pessoas a fazer sexo, ou mostram um filme ou áudio que descreve pessoas a fazer sexo”; a *Attorney General Commission* de 1986 definiu pornografia como qualquer material que “é, de forma predominante, sexualmente explícito e destinado principalmente ao propósito de excitação sexual” (McManus, 1986: 8); Reid et al. (2011) definiram pornografia como material que i) cria ou provoca sentimentos ou pensamentos sexuais, e ii) contém imagens ou descrições explícitas de atos sexuais envolvendo os órgãos genitais (por exemplo, relações sexuais vaginais ou anais, sexo oral, masturbação, ...) – é nesta definição que se ancora a presente dissertação.

Contudo, nos interstícios da sociedade, paralelamente a esta multiplicidade de definições, difunde-se uma outra caracterização da pornografia: ela é elemento constitutivo do reino do tabu; falar sobre ela é pisar o risco; é quebrar o *status quo*; é

⁷ Todas as citações em língua que não o português foram por mim traduzidas.

mostrar o que se quer esconder; é vasculhar um domínio sigiloso, privado e impenetrável.

Assim sendo, a investigação principia com uma indagação: qual será a razão para que o estudo da pornografia acarrete desconforto? Como se poderá explicar que a sua exploração suscite, no investigador e no investigado, um sentimento de escrutínio indevido?

Eis uma possível resposta. A incapacidade de falar sobre pornografia advém de um problema mais profundo e estrutural: a nossa histórica e característica incapacidade de abordar o sexo sem pruridos; somos particularmente infacundos na hora de nos expressarmos perante a sexualidade.

A ideia de que vivemos numa sociedade onde o sexo é reprimido já nos acompanha há séculos – e, apesar de não ser certa, não será descabida. Foucault mostra que no Ocidente, a partir do século XVII, definiram-se novas regras de decência, depurando severa e minuciosamente o vocabulário passível de ser utilizado; estabeleceram-se locais, locutores e situações para que se pudesse falar do sexo; a discrição e prudência foram cada vez mais recomendadas; perseguiram-se, no campo jurídico-legal e social, os indivíduos cujos comportamentos sexuais eram catalogados como «contranatura». Portanto, perceptível será a construção mental de um dispositivo (quase) inescapável de poder que polícia o sexo, o interdita e, em certos casos, o pune. Este dispositivo repressivo explicaria, então, uma sociedade restringida na sua capacidade para o abordar e explorar livremente; de o olhar olhos nos olhos. Explicaria a subjugação perante um poder impositivo que nos sobrepuja e que tenta ininterruptamente barrar e controlar uma “energia selvagem, natural e viva, que sobe constantemente lá de baixo” (Foucault, 1994a: 85), aniquilando qualquer possibilidade de convivência livre e espontânea com o sexo.

Tome-se, por momentos, este cenário como possível. Se o relacionamento com o sexo fosse moldado mediante estas imposições restritivas, como é que o dispositivo da sexualidade operaria? Foucault (1994a) identifica cinco princípios:

- i) Entre poder e sexo, o poder só se estabelecerá no modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem, ocultação, máscara (Foucault, 1994a: 87). Sobre sexo e prazeres, somente o «não» seria permitido (Ibid.).

- ii) O poder instauraria um regime binário: lícito/ilícito; permitido/proibido. Isto significa que o domínio do poder sobre o sexo se verificaria através de um ato de discurso que origina (devido precisamente à sua articulação) um estado de direito (Foucault, 1994a: 87). Assim, “a forma pura do poder” seria encontrada na função do legislador, sendo que o seu modo de ação era, relativamente ao sexo, de tipo jurídico-discursivo (Ibid.).
- iii) O instrumento do poder seria a ameaça de um castigo que se consubstanciaria na supressão do sexo (Foucault, 1994a: 88). A interdição traduzir-se-ia numa coação, por parte do poder, por via de uma “interdição que joga com a alternativa entre duas inexistências”: só seria possível manter a sua existência através da sua anulação (Ibid.).
- iv) A interdição conciliaria uma injunção de inexistência, de não manifestação e de mutismo, de forma a que cada um fosse simultaneamente princípio e efeito do outro (Foucault, 1994a: 88):

do que é interdito não se deve falar até que seja anulado no real; o que é inexistente não tem direito a qualquer manifestação, mesmo na ordem da palavra que enuncia a sua inexistência; e o que se deve calar acha-se banido do real como o que é interdito por excelência (Foucault, 1994a: 88).

- v) O poder sobre o sexo exercer-se-ia homogeneamente a todos os níveis, seguindo a mesma forma geral de poder, independentemente de as decisões serem locais ou globais – o Estado e o pai, ou o tribunal e os pequenos castigos quotidianos, operariam segundo os mecanismos simples e infinitamente reproduzidos da lei (Foucault, 1994a: 88-89).

A implementação deste modelo traduzir-se-ia numa sociedade regida sob um dispositivo exclusivamente assente numa lei de interdição, onde todos os mecanismos de dominação se reconduziriam ao efeito de obediência (Foucault, 1994a: 89).

Será, então, plausível que as sociedades ocidentais, de aparelhos de poder tão numerosos, rituais tão visíveis e instrumentos tão seguros, tão inventivas em mecanismos de poder subtis e livres (Foucault, 1994a: 89-90), se reja exclusivamente mediante o funcionamento da lei da interdição? Não, afirma Foucault. Mas existem dois motivos que explicam a tendência para que esta ideia se perpetue. O primeiro é de ordem tática: o poder só é tolerável se mascarar uma parte importante de si próprio; o seu êxito está em proporção com o que consegue ocultar dos seus mecanismos (Ibid.: 90).

O poder seria aceite se fosse inteiramente cínico? O segredo não é para ele da ordem do abuso; é indispensável ao seu funcionamento. E não apenas porque o impõe àqueles que submete, mas talvez porque ele é para estes igualmente indispensável: aceitá-lo-iam se não vissem nele um simples limite posto ao seu desejo, deixando de pé uma parte intacta – ainda que reduzida – de liberdade? O poder, como o puro limite traçado à liberdade, é, na nossa sociedade pelo menos, a forma geral da sua aceitabilidade (Foucault, 1994a: 90).

Em segundo lugar, a defesa desta interpretação sobre a nossa relação com a sexualidade é, para além de tentadora e simplista, profundamente proveitosa – se o sexo é votado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o locutor, ao falar dele, ao explanar os seus mecanismos de repressão e transgredindo a ordem estabelecida, coloca-se num papel de herói-libertador (mesmo que essa libertação apenas suceda no futuro).

No entanto, nem a nossa sociedade foi subordinada a esse poder soberano e repressivo, nem o poder opera segundo as concepções anteriormente evocadas. Segundo Foucault, o poder não opera verticalmente, com um sentido de cima para baixo; ao invés, ele exerce-se a partir de uma infinidade de pontos:

Omnipresença do poder: não porque ele tenha o privilégio de tudo reunir sob a sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou antes em todas as relações de um ponto com outro. O poder está em toda a parte; não que englobe tudo, mas porque vem de toda a parte (Foucault, 1994a: 96).

As relações de poder não são pautadas por uma incessante luta entre dominadores e dominados, repercutida em todo o espectro do corpo social; em oposição, o poder “constitui um elemento integral de todas as relações humanas” (Elias, 2008: 80) e é fruto imediato das conseqüentes partilhas, desigualdades e desequilíbrios iminentes a um mecanismo de relações não igualitárias e móveis (Foucault, 1994a: 97).

As relações de poder são simultaneamente intencionais e não subjetivas (Foucault, 1994a: 98). Isto é, apesar de não existir poder sem que exista uma intenção ou um objetivo, tal não será sinónimo de uma orquestração individual ou coletiva para a obtenção desse mesmo propósito (Ibid.).

O poder não é necessariamente repressivo, proibitivo, negativo, excludente ou de recondução (embora também o possa ser); o poder tem um papel diretamente produtor:

Teremos que deixar de descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, ele “reprime”, ele “censura”, ele “abstrai”, ele “mascara”, ele “esconde”. A verdade é que o poder produz; ele produz a realidade; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se podem obter pertencem a esta produção (Foucault, 1995: 194).

Por fim, dado que o poder está continuamente vinculado a qualquer tipo de relação estabelecida, não existirá um único lugar de recusa perante o poder. Verifica-se, por outro lado, uma teia de pontos de resistência móveis e transitórios que se inserem por toda a parte na rede de poder (Foucault, 1994a: 99). A resistência (até por definição) não pode existir senão no campo estratégico das relações de poder, nunca se posicionando como uma exterioridade. Estes pontos de resistências, disseminados com maior ou menor densidade no tempo e no espaço, são despoletados através de origens e espécies diversas – possíveis, necessárias, espontâneas, selvagens, concertadas, solitárias, rastejantes, improváveis, violentas, irreconciliáveis, prontas à transação, interessadas ou sacrificiais – e, apesar de não negar que se possam traduzir em grandes ruturas radicais, usualmente introduzem na sociedade “clivagens que se deslocam, que quebram unidades e suscitam reagrupamentos, sulcando os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando-os, traçando nelas, nos seus corpos e nas suas almas, regiões irreduzíveis” (Ibid.).

Objeta-se, deste modo, a premissa de um poder unidirecional e negativo. Por cadência lógica, compreende-se também que a incapacidade para falar de sexo e, conseqüentemente, de pornografia, não é consequência desse suposto poder opressor. Então, que relação existe, afinal, entre o poder e a sexualidade? E a pornografia? Poder-se-á assumir axiomáticamente que o que é aplicável para a sexualidade é igualmente aplicável para a pornografia? Ou será que ela constitui um mecanismo de resistência e é passível de uma interpretação distinta?

1.2 O dispositivo confessional

Segundo Foucault, o poder é inseparável do conhecimento – e o sexo foi (e é) um importante produtor de verdade no Ocidente. Assim, em torno e a propósito dele, um delicado aparelho se construiu para garantir a extração dessa verdade.

Nenhum corpo de conhecimento se pode formar sem um sistema de comunicações, de registos, de acumulação e de deslocamento que é, em si, uma forma de poder e que está ligado, na sua existência e funcionamento, às outras formas de poder. Por outro lado, nenhum poder pode ser exercido sem a extração, apropriação, distribuição ou retenção de conhecimento. Nesse nível, não há conhecimento de um lado e sociedade do outro, nem ciência e Estado, mas apenas as formas fundamentais de saber/poder (Foucault *apud* Sheridan, 1980: 283).

A primeira questão residirá, portanto, em entender como é que se orquestrou esse processo de extração. Em “A vontade de saber” (1994), Foucault argumenta que os discursos de verdade sobre o sexo advieram, historicamente, de dois grandes procedimentos: *ars erotica*, própria em sociedades como a China, o Japão, a Índia, Roma e nações árabes-muçulmanas, e *scientia sexualis*, vigente na maioria das sociedades ocidentais.

Se a *scientia sexualis* posiciona a confissão como eixo central de toda a produção de saber sobre o sexo, a *ars erotica*, por outro lado, traduz-se na extração da verdade a partir do próprio prazer: “tomado como prática e recolhido como experiência” (Foucault, 1994a: 61), a verdade e o sexo ligam-se, no campo da pedagogia, pela transmissão corpo a corpo de um saber precioso que deve ser explorado, interiorizado e revertido para a própria prática sexual (Racy, 2011: 94-95); o prazer deve subsistir sigiloso não por receio de desprestígio ou ultraje, mas porque, segundo a tradição, perderia a sua eficácia e virtude em caso de divulgação (Foucault, 1994a: 61-62). A arte erótica, e os seus efeitos, transfigurariam, então, quem contactasse com eles – domínio absoluto do corpo, gozo único, esquecimento do tempo e dos limites, elixir da longa vida, exílio da morte e das suas ameaças (Ibid.: 62).

Alguns anos depois do lançamento do livro, Foucault aprofundou este conceito, providenciando alguns esclarecimentos e correções suplementares:

“Os Gregos e os Romanos não tinham nenhuma *ars erotica* que pudesse ser comparada com a *ars erotica* chinesa [...]. Eles tinham um *techne tou biou* [cuidado de si] em que a economia do prazer desempenhava um papel muito importante.” (Foucault *apud* Taylor, 2009)

Foucault passa, então, a contrastar a *scientia sexualis* não unicamente com a *ars erotica* oriental, mas também com as práticas gregas e romanas de autocuidado, fornecendo, ainda, um relato esquemático das diferentes abordagens da sexualidade no Oriente, no Ocidente e no Ocidente moderno e cristão (Taylor, 2009):

- Se por comportamento sexual se se compreender os seus três pólos (atos, prazer e desejo), tem-se a “fórmula” grega. Nesta fórmula, o foco está no ato, sendo que o prazer e o desejo são subsidiários: *acte – plaisir – (désir)*.
- A “fórmula” chinesa traduz-se por *plaisir – désir – (acte)*. Neste caso, os atos têm um papel secundário, pois há que os restringir para que se possa obter a máxima duração e intensidade do prazer.
- Na “fórmula” cristã, a ênfase está no desejo e o objetivo é erradicá-lo. Os atos devem tornar-se neutros; o ato tem o único objetivo de produzir filhos, ou de cumprir o dever conjugal. O prazer é excluído tanto a nível prático, como teórico. O desejo, por sua vez, é praticamente excluído (há que erradicá-lo), mas é importantíssimo no campo teórico: *(désir) – acte – (plaisir)*.

Nas sociedades ocidentais, a confissão não só era mecanismo de avaliação da conduta individual e social, garantindo a moralidade da conduta sexual, como se converteu numa das técnicas mais altamente valorizadas para produzir o «verdadeiro».

[...] a confissão é um ritual de discurso em que o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é igualmente um ritual que se desdobra numa relação de poder, porque não se confessa sem a presença, pelo menos virtual, de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, a impõe, a aprecia e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual em que a verdade se autentica pelo obstáculo e pelas resistências que teve de vencer para se formular; por fim, um ritual em que a simples enunciação, independentemente das suas consequências externas, produz, em que a articula, modificações intrínsecas: ela inocenta-o, redime-o, purifica-o, descarrega-o das suas faltas, liberta-o, promete-lhe a salvação (Foucault, 1994a: 66).

De facto, pelo menos desde a Idade Média que a sociedade ocidental se tornou singularmente confidente (Foucault, 1994a: 62). A regulamentação do sacramento da penitência pelo Conselho de Latrão, de 1215, o desenvolvimento das técnicas de confissão, o recuo na justiça criminal dos processos acusatórios, o desaparecimento das provas de culpabilidade e o desenvolvimento dos métodos de interrogatório e de inquérito, e a criação dos tribunais de Inquisição contribuíram decisivamente para conferir à confissão um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos⁸ (Ibid.).

⁸ O papel central da confissão não era unicamente conferido por ações voluntárias dos cidadãos. Quando não era espontânea ou imposta por qualquer imperativo interior, ela era extorquida: será

Deste modo, o presente subcapítulo desenvolve-se mediante a exploração do papel histórico da confissão; do seu carácter mutável e adaptativo; dos modos pelos quais o poder se exerceu para moldar a população em torno da confissão. Assim, para a correta interpretação das páginas seguintes, dever-se-á compreender que o estudo do dispositivo confessional não se traduz exclusivamente na análise a um sacramento que envolve o perdão de pecados perante um padre e o eventual recebimento de uma penitência. Estudar a confissão equivale a descodificar um pilar fundamental do modo pelo qual as sociedades ocidentais operavam e regiam a sua sexualidade. A confissão não é somente a confissão *per se*. A confissão não é apenas um procedimento católico. É a materialização da confluência entre poder, conhecimento, verdade e sexualidade. É o tentáculo mais visível de um dispositivo obcecado com o sexo da população.

1.2.1 A confissão clerical

Mediante a doutrina de Tomás de Aquino (2001), entende-se que, através do Pecado Original⁹, o Homem foi privado da Justiça Original¹⁰ – causando uma desordem nas potências da alma e o afastamento do indivíduo perante a ordem de Deus (Gatt, 2021: 2). Dado que o Pecado Original teve como consequência a vontade carnal desenfreada, que suplantou as faculdades da razão, o Homem passou, então, a estar sujeito aos ditames da carne pecadora. Nesse sentido, quando os Homens se encontravam distantes da razão divina, estavam sujeitos às práticas pecaminosas (Ibid.).

impossível negar a importância que a tortura teve na persecução da verdade quando ela se esquivava (Foucault, 1994a: 63-64).

⁹ O Pecado Original é uma doutrina cristã que pretende explicar a origem da imperfeição humana, do sofrimento e da existência do mal, através da queda do homem (Oxford University Press, 2005). As consequências negativas do Pecado Original de Adão e Eva são descritas no *Livro de Génesis* 3, 14-24, logo após ambos comerem o fruto da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal: “E à mulher [Deus] disse: multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor terás filhos; e o teu será para o teu marido, e ele te dominará” (Génesis 3, 16).

¹⁰ Expressão que designa o estado em que foram constituídos os nossos primeiros pais, elevados pela graça e isentos da morte e do sofrimento – estado que perderam para eles e para os seus descendentes pelo Pecado Original.

Como forma de combater essa sexualidade desenfreada presente na carne do Homem, um aparelho moral pautado pelo autoexame instaurou-se: desenvolvido primeiramente pelo estoicismo (Mazioli, 2019: 103), o Cristianismo apropriou-se destas concepções e implementou um regime de codificação moral do ato sexual (Gatt, 2021: 2). Assim, a religião cristã, por meio de um discurso fortemente unitário em torno do tema da carne e da prática de penitência (Foucault, 1994a: 37), difundiu, na Idade Média, que o sexo deveria ser vigiado pelo Homem, e os desejos pulsantes da carne pecadora (nomeadamente no que toca ao prazer) deveriam ser alvo de cuidadoso escrutínio (Mazioli, 2019: 103).

As dinâmicas confessionais foram-se metamorfoseando ao longo dos tempos. Atente-se, a título de exemplo, às diferenças registadas na pastoral católica e no sacramento da penitência antes e depois do Concílio de Trento (em meados do século XVI): o sexo, que previamente poderia ser objeto de discurso sem especial moderação e sobriedade, após o Concílio teria de ser envolto em prudência linguística, comedimento e discrição (Foucault, 1994a: 22).

Poder-se-á, então, assumir que o carácter mutável e adaptativo da confissão implicou, nos últimos séculos, períodos de menor relevância? Este seria um caso paradigmático: a castração da linguagem facilmente poderia supor um abrandamento das dinâmicas confessionais. No entanto, a mutabilidade da confissão não suscita flutuações na sua importância; de modo inverso, nos últimos séculos, a sua mutabilidade garantiu continuamente o seu reposicionamento como elemento central na vida da população.

Prossiga-se com o exemplo da confissão pré e pós Concílio para maior elucidação: não só não se verificou qualquer abrandamento, como a extensão da confissão, e da confissão da carne, cresceu constantemente (Foucault, 1994a: 23) – crescimento que certamente se deveu ao esforço da Contrarreforma em acelerar o ritmo da confissão anual em todos os países católicos, à imposição de regras meticulosas de autoexame, mas, acima de tudo, porque se concedeu cada vez mais importância na penitência a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos conjuntos de alma e do corpo – tudo isso teria de ser incorporado no mecanismo da confissão (Ibid.).

O sexo, segundo a nova pastoral, apesar do cuidado necessário aquando da sua menção, deveria passar a ser descrito detalhadamente (Ibid.: 23). A Igreja estabeleceu um modelo, um *ethos* a ser seguido (Gatt, 2021: 3) e o «bom cristão» deveria, em suma, adotar uma postura de vigilância e discursificação contínua¹¹ (Ibid.: 24)

[...] os seus aspetos, as suas correlações, os seus efeitos, devem ser seguidos até às suas ramificações mais finas: uma sombra num devaneio, uma imagem expulsa com demasiada lentidão, uma cumplicidade mal esconjurada entre a mecânica do copo e a complacência do espírito – tudo deve ser dito. (Foucault, 1994a: 23)

Assim, no século XVII, a uma “obrigação de confessar as infrações às leis do sexo, como o exigia a penitência tradicional”, instaurava-se a

tarefa quase infinita de dizer, de se dizer a si próprio e de dizer a outro, tão frequentemente quanto possível, tudo o que possa respeitar ao mecanismo dos prazeres, sensações e pensamentos inumeráveis que, através da alma e do corpo, têm qualquer afinidade com o sexo. (Foucault, 1994a: 24)

A pastoral cristã, fazendo do sexo o objeto principal da confissão, apresentou-o sempre como enigmático: “não o que se mostra obstinadamente, mas o que se oculta por toda a parte, a insidiosa presença a que se corre o risco de permanecer surdo, de tal modo ela fala em voz baixa, e às vezes disfarçada” (Foucault, 1994a: 38).

O segredo do sexo não é [...] a realidade fundamental relativamente à qual se situam todos os incitamentos a falar-se dele – quer o tentem quebrar, quer de forma obscura o afastem pela própria maneira como falam. Trata-se, antes, de um tema que faz parte da própria mecânica desses incitamentos: uma maneira de dar forma à exigência de falar dele, uma fábula indispensável à economia do sexo. O que é próprio das sociedades modernas não é o terem votado o sexo a permanecer na sombra, é o terem-se dedicado a falar sempre dele, salientando-o como o segredo (Foucault, 1994a: 38-39).

A confissão ganhou progressivamente um novo “estatuto”. Deixou de ser efeito de um poder impositivo e ressignificou-se como o último reduto de libertação.

[...] parece-nos, pelo contrário, que a verdade, no mais secreto de nós próprios, não «pede» outra coisa senão fazer-se luz; se a não atinge é porque uma coerção a retém, porque a violência de um poder pesa sobre ela e não poderá articular-se finalmente senão à custa de uma espécie de libertação. A confissão liberta, o poder reduz ao silêncio; a verdade não pertence à ordem do poder. (Foucault, 1994a: 64)

¹¹ Será errado conjecturar que a discursificação do sexo era inédita – há já muito tempo que ela se tinha estabelecido numa tradição ascética e monástica; todavia, foi no século XVII que esta regra se coletizou para a restante população (Foucault, 1994a: 24).

Este reposicionamento conceptual da confissão garantia, então, a construção contínua de um corpo de conhecimentos cada vez mais robusto e aprofundado. A Igreja encontrara nela um mecanismo para fazer funcionar um tipo de poder que controlava a sexualidade dos indivíduos e, paralelamente, colocava em prática um tipo de decência e moralidade cristã a ser seguido pela sociedade.

1.2.2 O reposicionamento da confissão

Reduzir, numa análise histórica, a confissão à sua interligação com a prática religiosa será pouco rigoroso. Se é verdade que durante muitos anos a confissão se encastou na prática da penitência, com o protestantismo, a Contrarreforma, a pedagogia do século XVIII e a medicina do século XIX, ela perdeu a sua localização ritual e exclusiva (Foucault, 1994a: 67). Foi decomposta, dispersa, desmultiplicada numa explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na pedagogia, na crítica política (Ibid.: 37). O elo de ligação entre a teologia moral da concupiscência e a obrigação da confissão (o discurso teórico sobre o sexo e a sua formulação na primeira pessoa), se não quebrado, foi pelo menos afrouxado e diversificado (Ibid.). A confissão passou a ser utilizada num conjunto diversificado de relações (filhos-pais, alunos-pedagogos, doentes-psiquiatras, delinquentes-peritos) e a manifestar-se através de múltiplos veículos (interrogatórios, consultas, narrações autobiográficas, ou cartas); o seu foco transitou da reprodução do que foi feito no ato sexual (e de como foi feito) para “restituir nela, e à volta dela, os pensamentos que o reforçaram, as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o habitam” (Ibid.: 67-68). A sociedade dedicou-se, pela primeira vez, a requisitar, observar e escutar a própria confidência dos prazeres individuais e a confissão, a pouco e pouco, concebeu-se como um «macroarquivo» dos prazeres sexuais (arquivo que foi ocultado até a medicina, a psiquiatria e a pedagogia o passarem a explorar).

Através deste arquivo, catalogaram-se e classificaram-se os prazeres, descreveram-se as “deficiências quotidianas”, e, em última instância, elaborou-se uma ciência-confissão: “uma ciência que se apoiava nos rituais da confissão e nos seus conteúdos, uma ciência que supunha esta extorsão múltipla e insistente e tomava como objeto o inconfessável-confessado” (Ibid. :68).

A construção da «ciência-confissão» gerou a colocação de questões sobre a viabilidade da articulação da produção de verdade segundo o velho modelo jurídico-religioso da confissão, por um lado, e a extorsão da confiança segundo a regra do discurso científico, por outro. Estas inquietações, segundo Foucault (1994a: 69-71), foram solucionadas mediante a constituição de cinco pilares que validariam a transição da confissão sexual para objeto científico. O primeiro traduziu-se numa recolocação do processo de confissão para um campo de observação cientificamente admissível – combinou-se a confissão com o exame, a narração de si próprio com o desdobramento de um conjunto de sinais e de sintomas decifráveis, através de interrogatórios, questionários, associações livres e hipnoses com a evocação das recordações. O segundo baseou-se na conceção de que, como o sexo é dotado de um poder causal inesgotável e polimorfo, qualquer ocorrência sexual poderia provocar as mais variadas consequências. Logo, os perigos inerentes ao sexo justificariam o carácter exaustivo da inquisição a que é submetido. O terceiro compreendia a necessidade de extrair vigorosamente uma verdade que se esconde até do próprio sujeito que se confessa. Assim sendo, a prática científica e a “coação de uma confissão difícil” eram articuladas (Ibid.: 70). O quarto pilar apresentou-se no seguimento desta última proposição: a confissão, quando articulada, não constituía um produto acabado. Seria, por isso, fulcral a figura do «mestre da verdade»: a ele caberia desvendar a verdade real, envolta numa verdade obscura e cinzenta: seria, então, necessário duplicar a revelação da confissão pela decifração do que ela dizia. O «mestre da verdade» tinha, pois, uma função hermenêutica. Por conseguinte, transformando a confissão não numa prova, mas num sinal suscetível a ser interpretado, a possibilidade de fazer funcionar os processos de confissão na formação regular de um discurso científico foi garantida. Por fim, o quinto pilar consubstanciava-se na medicalização dos efeitos da confissão – ou seja, como o domínio do sexo passou a ser situado no regime do normal e do patológico, a confissão estabeleceu-se como elemento importante nas intervenções médicas: exigida pelo

médico, necessária para o diagnóstico e eficaz no tratamento. Destarte, “o verdadeiro, se é dito a tempo, a quem é preciso que o seja e por aquele que ao mesmo tempo é o seu detentor e responsável, cura” (Ibid.: 71).

A preocupação sobre o controlo da sexualidade, o controlo das pessoas e, por conseguinte, o controlo da população transitara, então, para a obsessão na identificação de sexualidades periféricas e na disciplinação dos sujeitos.

Até ao fim do século XVIII vigoravam três grandes códigos que, cada um à sua maneira, regiam as práticas sexuais (o direito canónico, a pastoral cristã e a lei civil) – códigos que, centrados nas relações matrimoniais, estabeleciam regras e prescrições, determinavam listas de pecados e definiam as consequentes condenações (Silva e Alves, 2006),

Quebrar as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos equivalia de qualquer maneira a uma condenação. Na lista dos pecados graves, separados apenas pela sua importância, figuravam o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, mas também a sodomia, ou a «carícia» recíproca. (...) [Os tribunais] podiam condenar igualmente a homossexualidade e a infidelidade, o casamento sem o consentimento dos pais ou a bestialidade. (Foucault, 1994a: 42)

E se é evidente que o «contranatura» era assinalado por uma abominação especial, este era unicamente percebido como uma forma extrema do ilegal (Ibid.).

No entanto, a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX alterou este sistema de condenação. Se, por um lado, o casal heterossexual legítimo passou a desfrutar de maior discricção e resguardo, atuando como norma, por outro lado, as crianças, os loucos, os criminosos, os homossexuais, os portadores de devaneios, obsessões ou manias ganharam preponderância – sendo escutados, analisados e perseguidos:

Crianças demasiadamente atrevidas, meninas precoces, colegiais ambíguos, criados e educadores duvidosos, maridos cruéis ou maníacos, colecionadores solitários, transeuntes com impulsos estranhos, enchem os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colónias penitenciárias, os tribunais e os asilos; levam até aos médicos a sua infâmia e a sua doença até aos juizes. É a inumerável família dos perversos [...]. Sucessivamente, no decurso do século, aplicou-se-lhes o sinal da «loucura moral», da «neurose genital», da «aberração do sentido genésico», da «degenerescência» ou do «desequilíbrio psíquico. (Foucault, 1994a: 44)

Quais os efeitos do aparecimento desta multiplicidade de sexualidades periféricas? Poder-se-ão identificar três: indulgência, caso atentemos à atenuação da severidade dos delitos sexuais no século XIX (Foucault, 1994a: 44); astúcia suplementar

da severidade, caso nos foquemos em todos os mecanismos de fiscalização e mecanismos de vigilância utilizados pela pedagogia ou pela terapêutica (Ibid.); a remodelação e reforço da medicina dos prazeres do casal, se considerarmos que ela

[...] inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, que nasceria das práticas sexuais «incompletas»; classificou cuidadosamente todas as formas de prazeres anexos; integrou-os no «desenvolvimento» e nas «perturbações» do instinto; chamou a si a sua gestão. (Foucault, 1994a: 45)

Deste modo, a discursificação do sexo, e a descrição detalhada e científica dos seus parâmetros eram um *continuum* do projeto moderno de regulação e controlo da população (Hart e Wellings, 2002): o “olhar clínico” transformava a vigilância em controlo sobre a sexualidade, tanto na população, por meio de mecanismos de saúde pública, como individualmente, através do regime de autoexame e autodisciplina (Ibid.).

1.2.3 O poder, a confissão e a produção de verdade

Todos os discursos sobre sexo não se multiplicaram à margem do poder ou contra ele – eles multiplicaram-se justamente onde ele se exercia e como meio do seu exercício (Foucault, 1994a: 36).

[...] por toda a parte se arranjaram incitamentos para falar, por toda a parte houve dispositivos para ouvir e para registar, por toda a parte processos para observar, interrogar e formular. Localizaram-no e constrangem-no a uma existência discursiva. Desde o imperativo singular que impõe a cada um fazer da sua sexualidade um discurso permanente até aos mecanismos múltiplos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina, da justiça, incitam, extraem, dispõem, institucionalizam o discurso do sexo, há uma imensa prolixidade que a nossa civilização exigiu e organizou (Foucault, 1994a: 36).

A função do poder não é, portanto, a da interdição. Em sentido oposto, Foucault (1994a: 45-50) identifica quatro operações diametralmente distintas da proibição:

- i) O poder, mesmo que aparentemente se trate de um “dispositivo de barragem”, funciona como gerador de “linhas de penetração indefinidas”, que autorizam e viabilizam o incessante escrutínio, exploração e vigilância – fenómeno que foi evidente no tratamento dado ao onanismo das

crianças: devido à extrema obstinação na sua extinção, criaram-se dispositivos de vigilância, estabeleceram-se armadilhas para obrigar às confissões, impuseram-se discursos insaciáveis e corretivos, alertaram-se os pais e educadores e semearam-lhes o medo de serem culpados caso não fossem suficientemente astutos na suspeita. Mais do que pedir para que o onanismo das crianças desaparecesse para sempre, o poder pedia para que ele subsistisse, proliferasse nos limites do visível e do invisível, de forma a que pudesse ser escrutinado perpetuamente (Ibid.: 45-46);

- ii) O poder semeia as sexualidades e incorpora-as no indivíduo – isto é: o indivíduo e a sua sexualidade deixaram de ser passivos de separação. O exemplo mais paradigmático desta operação foi o posicionamento do homossexual: se anteriormente o sodomita era um relapso, no século XIX o homossexual tornou-se numa espécie. Cada homossexual passou a ser um personagem e a sua sexualidade estava presente em cada ato, em cada gesto. Igualmente neste caso, o poder não pretendia excluir a variedade sexual, mas procurava fazer dela um princípio de classificação do indivíduo, incorporá-la nele e constituí-la como razão de ser e ordem natural da desordem (Ibid.: 46-48);
- iii) Para que o poder se exerça, ele necessita de estabelecer proximidades, de realizar exames e observações insistentes, da troca de discursos (onde extrai confissões através das perguntas e onde, por vezes, as confidências ultrapassam as interrogações). O poder, então, chama a si a sexualidade. Verifica-se, igualmente, uma

[...] sensualização do poder e benefício de prazer. O que produz um duplo efeito: é conferida uma impulsão ao poder pelo seu próprio exercício; uma emoção recompensa o controlo que vigia e o leva mais longe; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto reflui para o poder que lhe põe cerco. (Foucault, 1994a: 48)

Se o poder atrai, vigia e vasculha, o prazer é ativado aquando da fuga a esse mesmo poder – esta dinâmica processou-se entre pais e filhos, adultos e adolescentes, educadores e alunos, médicos e doentes desde o século XIX. Assim, o poder não estabelece fronteiras intransponíveis sobre o sexo e os corpos; ele dispõe espirais perpétuas de prazer e poder (Ibid.: 48-49);

- iv) Por fim, a última operação traduz-se no desenho de dispositivos de saturação sexual: se se poderá argumentar que a sociedade tentou limitar a sexualidade ao casal heterossexual (e legítimo, se possível), também não se poderá esquecer que, no século XIX, existiu uma proliferação dos pontos de poder, perseguiram-se prazeres simultaneamente desejados e banidos, toleraram-se ou encorajaram-se sexualidades parcelares e verificaram-se proximidades que, apesar de se apresentarem como processos de vigilância, atuavam como mecanismos de intensificação – a família e as instituições escolares ou psiquiátricas eram exemplos disso mesmo. A família, através da

[...] polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o dos filhos, [...] a segregação relativa dos rapazes e das meninas, as instruções estritas de cuidados a ter com os bebés (aleitamento materno, higiene), a atenção desperta para a sexualidade infantil, supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugeridos aos pais, as exortações, os segredos e os medos, a presença, ao mesmo tempo valorizada e temida, dos criados (Ibid.)

constituiu um mecanismo iniciador e multiplicador (e não um princípio de inibição). As instituições escolares ou psiquiátricas, “com a sua população numerosa, a sua hierarquia, os seus arranjos espaciais, [ou] o seu sistema de vigilância” tanto constituíam “uma outra forma de distribuir o mecanismo dos poderes e dos prazeres”, como também desenhavam espaços de alta saturação sexual, com espaços ou ritos privilegiados, como a sala de aula, o dormitório, a visita ou a consulta (Ibid.: 49-50).

As sociedades modernas não condenaram o sexo ao mutismo, ao silêncio ou à repressão, não fixaram fronteiras à sexualidade, nem procuraram qualquer distanciamento. Em torno do sexo gerou-se uma rede de discursos generalizados, multiplicados dentro de uma tecnologia de poder (Silva e Alves, 2006); uma rede de mecanismos que se encadeavam e garantiam a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades diversificadas (Foucault, 1994a: 52-53); uma incitação a falar, interrogar, confessar, ouvir, buscar, registar e controlar o sexo através de uma série de mecanismos que funcionavam, e se espalhavam, em várias instituições (como a Igreja Católica, a psiquiatria e a medicina) (Silva e Alves, 2006).

Coloque-se mais uma questão. Explicado o processo de solidificação e implantação de toda uma diversidade sexual, poder-se-á depreender que tal acontecimento foi sinónimo de uma liberalização do discurso por parte dos sábios e dos teóricos? A resposta é não. Em torno do sexo e a propósito dele, pelo menos até Freud, construiu-se um imenso aparelho de produção de verdade, “pronto a mascarar-la no último momento” (Foucault, 1994a: 61); a ciência do sexo, devido à incapacidade ou recusa de falar do próprio sexo, refugiou-se sobretudo na referência às «ramificações contranatura» (aberrações, perversões, esquisitices excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas), a atear medos e a evidenciar os perigos do campo sexual (Foucault, 1994a: 37).

Assim, de forma a entender integralmente a produção de discursos sobre a sexualidade, há que atentar a alguns aspetos:

- i) Será utópica a conceção de um domínio da sexualidade que provenha diretamente de um conhecimento científico, desinteressado e livre, mas sobre o qual as exigências (económicas ou ideológicas) do poder fizeram atuar mecanismos proibitivos. Entre técnica de saber e estratégias de poder não existe nenhuma exterioridade. Partir-se-á, então, dos «centros locais» de poder-saber. As relações penitente-confessor ou fiel-diretor serão exemplos disso mesmo: o autoexame, os interrogatórios, as confissões, as interpretações e as conversas veiculam continuamente formas de sujeição e esquemas de conhecimento. Outro bom exemplo será a criança: vigiada desde o berço, ininterruptamente sob o escrutínio de pais, amas, criados, pedados e médicos, ela constituiu, especialmente desde o século XVIII, outro centro local de poder-saber (Foucault, 1994a: 101).
- ii) O poder não se possui, não se obtém e, portanto, as relações de força não são imutáveis – pelo contrário, as relações de poder-saber são matrizes de transformações. Assim, as distribuições de poder “não representam nunca mais do que cortes instantâneos, em processos de reforço acumulado do elemento mais forte, de inversão da relação, ou de crescimento simultâneo dos dois termos” (Foucault, 1994a: 102); portanto, não se deverá tentar descortinar quem é o dominador e quem é o dominado, nem quem tem o direito de saber e quem está condenado ao

obscurantismo, mas sim compreender o esquema das modificações que as relações de força implicam pelo seu próprio funcionamento (Ibid.).

- iii) Nenhum «centro local» de poder-saber poderá funcionar se não estiver inscrito – através de uma série de encadeamentos sucessivos – numa estratégia de conjunto; em contrapartida, qualquer estratégia só poderá garantir efeitos globais se se apoiar em relações exatas e subtis que lhe sirvam de suporte e de fixação (e não de aplicação e consequência). O poder não se estabelece a dois níveis, um microscópico e outro macroscópico, nem existe homogeneidade (como se um fosse a projeção do outro). Assim,

O pai não é na família o «representante» do soberano ou do Estado; e estes não são de modo nenhum as projeções do pai a uma outra escala. Mas o dispositivo familiar (...) serviu de suporte às grandes «manobras» para o controlo malthusiano da natalidade, para os incitamentos populacionistas, para a medicalização do sexo e para a psiquiatrização das suas formas não genitais. (Foucault, 1994a: 102-103)

- iv) O discurso sobre o sexo é uma série de segmentos descontínuos, cuja função táctica não é uniforme, nem estável. Por essa mesma razão, não se deverá imaginar um mundo binário do discurso, dividido entre o discurso dominante e o dominado; dividido entre o discurso do poder e o discurso que se opõe a ele. Deverá imaginar-se, sim, uma multiplicidade de elementos discursivos que poderão ter estratégias díspares (e até elementos contraditórios dentro de uma mesma estratégia) (Foucault, 1994a: 103-105).

Em conclusão, a concepção de um poder que substitui o privilégio da lei deverá ser alterada pelo ponto de vista do objetivo; o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia táctica; o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móbil de relações de força em que se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação; o modelo do direito pelo modelo estratégico (Foucault, 1994a: 105).

Portanto, contrariamente a uma repressão, tivemos uma

[...] grande rede de superfície, em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, o incitamento ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço das fiscalizações e das resistências, se encadeiam uns com os outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 1994a: 109).

É precisamente por esse mecanismo contínuo de incitamento ao discurso que Foucault não rejeita a existência da *ars erotica* no Ocidente – será necessário refletir sobre se o desenvolvimento da *scientia sexualis* não funcionará, pelo menos em alguns pontos, como *ars erotica* (Racy, 2011). Na confissão cristã, mas sobretudo na direção e no exame de consciência, na procura da união espiritual e do amor de Deus, verificam-se uma série de dinâmicas análogas a uma arte erótica: a condução pelo mestre ao longo de um caminho de iniciação, a intensificação das experiências e, até, nas suas componentes físicas, a maximização dos efeitos pelo discurso que os acompanha; os fenômenos de possessão e de êxtase, característicos do catolicismo da Contrarreforma foram os efeitos incontrolados que ultrapassaram a técnica erótica imanente a esta ciência sutil da carne (Foucault, 1994a: 74-75). Por isso, embora se argumente recorrentemente que, enquanto civilização, não fomos capazes de imaginar prazeres novos, a verdade é que inventámos pelo menos um prazer diferente: o “prazer de procurar a verdade do prazer” (Ibid.: 75).

* * *

Através da explicação do dispositivo confessional que operou nos últimos séculos, tentei explicar, de um ponto de vista foucaultiano, a relação entre o poder e o sexo. Contudo, às questões finais do primeiro subcapítulo, apenas providenciei resposta às primeiras duas. Por este motivo, no subcapítulo subsequente, explicarei como a pornografia se posiciona no dispositivo sexual vigente.

CAPÍTULO 2

O CONFESSIONÁRIO PORNOGRÁFICO

A objeção mais evidente aos argumentos anteriores será a assunção de que a confissão perdeu peso na sociedade contemporânea. A Igreja já não tem a força de outrora e a medicalização do sexo não se efetiva da mesma forma. Assim sendo, qual a razão do longo investimento na explicação de como a nossa sociedade se moldou em torno da confissão? Mais: que papel terá a pornografia nesta problemática?

Responderei a estas questões partindo da introdução de um novo conceito foucaultiano: o biopoder.

Ao longo dos últimos séculos, o poder transitou da soberania para uma administração e gestão da população e, posteriormente, para uma disciplinação do corpo individual. A partir do século XVII, “é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece as suas incidências” (Foucault, 1994a: 141) – dinâmica antitética ao que se passava na Idade Média, onde o soberano, a fim de assegurar a defesa incondicional da sua pessoa ou território, poderia pedir ajuda aos seus súbditos (mesmo que isso significasse a morte), ou poderia aplicar castigos (incluindo a execução) a quem contra ele se erguesse ou a quem infringisse as suas leis (Ibid.: 137-138).

Deste modo, se até ao século XVII vigorou o princípio pelo qual o soberano tinha legitimidade para provocar a morte ou para deixar viver, a partir desse século, os mecanismos de poder visavam primariamente produzir a vida (Furtado e Camilo, 2016). O poder deixou de ser exercido como instância de imposto, de confisco, de subtração ou extorsão e passou a exercer-se positivamente sobre a vida, visando geri-la, fazê-la crescer, multiplicá-la, exercer sobre ela controlos definidos e regulamentações de conjunto (Foucault, 1994a: 138-139).

O poder sobre a vida desenvolveu-se, então, sob duas formas principais:

Um dos pólos [...] foi centrado sobre o corpo como máquina: o seu adestramento, o crescimento das suas aptidões, a extorsão das suas forças, o crescimento paralelo da sua utilidade e da sua docilidade, a sua integração em sistemas de controlo eficazes e económicos, tudo isso foi

assegurado por processos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano* (Foucault, 1994a: 141).

O segundo [...] centrou-se sobre o corpo-espécie, sobre o corpo atravessado pela mecânica do vivo e que serve de suporte aos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração de vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-las variar; a sua assunção opera-se por toda uma série de intervenções e de *controles reguladores: uma biopolítica da população* (Foucault, 1994a: 141-142).

A ordem política era mantida pela produção de "corpos dóceis" (indivíduos passivos, subjugados e produtivos) e o Estado controlava-os através das suas instituições (escolas, hospitais, prisões, famílias) (Pylypa, 1998). A disciplina institucional, a vigilância e a punição do corpo geravam corpos habituados à regulação externa, que otimizava as suas capacidades, extorquia as suas forças, aumentava a sua utilidade e docilidade e integrava-os em sistemas de controlo eficiente e económico, produzindo os tipos de corpos que a sociedade exigia (Ibid.).

Esta modificação teve repercussões assinaláveis: o modo de conceção do discurso científico foi transformado e, por consequência, a ordem da *epistemé* clássica foi redistribuída (na medida em que a razão passou a ser procurada na relação entre o homem e a vida); proliferaram as tecnologias políticas que posteriormente investiram o corpo, a saúde, as formas de alimentação e de habitação, as condições de vida e todo o espaço de existência; a lei passou a ter um papel cada vez mais como uma norma e a instituição judicial integrou-se numa continuidade de aparelhos com missões reguladoras (diluindo-se progressivamente o papel preponderante que a morte teria tido no passado aquando da subjugação soberana dos indivíduos perante a lei; Foucault, 1994a: 145-146)

Substituindo-se ao direito, a «vida» tornou-se, então, no valor em jogo nas lutas políticas:

O «direito» à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o «direito», para além de todas as opressões ou «alienações», a reencontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse «direito», tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos estes procedimentos novos de poder que, também eles, nada têm que ver com o direito tradicional da soberania (Foucault, 1976: 147).

Assim, na articulação do corpo com a população, o sexo assumiu um papel central e preponderante nesta tecnologia política da vida. Se, por um lado, se remete às disciplinas do corpo (adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias), por outro está vinculado à regulação das

sociedades, devido a todos os efeitos globais que instiga; promove o autoexame ininterrupto, o controlo dos impulsos, exames médicos e/ou psicológicos, mas também é através dele que se realizam estimativas estatísticas (que, por sua vez, viabilizam intervenções que visam a população); é acesso à vida do corpo e à vida da espécie; é matriz das disciplinas e princípio das regulações (Foucault, 1976: 147-148). A maneira, então, como cada indivíduo faz uso do seu sexo é crucial para controlar o corpo – tanto a nível individual, como para a vida da espécie (Kurylo, 2017).

E o que é exatamente o sexo? Para Foucault, é um elemento imaginário proveniente do dispositivo de sexualidade (Kurylo, 2017). A sexualidade não é “um dado natural que o poder tenta controlar” – é “uma grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de saberes especiais, o fortalecimento de controles e resistências” se unem estrategicamente para perpetuar o poder (Kurylo, 2017).

Criando este elemento imaginário que é «o sexo», o dispositivo de sexualidade suscitou um dos seus mais essenciais princípios internos de funcionamento: o desejo do sexo – desejo de o ter, desejo de a ele aceder, de o descobrir, de o libertar, de o articular em discurso, de o formular em verdade. Ele constituiu também «o sexo» como desejável (Foucault, 1994a: 158).

[...] não referir à instância do sexo uma história da sexualidade, mas mostrar como «o sexo» está sob a dependência histórica da sexualidade. Não colocar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das ideias confusas das ilusões; a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou como elemento especulativo, necessário ao seu funcionamento, a noção de sexo (Foucault, 1994a: 159).

Como tal, o «sexo» é criado para dar uma unidade artificial a elementos biológicos, prazeres e condutas previamente dispersos. Portanto, sexo e poder são simbióticos (Kurylo, 2017) e o controlo do sexo, mediante as dinâmicas confessionais até agora exploradas, garante o controlo da população. E é precisamente por esse motivo que a confissão desempenhou (e desempenha) um papel central no mundo ocidental. Os discursos, veiculando formas de poder, legitimam e produzem uma determinada forma de experiência do sexual (Vahle e Santos, 2014: 5). Assim, formações discursivas como a psicanálise, a sexologia, a psiquiatria, ou a psicologia (entre outras), articulavam-se mediante modos de organização, distribuição e técnicas direcionadas aos corpos, num arquétipo de modelos interpretativos e discursivos sobre si próprios. Um jogo de verdades e práticas sociais formavam uma rede

homogeneizante de captura dos sujeitos, na medida em que os qualificavam como sujeitos dotados de sexualidade (Ibid.)

Os corpos, e as suas condutas, eram controlados (promovendo a sua saúde e protegendo a sua vida) através da articulação entre poder e saber, entre as esferas da *praxis* e do discurso, visto que o dispositivo não só produz objetos, mas também estabelece domínios de intervenção: com o dispositivo da sexualidade, os prazeres e as sensações corporais tornaram-se, então, objetos das técnicas de poder disciplinar e biopolítico (Ibid.: 7).

2.1 A pornografia como confissão

A pornografia, como elemento subjacente da sexualidade que se constrói em torno da dialética poder-desejo, faz com que esses mesmos «poder» e «desejo» se interliguem – o que lhe permite agir sob o mecanismo de desconstrução/reconstrução e manipulação do corpo e da espécie humana (Schussler, 2016) e que a torna, por esse motivo, elemento constitutivo do reino do biopoder.

Analisar a pornografia através da lente do biopoder implica dois eixos de análise: primeiramente, há que compreender como o poder empurra os indivíduos para o seu consumo; de seguida, há que deslindar como ela influencia individual e comunitariamente o comportamento sexual.

Inicie-se a investigação pela relação entre poder e pornografia. Atente-se, por isso, ao desejo de conhecer a verdade do sexo; de a exigir; de vasculhar os seus segredos mais profundos. Descobrir essa verdade tornou-se imperativo na tarefa de encontrar sentido ao corpo e à identidade individual (Kurylo, 2017). Dado que discutir sexo com professores, pais ou amigos é considerado constrangedor e motivo de vergonha (Kendall, 2012; Moran, 2000), a pornografia, dada a sua natureza privada, anónima e cómoda (Cooper, 1998; Barak e Fisher, 2001; Peter e Valkenburg, 2006; Valkenburg e Peter, 2008; Bond et al., 2009; Simon e Daneback, 2013), apresenta-se como uma solução particularmente aliciante para o esclarecimento de dúvidas

(Steele, 1999; Häggström-Nordin et al., 2006, 2009; Peter e Valkenburg, 2008b; Alexy et al., 2009; Hunter et al., 2010).

Observe-se a dinâmica entre a censura social pública à pornografia e o prazer inerente ao desvio e à rebelião. A constituição de qualquer segredo propiciará inevitavelmente o interesse no seu desvelamento – e os últimos séculos são exemplificadores disso mesmo: através da aliciante proposição da procura da verdade do sexo, a busca incessante pelo seu entendimento integral incitou um escrutínio absoluto sobre as fontes de prazer (Foucault, 1994a). A capacidade de exploração de um objeto como o sexo, tendo em conta o seu carácter insidioso, acarretava um prazer subjacente: só um indivíduo subversivo, capaz de se colocar à margem do poder e de desafiar a opressão, teria a bravura para tal desafio (Ibid.).

As dinâmicas da relação estabelecida com a pornografia não serão assim tão descoincidentes: a neblina em seu torno – promovida por uma postura social caracterizada pela verbalização exígua e parca sobre os conteúdos pornográficos, pela condenação pública do seu visionamento e pela discriminação dos seus inevitáveis perigos (Vogels e O’Sullivan, 2018) – traduz-se no estabelecimento de um campo atrativo de investigação. Ver pornografia, nomeadamente na fase da juventude, implica uma transgressão das normas de conduta ética; concretiza a entrada num mundo imoral, perverso e desregrado; corporifica a desobediência relativamente à ordem estabelecida. Semelhantemente à exploração do sexo, este cenário de contacto com a pornografia apenas é possível através da audácia e «heroísmo» do prevaricador – potenciando, assim, uma sensação de prazer e o desejo de repetição.

Não será de ignorar que é na fase da juventude que os fenómenos de pressão social se começam a efetivar – neste caso, poder-se-á conjeturar que, a partir do momento em que o primeiro elemento de uma qualquer rede social aborde a visualização de pornografia, os restantes, receosos de fenómenos de discriminação e exclusão, se sintam pressionados para fazer o mesmo (Bleakley et al., 2011).

Por fim, devido à determinação do desejo de sexo como instinto natural (Foucault, 1994), a pornografia, apesar de, por um lado, ser encarada como indecente e libertina, por outro, é vista como um mecanismo de supressão do tal ímpeto natural

perante o sexo (Kurylo, 2017). Desta maneira, à pornografia é-lhe providenciada uma justificação plausível para que seja utilizada.

Além disso, ainda é passível de especulação que esta constituição do desejo do sexo como algo natural possa funcionar como estímulo subconsciente de incitamento, e quase obrigatoriedade, para contactar com conteúdos sexuais. A inexistência do contacto poderá significar a conotação externa (por parte da sociedade) e interna (por si mesmos) da anormalidade do indivíduo. Assim, a pornografia poderá agir como avaliador e regulador da natureza e da saúde do sujeito.

Vê-se, então, que o poder incita o contacto com a pornografia. No entanto, para que ela seja considerada uma estratégia de biopoder, terá também de influenciar diretamente tanto a conduta sexual individual, como regular o campo sexual da sociedade.

Na partida para a análise do impacto da pornografia na vida sexual, certamente que existirá alguma propensão para o foco unidirecional sobre os seus perigos. Nas últimas décadas, a malignidade dos conteúdos pornográficos foi amplamente explorada pelos movimentos feministas: Morgan (1978 *apud* Donnerstein, 1980) alega que a pornografia é propaganda sexista e que as violações são a sua consequência prática; Brownmiller (1975 *apud* Donnerstein, 1980) acrescenta que essa propaganda «anti-mulher» se traduz na instauração de um clima em que não só os atos de hostilidade sexual dirigidos a mulheres são tolerados, como ainda são incitados. Donnerstein e Linz (1986) alertam para a associação entre sexo e violência, enquanto que Eysenck (1976) argumenta que o problema reside na conexão estabelecida entre sexo e emoções como a agressividade, hostilidade, crueldade, medo, ansiedade ou desprezo. MacKinnon (1989: 195), em *Toward a Feminist Theory of the State*, define a pornografia como “uma indústria que produz em massa a intrusão sexual, o acesso, a posse e o uso de mulheres por e para homens, com fins lucrativos”. Dworkin (2000a: 29) defende que a pornografia é uma representação degradante das mulheres como “objetos sexuais que apreciam dor e humilhação”, violações, submissão sexual e penetração por diferentes objetos, e que esta representação sexualiza uma invasão íntima e psíquica e rebaixa o estatuto social da mulher. Ainda segundo Dworkin (2000b), a pornografia mantém a hierarquia sexual ao consolidar a posição dominante dos homens durante a conduta sexual,

despersonaliza e desumaniza as mulheres, causando a sua objetificação, e transforma a violência sexual num fenómeno aceitável, dado que as mulheres a desejam naturalmente.

Neste contexto, e dado que o consumo da pornografia tem aumentado nos últimos anos – a facilidade do acesso à Internet desempenhou um papel decisivo (D’Amato, 2006) –, qual será o nosso futuro? Caminharemos para um cenário onde a mulher estará condenada ao papel de submissão, aceitando a conduta violenta e egoísta do seu parceiro? Onde o prazer masculino é o cerne das preocupações em torno da sexualidade? Onde os direitos civis das mulheres são continuamente violados e onde existe uma normalização desse fenómeno, condicionando tanto as gerações atuais, como as vindouras?

Estas preocupações foram (e são) a origem para vários movimentos que visam interditar o consumo pornográfico. MacKinnon e Dworkin foram pioneiras em 1984, nos EUA, ao requerer a ação do governo para viabilizar processos por coerção sobre a produção e a distribuição de pornografia – pedido que foi considerado inconstitucional pela Suprema Corte de 1986, alegando que restringiria a liberdade de expressão (Kurylo, 2017)¹².

Sem ser meu objetivo retirar ou desvalorizar qualquer inquietação relativa ao papel da mulher nos conteúdos pornográficos e às suas consequências na vida sexual, a influência da pornografia como mecanismo de biopoder não poderá ser analisada somente através deste prisma.

A regulação individual e social da população estabelece-se devido ao carácter confessional da pornografia. Na sociedade contemporânea, a pornografia desempenha o papel que as instituições religiosas e científicas (através de padres, pedagogos e médicos) desempenharam nos séculos XVII, XVIII e XIX. Supondo que esta proposição seja alvo de algumas reticências, a mais flagrante, porventura, advirá da incapacidade da pornografia ouvir e responder às confissões (tal como padres ou médicos faziam). De forma a esclarecer esta dúvida, analise-se, então, como se processa a interação com a pornografia.

¹² Através da lupa foucaultiana utilizada na presente dissertação, banir a pornografia seria contra-producente, pois como a repressão e a constituição das sexualidades são complementares, a legislação estatal intensificaria ainda mais o próprio prazer proibido (Kurylo, 2017).

Se é certo que tenho vindo a demonstrar que não nos regemos (nem nunca fomos regidos) por uma sociedade repressora a nível sexual, será inegável a existência de um constrangimento social para falar sobre o sexo (Buckingham e Bragg, 2003) – inclusivamente, será também a partir desse embaraço que o poder se exerce. A pornografia, como também já foi brevemente explorado, combate de forma profundamente eficaz esse constrangimento, dada a sua anonimidade, conveniência e acessibilidade financeira (Cooper e Sportolari, 1997); opera como libertadora de conversas incómodas, da procura (muitas vezes física) de revistas e de livros, ou do antigo e embaraçoso processo de aluguer de filmes eróticos nas videotecas.

A sua constante proximidade traduz-se numa ininterrupta disponibilidade para ouvir o seu utilizador – seja o que deseja ver, as fantasias que quer saciar, ou o tempo que pretende despender. A pornografia oferece, até, a possibilidade de um duradouro *zapping* de cenas obscenas, dada a sua insaciável vontade de acomodar o utilizador e de lhe providenciar precisamente o que ele quer ver. Ela torna-se num reduto de conforto e compreensão. A pornografia ouve o indivíduo na medida em que espera por ele, o percebe e lhe dá sempre o retorno pretendido. A ela são-lhe confessados os prazeres mais escondidos e estes, por sua vez, são invariavelmente compreendidos – o facto de se encontrar um sem-número de estilos e categorias pornográficas alavanca e potencia o sentimento de pertença, ao mesmo tempo que atenua o medo de bizzarria, anormalidade e solidão (visto que, qualquer que seja a escolha da categoria pornográfica, existem sempre comunidades, por mais pequenas que sejam, que partilham essa predileção).

A pornografia providencia, também, respostas sobre o comportamento sexual a adotar (Duncan e Nicholson, 1991; Throstle, 1993, 2003; Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010; Ramlagun, 2012; Orenstein, 2016). A ela é-lhe revelada, de forma integral, a nossa identidade sexual; mas essa mesma identidade sexual é objeto de constantes transformações à medida que o indivíduo explora o universo pornográfico – a sua exposição e as conseqüentes interpretações subjetivas que realiza geram e modificam continuamente a sua identidade: o que gosta e o que repele, o que suscita curiosidade e o que causa asco, o que quer implementar no ato sexual e o que pretende manter privado e circunscrito na sua mente.

Através da sua visualização, obtêm-se inevitavelmente informações sobre a maneira como os nossos pares se comportam sexualmente (Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010): o que fazem, onde fazem, como fazem, quando fazem e durante quanto tempo o fazem. A contínua utilização da pornografia não só garante acesso contínuo a conhecimento, como assegura que, independentemente do material consumido, o sujeito está sempre num domínio que se espelha na sexualidade de alguém – reduzindo, novamente, a probabilidade de se ser encarado como anómalo, louco ou grotesco.

Assim, os indivíduos, ainda profundamente obstinados pela descoberta da verdade do sexo, encontram na pornografia mais um estímulo para o seu autopolicimento. Preocupados em garantir a compreensão das dinâmicas sexuais corretas, confessam à pornografia as suas dúvidas e escutam atentamente o que ela tem para lhes dizer. Confessam as suas perversões e esperam ansiosamente que estas tenham representação no mundo pornográfico, validando os seus gostos e fetiches. E é precisamente pelo facto de a pornografia não se expressar de forma idêntica a um padre ou a um médico que o autoexame ganha uma preponderância chave: como o estabelecimento das categorias de «normalidade» e de «desvio» é difuso, e a estipulação dos limites do «aceitável» é imprecisa, os indivíduos veem-se presos numa constante autoavaliação dos seus gostos sexuais, tentando compreender se estes são naturais e comuns. A inexistência de um juiz imparcial intensifica o escrutínio da própria sexualidade, o que suscita uma nova consciência dos prazeres – as fontes de prazer sexual de um sujeito tornam-se novamente segredos passíveis de descortinar. Verifica-se, decorrente da maior consciência, uma valorização acrescida do prazer e estabelecem-se, uma vez mais, as *espirais perpétuas de prazer e de poder*, de Foucault (1994a).

Deste modo, responder-se-á à outra possível objeção sobre a validade da minha premissa – a de que a pornografia substituiu o papel confessional da Igreja e da medicina. É indubitável que a confissão não se consubstancia unicamente no processo singelo da exteriorização, por parte de quem confessa, dos seus medos, angústias e pecados; no processo de purificação da alma do herege, ou do tratamento do perverso, o pecador/paciente terá de se submeter a processos incómodos que visam a normalização da sua conduta. Estas ordens e procedimentos estarão certamente ancorados em alguma subjetividade do ordenador, decorrente da sua

percepção do problema; no entanto, do ponto de vista do sujeito desviante, o caminho traçado para a cura é concreto, objetivo e firme.

Assim sendo, a dúvida que se impõe é perceber como é que a pornografia poderá aplicar castigos ou estipular diretrizes. Pelo facto de a pornografia não dar respostas absolutamente percetíveis e incisivas, de requerer continuamente uma interpretação subjetiva da nossa parte para conseguir providenciar algum tipo de mensagem, os indivíduos, nos seus processos examinadores, respondem-se a eles próprios; desempenham simultaneamente o papel de juízes, julgados e advogados na inquisição sobre os seus hábitos e sobre as suas percepções. O decurso deste julgamento está condicionado pela subjetividade do sujeito. O decretamento de eventuais ajustes ao comportamento vigente também. Por conseguinte, todo o processo de evolução está ancorado na sua capacidade analítica.

Analisado, assim, o modo pelo qual a pornografia influencia o comportamento individual, como se processará a intervenção a nível social?

Dada a sua ampla proliferação (Lo e Wei, 2005; Coopersmith, 2006; Häggström-Nordin et al., 2006; Flood, 2007; Wolak, et al., 2007), a criação de um ideário referencial sobre o modo de agir foi sendo reproduzida numa vasta parte da população – verificou-se, então, uma difusão progressiva na sociedade de um inconsciente pornográfico coletivo: seja diretamente, devido ao contacto do indivíduo com a pornografia e à sua conseqüente aplicação no ato sexual; seja indiretamente, caso o contacto e aplicação seja feito pelo(a) companheiro(a). Neste último caso, o(a) companheiro(a), influenciado(a) pelos ideais pornográficos, comportar-se-á sexualmente em concordância com o tal inconsciente pornográfico. O sujeito que não tem contacto com a pornografia será influenciado na medida em que assimilará inconscientemente os comportamentos do(a) parceiro(a) sexual, sem sequer ter a percepção da influência da pornografia.

O alastramento deste inconsciente pornográfico significa, então, que todos os indivíduos se comportam sexualmente da mesma maneira? Seguramente que não. O inconsciente pornográfico não poderá ser entendido como um corpo imutável que se espalha homogêneamente por todas as pessoas. O inconsciente pornográfico significa, sim, que existem concepções comuns; mas a maneira como essas concepções se corporificam na vida sexual prática dependerá da subjetividade de cada

indivíduo. Deste modo, as condutas sexuais terão, certamente, um largo domínio para divergirem.

Visto que esta subjetividade está irremediavelmente correlacionada com os traços singulares de cada um (educação, experiências passadas, etc.), verificar-se-á um inelutável e contínuo choque entre as interpretações discrepantes do inconsciente pornográfico. O choque não será necessariamente negativo; será, pois, mais uma fonte de informação (repleta de *feedbacks* positivos e negativos) sobre os conteúdos integrantes do inconsciente pornográfico. Como este processo é inevitável em qualquer interação sexual entre (pelo menos) duas pessoas diferentes, o conceito de «inconsciente pornográfico» está e estará em mutação perpetuamente.

Não será impossível imaginar um sujeito absolutamente alheado dos ideais pornográficos – para que este cenário seja exequível, ele não poderá ter tido contacto com nenhum conteúdo pornográfico, nem poderá ter tido nenhuma abordagem (física ou teórica) que parte de um consumidor de pornografia. Adicionalmente, o(a) seu(sua) companheiro(a) também não poderá ter tido contacto sexual (físico ou teórico, uma vez mais) com nenhum consumidor de pornografia, sob pena de já ter sido influenciado(a) (mesmo que inconscientemente) e, deste modo, perpetuar esse ideal pornográfico.

No entanto, e não excluindo totalmente este último cenário, poder-se-á afirmar que a pornografia, diretamente ou indiretamente, influencia o comportamento da sociedade relativamente às dinâmicas sexuais, às posições efetuadas ou até às expectativas geradas.

A pornografia insere-se num dispositivo que continua a estimular o exame sobre o sexo, a incitar a sua permanente discursificação e a regularizar a sexualidade tanto a nível individual, como a nível social. A discursificação é, comparada com os últimos séculos, cada vez mais interna e está gradativamente mais sustentada nas idiosincrasias de cada um. Mas não só a discursificação vigorante nos séculos XVII, XVIII e XIX não diminuiu, como se mantém absolutamente relevante nos dias de hoje. Desta maneira, a pornografia nunca poderá ser considerada um fenómeno de contrapoder ou de resistência; ela é uma extensão do poder.

2.2 A subjetividade do confessorário pornográfico

A premissa subjacente à generalidade da teoria social contemporânea não é apenas de que houve uma transição da «tradição» para a «modernidade» (Bendix, 1967 *apud* Van Krieken, 1990), mas também que «ser moderno» significa ser disciplinado pelo Estado, ser disciplinado pelos outros e ser disciplinado por nós mesmos; que a alma, própria e alheia, se organizou em torno do sujeito, tornado objeto de reflexão e análise e, sobretudo, transformável em serviço de ideais como a produtividade, a virtude e a força (Sonntag, 1988; Rose, 1990 *apud* Van Krieken, 1990). A história das sociedades ocidentais poderia, assim, ser caracterizada por uma crescente objetivação e disciplinamento da subjetividade, uma regulação cada vez mais intensa da alma, que, juntamente com a crescente individualização, parece ter-nos transformado em seres completamente autocontrolados e administrados (Van Krieken, 1990).

No entanto, as discussões sobre o (auto)controlo, (auto)disciplina e liberdade não serão somente relevantes quando aplicadas à época da transição para a modernidade – será palpável a importância da «moral» no decurso do nosso processo evolutivo enquanto sociedades. Nesse sentido, Foucault (1994b) construiu uma base teórica que é derivada, em parte, da tradição kantiana, onde a valorização da metafísica da ética (costumes ou práticas) é forma de afirmar a própria liberdade, por meio da modelação de uma vida independente dos constrangimentos do empirismo e da ciência (Kritzman, 1985). Foucault estudou a genealogia do desejo como um problema ético e, ao fazê-lo, argumentou que a exemplaridade da vida de cada um é construída segundo as exigências de um imperativo moral através do qual se define uma postura ética (Ibid.). Contudo, esta moral não se consubstancia no conceito contemporâneo de uma moral de valor universal, à qual todos deveríamos aderir (facto especialmente perceptível aquando do estudo de Foucault das sociedades greco-romanas). A moral entende-se, sim, como

[...] um conjunto de valores e de regras de ação que são propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. Pode acontecer que as regras e valores sejam muito explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensino explícito. Mas pode acontecer também que sejam transmitidos de modo difuso e que, longe de formar um conjunto sistemático, constituam um jogo complexo de elementos que se

compensam, se corrigem, se anulam nalguns pontos, permitindo assim compromissos ou subterfúgios. Sob tais reservas, é possível chamar «código moral» a esse conjunto prescritivo (Foucault, 1994b: 32).

[...] por «moral» entende-se também o comportamento real dos indivíduos, na sua relação com as regras e valores que lhes são propostos: [...] o estudo deste aspeto da moral deve determinar de que modo e com que margens de variação ou de transgressão os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo [...]. Chamemos a este nível de fenómenos a «moralidade dos comportamentos» (Foucault, 1994b: 32-33).

No entendimento da «moral», para Foucault, além da regra de conduta e da conduta que poderá ser avaliada à luz dessa regra, ainda há que atentar ao modo como cada um se deve constituir a si próprio como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código (Foucault, 1994b: 33). E essa constituição não é homogênea: verificam-se diferenças que poderão advir da «determinação da substância ética», do «modo de sujeição», da «elaboração do trabalho ético» ou da «teologia do sujeito moral» (Foucault, 1994b: 33-35):

A «determinação da substância ética» incide sobre o modo como “o indivíduo deve constituir tal ou tal aspeto dele próprio como matéria principal da sua conduta moral” (Ibid.: 33). Deste modo, e tomando por exemplo a imposição da fidelidade conjugal, o respeito a esta norma poderá traduzir-se numa multiplicidade de cenários: pode consistir num cumprimento estrito das interdições e obrigações relativamente aos próprios atos que se executam; pode ser concretizada através de uma fiscalização, vigilância e combate no campo dos desejos (e, neste caso, serão os desejos, os anseios ou os devaneios que, muito mais que a efetivação dos atos propriamente ditos, se constituem como matéria da prática moral); ou pode, até, consistir “na intensidade, continuidade e reciprocidade de sentimentos que se têm pelo cônjuge e na qualidade da relação que liga, de modo permanente, os dois espaços” (Ibid.: 33-34).

O «modo de sujeição» diz respeito à maneira como o indivíduo se relaciona com a regra e como se reconhece ligado à obrigação de a concretizar. Assim, um sujeito poderá praticar a fidelidade conjugal (e, de forma conseqüente, submeter-se ao preceito que a impõe) porque se reconhece como membro integrante do grupo social que a aceita e perpetua; porque se considera herdeiro de uma tradição espiritual que tem a responsabilidade de manter ou de reavivar; ou porque encara a tal

fidelidade como um caminho de glória, beleza, nobreza ou perfeição para a sua vida pessoal (Ibid.: 34).

A «elaboração do trabalho ético» efetiva-se na pluralidade de maneiras pelas quais o sujeito tanto ajusta o seu comportamento em relação a uma dada regra, como se procura transformar a si próprio em sujeito moral da sua conduta. A nível prático, a austeridade sexual poderá ser praticada através do estudo, memorização e aplicação rigorosa e controlada de normas de conduta; através da renúncia integral ao mundo dos prazeres; através de um combate permanente, cujas peripécias (inclusivamente as derrotas) podem ter o seu sentido e valor; ou através de uma interpretação minuciosa e incessante dos movimentos do desejo (inclusivamente nas suas formas mais obscuras) (Ibid.: 34-35).

Por fim, a «teologia do sujeito moral» traduz-se na conceção de que a ação moral não se resume unicamente em si e na sua singularidade. É claro que a ação moral tende para a sua própria concretização; mas também visa a constituição de uma conduta moral que leva o indivíduo não somente a ações sempre conformes a valores e regras, mas a um certo modo de ser característico do sujeito moral (Ibid.: 35). Nesta lógica, a fidelidade conjugal pode revelar uma conduta moral que se encaminha para um domínio de si cada vez mais completo; pode ser uma manifestação de um distanciamento radical em relação ao mundo; pode tender para um apaziguamento e tranquilidade da alma, para uma insensibilidade total em relação do mundo das paixões, ou para um asseguramento da salvação do espírito após a morte (Ibid.).

Assim, uma ação para se considerar «moral» não se deve reduzir à conformidade a uma regra, uma lei ou um valor:

É certo que toda a ação moral integra uma relação com a realidade em que se efetua e uma relação com o código ao qual se refere; mas implica também uma certa relação a si; este não é apenas “consciência de si”, mas constituição de si como “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele próprio que constitui o objeto dessa prática moral, define a sua posição em relação ao preceito que segue, fixa-se num certo modo de ser que valerá como realização moral de si próprio; e, para o fazer, atuará sobre ele mesmo, procurará conhecer-se, controlar-se, experimentar-se, aperfeiçoar-se, transformar-se. Não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nenhuma moral que não apele à constituição de si mesmo como sujeito moral; e não existe constituição de sujeito moral sem “modos de subjetivação” e sem uma “ascética” ou “práticas de si” que as apoiem (Foucault, 1994b: 35-36).

Sendo que a moral tem como base a dicotomia entre os códigos de conduta e os modos de subjetivação (que, por sua vez, estão associados um ao outro), Foucault (1994b) reflete sobre a prevalência, na Antiguidade, dos códigos de comportamento em detrimento dos códigos do que era permitido e proibido: mesmo na necessidade de respeitar o quadro de regras vigentes, o cerne da preocupação era que o indivíduo não se subjugasse aos desejos e aos prazeres (Farias, 2015); se o fizesse, perderia o domínio de si próprio. O objetivo, pois, seria manter os seus sentidos em estado de tranquilidade e serenidade, livre da escravidão das paixões e sendo plenamente soberano de si mesmo (Ibid.).

Foucault (1994b), ao estudar a Grécia Antiga, retoma a moral sexual da época mediante alguns escritos de filósofos (essencialmente de Xenofonte, Platão e Aristóteles). A partir destes registos, observa quatro noções importantes no dispositivo moral: i) a noção de *aphrodisia*, através da qual se pode apreender o que, no comportamento sexual, era reconhecido como «substância ética»; ii) o uso de *chrēsis*, que permite apreender o tipo de sujeição ao qual a prática destes prazeres devia ser submetida para ser moralmente valorizada; iii) a noção de *enkrateia*, de domínio que define a atitude que cada um necessita de ter acerca de si próprio para se constituir como sujeito moral; iv) a noção de “temperança”, de “sabedoria”, de “*sōphrosunē*”, que caracteriza o sujeito moral na sua realização (Foucault, 1994b: 45):

- i) A partir dos *aphrodisia* – atos, gestos, contactos que concedem prazer (Ibid.: 49) –, a questão ética não se traduz na especificação dos desejos, atos ou prazeres; ao invés, há que atender, primeiramente, à força com que “se é levado pelos prazeres e os desejos” (Ibid.: 53) e, posteriormente, há que descortinar a maneira como se poderá dominar e conviver com essa mesma força (Farias, 2015).

Deste modo, a ontologia à qual se refere esta ética do comportamento sexual não é, pelo menos na sua forma geral, uma ontologia da privação e do desejo; de uma natureza fixando a norma dos atos. É a de uma força que liga entre si atos, prazeres e desejos. E é esta ligação viva e agitada

que constitui aquilo a que se poderá apelidar “o grão da experiência ética dos *aphrodisia*” (Foucault, 1994b: 53)

ii) O uso de *chrēsis* corporifica-se em indagações como

De que modo obter o prazer “como deve ser”? A que princípio deve ser feita referência para moderar, limitar, regular tal atividade? Que tipo de validade reconhecer a esses princípios que possa justificar a sua aceitação? Ou, noutros termos, qual é o modo de sujeição implicado nesta problematização moral da conduta sexual? (Foucault, 1994b: 64).

Visto que a arte do uso dos prazeres não se rege por um código bem definido de condutas morais, ela deve-se administrar tendo em conta elementos diversos: a necessidade e aquilo que a natureza tornou necessário (Ibid.: 65); a determinação do momento oportuno (o *kairos*) (Ibid.: 69); e a consideração sobre o estatuto do sujeito – “qualquer espírito sensato sabe bem que as relações amorosas de um rapaz não são “virtuosas ou desonestas de maneira absoluta”, mas que diferem completamente de acordo com os interessados” (Ibid.: 71).

iii) A noção de *enkrateia* caracteriza-se como uma forma ativa de domínio de si que permite resistir ou lutar e assegurar o domínio no campo dos desejos e dos prazeres (Ibid.: 77).

iv) As noções de “temperança”, de “sabedoria”, de “*sōphrosunē*” prendem-se com a liberdade que é alcançada através do domínio dos prazeres. Esta liberdade é obtida mediante o domínio e a contenção na prática dos prazeres (Ibid.: 92) – através do correto uso dos prazeres, pode-se desfrutar deles, em vez de ser por eles comandado:

Ser livre em relação aos prazeres é não estar ao seu serviço, é não ser seu escravo. Muito mais do que na mácula, o perigo dos *aphrodisia* está na servidão. Diógenes dizia que os servos eram escravos dos seus senhores, e que as pessoas imorais o eram dos seus desejos (Ibid.: 93-94).

Estas quatro conceções são parte integrante da constituição de uma moral que se relacionou visceralmente com os conceitos de “liberdade” e “verdade”. Não obstante a tentação de imaginar que, antes das imposições cristãs, as sociedades eram «livres», Foucault (1994b) demonstrou que essa «liberdade» estaria amplamente condicionada por proibições e pela moral instituída (Farias, 2015). Inclusivamente, Foucault, ao longo da sua vida, denunciou persistentemente o mito da espontaneidade – acreditar no mito da espontaneidade é acreditar que há algo que faríamos instintivamente se não estivéssemos estrangidos pelas barreiras da

tradição, pelos costumes e tabus e, mais importante, pelos códigos morais e legais e sanções associadas; acreditar no mito da espontaneidade é acreditar que, despidendo-nos de grilhões e restrições, descobriremos a nossa natureza e verdade primordiais (Earle, 1989). Assim, acreditar em qualquer sociedade (ou ser) absolutamente livre constitui uma implausibilidade, independentemente da sua localização geográfica ou temporal.

* * *

Se não somos uma sociedade «livre», estaremos necessariamente condicionados por um qualquer quadro de regras morais – e a sexualidade, logicamente, não será exceção. Assim, coloca-se imperiosamente uma questão sobre a natureza desse sistema de normas e prescrições: será que ainda nos norteamos pelas concepções de controlo da sexualidade da Grécia Antiga? A vinculação entre controlo sexual e virtude ainda desempenha um papel relevante na atualidade? De que maneira ainda impactarão as diretrizes da pastoral cristã no século XXI?

Existirão, certamente, algumas razões para acreditar que estes modos de viver são obsoletos. As normas católicas que prescreviam a relação com o sexo – que, num bom cristão, seria não mais que um instrumento para garantir a reprodução e para assegurar as obrigações maritais – estão, de forma generalizada, em desuso. Constataram-se e propagaram-se no campo científico, mas também social, os efeitos benéficos da atividade sexual: do fortalecimento no sistema imunológico (Charnetski e Brennan, 2004) à redução do risco de cancro da próstata (Leitzmann et al., 2004); da redução de stress (Ditzen, et al., 2019) à melhoria da qualidade de sono (Neustein e Stallings, 2021). A masturbação, em concreto, também tem ganho o seu relevo (especialmente) na discussão académica e científica – em adição aos efeitos benéficos supramencionados inerentes à prática sexual, ela é compreendida como um comportamento normal e saudável, que fomenta o conhecimento do próprio corpo, é promovida como atividade sexual segura e até é aplicada em contextos de terapia sexual (Driemeyer, 2013; Mascherek, et al., 2021; LoPiccolo e Lobitz, 1972; WHO Regional Office for Europe and BZgA, 2010). E a assunção da liberalização da pornografia será difícil de refutação: para além dos incitamentos à visualização descritos no primeiro capítulo da presente dissertação, a sua natureza acessível e a dificuldade em ser evitada (Holland, 1998: 77; Hoehe e Thibaut,

2020), a relação estabelecida com ela é cada vez mais próxima. Esta constante contiguidade repercute-se ambivalentemente: tanto no aumento generalizado do consumo de pornografia (Luscombe, 2016) – com 134491 novas visitas por minuto, os três *websites* pornográficos com maior trânsito acumulam 5.81 mil milhões de visitas por mês (Statista, 2021) –, como na reinterpretação do nosso papel perante ela. Os utilizadores já não só utilizadores. Os utilizadores passaram a ser também potenciais elementos integrantes do exercício pornográfico. Ou, por outras palavras, potenciais atores. Eis como esse processo se desenrola:

Nos últimos anos, percebendo a possibilidade e facilidade de criação e distribuição de pornografia (Owens et al., 2012), a indústria de produção pornográfica tornou-se passível de integração por parte de qualquer sujeito. O conteúdo amador difundiu-se¹³, integrou-se e obteve uma assinalável aceitação e correspondência por parte dos visualizadores (Ibid.). Este fenómeno acentuou ainda mais a prevalência crescente que a pornografia tem nas sociedades contemporâneas, gerando uma espiral perpétua de rápida regeneração pornográfica. Isto é, com a disseminação de material amador, o ritmo total de produção de conteúdo foi acelerado¹⁴ e intensificou-se e agilizou-se a divulgação de novas caras e corpos – o que, sumariamente, objetiva uma expansão e um reforço dos estímulos para o consumidor: se o utilizador tem mais estímulos, e estímulos cada vez mais diferentes, verifica-se uma maior predisposição para aumentar o seu consumo. A partir destas dinâmicas, mais capital é gerado (essencialmente para as plataformas distributivas, visto que um *site* com mais afluência obtém receitas publicitárias mais elevadas e melhores contratos com parceiros estratégicos) e maiores são os incentivos para que este sistema se alastre. Assim, uma máquina pornográfica propagandista bem concertada, prometendo elevadas quantias de recompensa financeira, estimula outros indivíduos a ingressarem na indústria. Estes indivíduos, por sua vez, serão mais suscetíveis quanto maior for a difusão de vídeos amadores, a perceção de sucesso dos seus integrantes, e quanto mais forem quebradas as barreiras entre o consumidor e o ator pornográfico. Aquando da entrada de novos elementos, o ciclo repete-se nova e infundavelmente.

¹³ Somente no *site* Pornhub existem mais de 98000 atores pornográficos (Pornhub Insights, 2019).

¹⁴ Foram carregados, por minuto, 125000 *gigabytes* de pornografia para o *site* Pornhub em 2019 (Pornhub Insights, 2019).

Assim, uma sociedade promíscua com a pornografia, que incentiva o seu consumo e, de uma maneira muito subtil, localizada e específica, providencia ferramentas para a formação de novos agentes pornográficos, será inconciliável com um regime onde a moral e a virtude se determinam através da inibição ou controlo do campo sexual; uma sociedade onde os benefícios da atividade sexual são explanados e onde se constrói um corpo científico positivo sobre a masturbação nunca se poderá reger através de modelos semelhantes aos praticados na Grécia Antiga... ou será que pode?

Apresente-se, então, o ponto nevrálgico desta conciliação aparentemente inconciliável: ao mesmo tempo os indivíduos são «empurrados» para contactar com o sexo e com todos os seus tentáculos, são simultaneamente alvos de um dispositivo que assinala persistentemente todos os perigos e pecados imanentes a essa interação. O onanismo, apesar de encorajado e normalizado em retóricas teórico-científicas, continua, tal como nos séculos XVIII e XIX, a ser objeto de repulsa e reprovação social – especialmente se a prática advier do contacto com a pornografia. Ainda que sejam evidentes esforços para o processo de liberalização sexual, o controlo e o domínio do sexo são objeto de orgulho e glória. Atente-se, para maior elucidação, à praticidade desta renúncia.

Apesar da formação de um corpo de pesquisas científicas que atestam a segurança do onanismo e comprovam que nenhum efeito nocivo foi, até então, relatado, as comunidades online que promovem a abstinência da masturbação estão em ascensão, com um número cada vez maior de seguidores e apoiantes (Mascherek, et al., 2021). O exemplo mais paradigmático será, possivelmente, o *subreddit* “NoFap” e o site que o acompanha (com mais de 948000 seguidores): esta comunidade online representa um local onde os membros se desafiam a cumprir uma abstinência relativa à pornografia e à masturbação, tendo em vista o fortalecimento da saúde mental e física, a recuperação da autoconfiança, o aumento da produtividade através do incremento dos níveis de energia, e o melhoramento das interações sociais (e amorosas) (Fernandez et al., 2021). Apesar de alguns participantes mais radicais defenderem até a abstinência do orgasmo em geral (e não apenas da masturbação) como uma experiência de cura (Mascherek et al., 2021), a base conceptual partilhada por todos é a de que a masturbação e a pornografia são problemáticas, nefastas e lesivas (Zimmer e Imhoff, 2020; Hartmann, 2020) e, portanto, deverão ser

suprimidas; que a virtude no ser humano está diretamente relacionada com a sua capacidade de controlar o ímpeto sexual, de o dominar e de garantir que ele não norteie o seu comportamento; que a liberdade reside na dissolução da prisão da gratificação imediata.

Será errado conjecturar que estas premissas de comedimento apenas se cingem a comunidades online ou a nichos muito reduzidos da população; será igualmente incorreto presumir que os elementos integrantes destas coletividades se circunscrevem a indivíduos com problemas de adição e obsessão. Os incentivos para a gestão ponderada da sexualidade estão por todo o lado. Os discursos e indicações médicas que alertam para as implicações negativas da masturbação e da pornografia propagam-se e são cuidadosamente escutados.

Há vários anos que se associa a elevada frequência do ato de masturbação com repercussões fisiológicas desfavoráveis: assim, uma repetição demasiadamente excessiva tem-se interligado com uma danificação da qualidade do esperma. Devido a essa convicção, a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2010) recomendou que, antes das doações de esperma, se respeite um período de dois a sete dias de abstinência sexual.¹⁵

A constância exagerada do ato onanístico também foi relacionada com a hipersexualidade – condição caracterizada por uma preocupação intensa, frequente e de longo prazo relativamente a fantasias e comportamentos sexuais; este estado, para além do sofrimento pessoal inerente, provoca uma incapacidade de contactar de forma natural com o mundo envolvente (Zimmer e Imhoff, 2020). A masturbação compulsiva pode ser encontrada em 30-75% destes pacientes (Kaplan e Krueger, 2010) e o combate para o seu tratamento tem tomado uma posição de relevo nos últimos anos¹⁶.

A problematização da visualização de pornografia tem sido amplamente explorada nas últimas décadas: a perpetuação da aceitação da violência sobre a mulher e a

¹⁵ O princípio da diminuição da qualidade do esperma foi posto em causa recentemente por Ayad, van der Horst e Du Plessis (2018: 245), visto terem descoberto qualidade superior de esperma num espaço temporal mais reduzido; assim, até à data atual, não se verifica nenhuma evidência de efeitos fisiológicos proveitosos que partam da abstinência onanística (Zimmer e Imhoff, 2020).

¹⁶ Ainda assim, mesmo altas frequências de masturbação não deverão ser patologizadas quando não estão associadas ao comprometimento do controlo individual ou à perturbação da gestão da ansiedade (Kraus et al., 2018).

normalização do seu papel submisso, reproduzindo modelos comportamentais machistas (Donnerstein e Linz, 1986; Dworkin, 2000a; MacKinnon, 1989); a degradação das suas relações interpessoais (Bergner e Bridges, 2002; Manning, 2006; Bridges e Morokof, 2011); a redução de autoestima, o aparecimento de transtornos sexuais, e a dificuldade na gestão da vida pessoal (Cavaglione, 2009); a insatisfação com a vida sexual e a incapacidade – ou, pelo menos, a grande dificuldade – de explorar o domínio da intimidade com parceiras reais e tangíveis (Philaretou et al., 2005; Bridges e Morokoff, 2011); as sequelas prejudiciais na rede social íntima do sujeito (Lee e Tamborini, 2005); a similaridade entre o uso de drogas e o uso de pornografia (Voon et al., 2014); o sofrimento psicológico, nomeadamente através de sentimentos como a culpa, a ansiedade ou a depressão (Philaretou et al., 2005). Por fim, a religião também desempenha um papel importante no apelo ao comediamento sexual: mesmo que subliminarmente, Strasser (2011) e Davidson et al. (1995) constataram que a religiosidade está associada a emoções negativas em relação à masturbação, conotando-a como pecado e como comportamento não saudável – um sujeito que pretenda a elevação da alma e honradez da vida espiritual tem que se dissociar imperiosamente dessa prática. Estas perspetivas traduzir-se-ão, naturalmente, numa maior propensão para que sentimentos como a culpa sexual sejam mais prevalentes nos indivíduos (Zimmer e Imhoff, 2020)¹⁷. E, não obstante o peso da Igreja ter decrescido significativamente nos últimos séculos, há que questionar quais os efeitos atuais provenientes da subjugação secular perante os ideais religiosos.

* * *

Em conclusão, a sexualidade é regulada por um arquétipo composto pela ciência, pelos incitamentos da pornografia, pelas normas sociais vigentes, pela religiosidade e pelo medo da profanação, pelo conservadorismo e por movimentos liberais, que nos enviam continuamente mensagens contraditórias: a promoção da masturbação é contrabalançada com alertas sobre os seus perigos; os incitamentos à visualização de pornografia são imediatamente contrastados com todas as

¹⁷ Culpa sexual é um conceito de Mosher (1979) que se consubstancia no sentimento de violação de uma dada disposição normativa moral. A este construto, Coleman (2003: 7) atribuiu “a maioria dos efeitos nocivos da masturbação”, relegando o comportamento em si ou a sua frequência para um papel secundário.

consequências nefastas que advêm dessa interação; a liberdade da exploração sexual é invariavelmente contrariada pela necessidade de comedimento e sobriedade. Todas estas incongruências geram nebulosidade na delimitação do certo e do errado, do que faz bem e do que não faz, do saudável e do nocivo, do normal e do anômalo.

É certo que estes obstáculos e esta imprecisão na decifração da conduta sexual mais apropriada não são novos – os Gregos questionavam, examinavam e debatiam esta mesma problemática. Estar-se-á, então, perante a mesma indagação de sempre? Sim e não. Sim, na substância da questão; não, no modo pelo qual a resposta é averiguada. No passado a dedução de respostas estava ancorada em filósofos, padres, pedagogos ou médicos – no entanto, estas personagens perderam um peso significativo na sociedade contemporânea e foram substituídos pela subjetividade individual na decifração das mensagens. Adicionalmente, é impossível estar exatamente perante a mesma interrogação por mais um motivo: devido à acessibilidade sem precedentes do conteúdo pornográfico, é requerida uma atenção cuidadosa perante a relação que estabelecida com ele; essa relação, dado o seu carácter sigiloso e impartilhável, requer um exame perpétuo e detalhado; por sua vez, esse exame, justamente pela sua condição íntima e intrínseca, necessita continuamente de contraste com o mundo exterior para assegurar a sua validade.

Assim, salvo raras exceções de partilhas específicas (nomeadamente através de solicitação externa em contexto médico ou de acompanhamento psicológico), são os indivíduos, com a sua subjetividade, que avaliam a sua conduta. Avaliam a predisposição para interagir com a pornografia e o tempo que investido (examinando se se encontram no domínio da hipersexualidade, por exemplo, ou se, por outro lado, se estão na norma); avaliam os nossos gostos, taras e fetiches (ponderando se estão no campo da perversão ou se eles se coadunam com a generalidade da sociedade); avaliam o papel e o peso que esses gostos têm no desempenho sexual; avaliam a viabilidade da transposição de atos e dinâmicas pornográficas para a vida real; avaliam o seu percurso com a pornografia (percecionando se se têm verificado indícios problemáticos decorrentes da sua visualização ou se, inversamente, a estão a integrar satisfatoriamente com os restantes domínios da nossa vida); são eles, enfim, que avaliam as consequências da pornografia na vida prática. Como é que operam essa avaliação? A resposta estará no confronto feito entre a produção de

verdade dos elementos constitutivos do arquétipo supramencionado e as concepções instituídas como verdadeiras; a compreensão das semelhanças e das dissimelhanças entre estes dois pólos geram, assim, os modelos norteadores. Esse contraste, por sua vez, é condicionado pela educação, pela formação acadêmica, pelas vivências, por quem os rodeia, pelos estímulos que recebem; é condicionado pela maneira singular como cada um interpreta o mundo; é condicionado, acima de tudo, pela moral.

Com esta explicação não pretendo afirmar que a luta para perceber se se encontram no campo da normalidade é feita unicamente de forma individual; que a Igreja ou, sobretudo, a medicina, já não desempenham um papel relevante nessa aferição. O que pretendo afirmar é o papel absolutamente fulcral da subjetividade do indivíduo na percepção sobre a sua inserção no campo da normalidade; o que pretendo precisar é o agigantamento da responsabilidade individual no que toca à maneira como se lida com a sexualidade e com a pornografia; o que pretendo evidenciar é a crescente individualização do processo de construção moral contemporânea – e, de forma consequente, a maneira como cada um ordena o seu comportamento mediante regras morais cada vez mais heterogêneas.

A moral continua a ser um elemento chave na regulação dos comportamentos sexuais; a diferença teórica reside na crescente singularidade com que cada sujeito concebe os seus fundamentos morais; a diferença prática revela-se na aplicação dessas concepções morais heterogêneas.

Nesse sentido, explore-se a aplicação prática divergente da moral no relacionamento com a pornografia. Declarar que a pornografia influencia o comportamento sexual não será uma assunção inédita – nem na literatura científica, nem sequer nesta dissertação; afirmar que a pornografia é procurada (também) como fonte de educação sexual informal pelos jovens (Tjaden 1988; Allen 2006, McKee 2007; Kubicek et al., 2010; Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010) e que, por isso, eles aprendem comportamentos e dinâmicas a partir da sua visualização (Alexy et al., 2009, Häggström-Nordin et al., 2006; Häggström-Nordin et al., 2009; Hunter et al., 2009) é uma visão consensual. E, talvez por esse motivo, as discussões se têm centrado sobretudo nos efeitos dessa aprendizagem.

Desde meados da década de 1990, a pornografia tem sido cada vez mais enquadrada como um risco para o bem-estar dos jovens e uma ameaça potencial para o seu desenvolvimento sexual (Flood 2009; McKee 2010): ela erotiza a desigualdade, propiciando uma aceitação dos papéis tradicionais de gênero, onde o homem está numa posição de poder e a mulher é subserviente (Crabbe e Corlett, 2010; Häggström-Nordin et al., 2006); associa-se a intimidação, prostituição, abuso infantil e vício em sexo (Everywoman, 1983); propaga um padrão de avaliação dupla, isto é, reproduz-se a percepção de que mulheres com múltiplos parceiros são promíscuas, enquanto homens com múltiplos parceiras são objeto de reverência (Häggström-Nordin et al., 2006); infere e normaliza protótipos específicos de corpos – especialmente impactantes na autoestima e nos comportamentos femininos (Häggström-Nordin et al., 2006; Wolf 2003; Fitzpatrick, 2007; Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010); é motivo de preocupação, nos homens, sobre a sua capacidade de ter um desempenho sexual equivalente aos atores pornográficos (tanto em qualidade, como em duração) (Löfgren-Mårtenson e Månsson, 2010). Complementarmente, o consumo de pornografia tem sido vinculado a um incremento da agressividade, por parte de homens, em relação às mulheres (Albury, 2014) e uma maior predisposição para a adoção de comportamentos sexuais de risco entre homens e mulheres jovens heterossexuais (Tydén e Rogala, 2004; Perrin et al., 2008; Braun-Courville e Rojas, 2009; Brown et al., 2009; Štulhofer et al., 2010).

Contudo, nos últimos anos, um crescente corpo científico tem contestado esta associação entre o consumo de pornografia e consequências nefastas do domínio do real (McKee, 2010; Hald et al., 2013). Morrison et al. (2004) concluíram que há evidências suficientemente convincentes para sugerir que a associação entre a exposição a pornografia e as atitudes e comportamentos dos espectadores pode ser mais complexa do que a perspectiva do homem como agressor e a mulher como vítima; que a pornografia tem, também, potencial positivo. Eis algumas das premissas mais relevantes:

Ybarra e Mitchell (2005) descobriram que, para a maioria dos homens, a exposição frequente a pornografia não poderá ser interligada com o aumento dos níveis de agressão sexual. Löfgren-Mårtenson e Månsson (2010) revelaram que a ideia da construção, na mente masculina, de um corpo feminino ideal e desejável deverá ser desmantelada: os jovens não se interessam necessariamente por mulheres que

se assemelham às atrizes pornográficas. Auxiliariamente, a disseminação em larga escala da pornografia amadora aproximou o universo dos corpos pornográficos ao universo dos corpos “reais”, tornando o “corpo pornográfico” mais representativo. Mediante autodeclarações, McKee et al. (2010) constataram que a maioria das pessoas – incluindo os jovens – sabe que a maneira como as pessoas fazem sexo na pornografia não é um guia ótimo para a elucidação sobre como as pessoas fazem sexo na vida real. Cooper et al. (1999) concluíram que a grande maioria dos consumidores (geralmente) parecem usar a pornografia de maneiras casuais que “podem não ser problemáticas” (p. 160). Na sua investigação, a maioria dos entrevistados (68,2%) disse que o seu comportamento online não interferiu, nem prejudicou (78,8%) nenhuma área das suas vidas. Outros estudos (Cooper et al., 2000; Leiblum, 1997) demonstraram que a visualização de pornografia pode permitir a formação de comunidades virtuais onde indivíduos isolados, socialmente ou sexualmente ansiosos podem estabelecer elos de comunicação, encontrar parceiros românticos ou interagir sexualmente em condições de segurança. Por fim, McKenna et al. (2001) e Rogala e Tydén (2003) argumentaram que a pornografia assegura a expansão do conhecimento e repertório sexual e promove a autopercepção de sensualidade.

Esta discussão sobre o que é que a pornografia “ensina” e quais os seus efeitos, para além da sua inerente complexidade, ainda se torna mais labiríntica quando os «consumidores de pornografia» são considerados como um grupo homogéneo. É certo que, nesta dissertação, não é meu intuito considerar todo o espectro de consumidores pornográficos – o meu objeto de estudo são somente jovens heterossexuais do sexo masculino; contudo, mesmo reduzindo o universo de análise dos consumidores de pornografia, é impossível olhá-lo como um grupo uniforme: diferentes conteúdos pornográficos, diferentes idades, diferentes educações, diferentes afiliações culturais, políticas ou religiosas, diferentes histórias de vida, originam irremediavelmente reações diversificadas.

O estudo sobre o que está pressuposto na pornografia e nas mensagens por ela transmitidas (no domínio abstrato) será necessariamente diferente do estudo sobre o efeito que isso tem nos indivíduos (no domínio prático).

No entanto, aquando do estudo de pornografia, normalmente supõe-se que tudo o que o consumidor vê, quer reproduzir (Sellgren, 2016; Hancock e Barker, 2018); e essa ligação é falaciosa dado o papel nevrálgico que a subjetividade tem na nossa vida: tal como Bale (2011: 306) e Hancock e Barker (2018) explanam, o sujeito, na interpretação de qualquer matéria, baseia-se na invocação dos seus quadros morais e das suas experiências práticas para depois formular uma interpretação específica do que está a consumir; este é um processo ativo e o sujeito não é uma “esponja passiva” que absorve tudo indiscriminadamente.

Não argumentarei, portanto, sobre a natureza globalmente positiva ou negativa da pornografia. Argumentarei, como Watson e Smith (2012), que ela não é necessariamente negativa. Não quer dizer que não o seja; quer dizer que será inviável estabelecer uma correlação direta. Não é meu desejo defender que toda a pornografia é benéfica ou inofensiva, mas tenciono arguir contra aqueles que concluem que toda a pornografia é claramente perigosa e destrutiva para a sociedade.

O impacto da pornografia nos seus consumidores é complexo: dependem de uma multiplicidade de variáveis que incluem o tipo de pornografia, a quantidade de exposição e, acima de tudo, as características do espectador (Watson e Smith, 2012). Assim, tal como Allen (2006) e Carmody (2009) expuseram, talvez a questão-chave para a «educação pornográfica» não se consubstancie na quantidade de práticas que os sujeitos viram ou conseguem identificar, mas sim na acessibilidade (ou não) de outras formas de educação que promovam competências para a construção de uma aprendizagem sexual ética e segura.

* * *

Em suma, a pornografia, substituindo o papel confessional da Igreja e da medicina, estabeleceu-se como um domínio íntimo. A ela são perguntadas as dúvidas e as suas respostas são ouvidas diligentemente. Devido à sua incapacidade deste novo confessionário expressar ideias concretas e objetivas, a comunicação está sempre dependente da capacidade interpretativa do sujeito. E é precisamente esta capacidade de interpretação de cada indivíduo que medeia a análise das consequências positivas ou negativas da pornografia.

CAPÍTULO 3

JOVENS, PORNOGRAFIA E SEXO

O modelo analítico desta dissertação delinea-se, portanto, em torno dos dois eixos até agora explorados: a constituição da pornografia como confessionário; e o papel da subjetividade na descodificação das mensagens resultantes desse processo de confissão. Este capítulo discute estes eixos analíticos olhando as vinte e cinco entrevistas realizadas.

O capítulo posiciona a pornografia como um centro de poder-saber, regulando a sociedade contemporânea e substituindo os confessionários religiosos e médicos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Tal posicionamento implica o entendimento de três aspetos: como ela é fonte de conhecimento; como a reprodução desse conhecimento gera um «inconsciente pornográfico» que se difunde na comunidade; e como esse «inconsciente pornográfico» influencia a *praxis* sexual.

Complementarmente, o estudo do «inconsciente pornográfico» vincula o entendimento do papel da subjetividade na sua criação. Por conseguinte, o capítulo discute como esta dinâmica confessional tem condições inéditas e de como a subjetividade desempenha um papel central na difusão, interpretação e incorporação da pornografia no domínio prático da sexualidade; de como o dispositivo sexual incita um autoexame ininterrupto; de como o dispositivo sexual impõe uma atenção comunitária contínua para desvelar a verdade do sexo.

Deste modo, não será objeto de interesse o exame do que é visto aquando do contacto com conteúdo pornográfico, nem tão pouco as concepções morais sobre as dinâmicas representadas na pornografia. Será objeto de interesse quando, por que razões e como é que esse contacto é efetuado, qual a interpretação sobre as mensagens difundidas pela pornografia e como são integradas na conduta sexual.

3.1 O lugar confessional da pornografia

Entender a pornografia como a substituta hodierna das instituições religiosas e científicas dos séculos XVII, XVIII e XIX no campo da regulação sexual traduz-se impreterivelmente, em primeira instância, na compreensão da maneira pela qual ela se estabelece num centro de poder-saber na sociedade, por um lado, e de como ela efetivamente opera enquanto entidade confessional, por outro – tanto na sua capacidade de «ouvir», como na sua capacidade de providenciar respostas.

O presente subcapítulo guia-se pela descoberta progressiva do processo de difusão da pornografia nos entrevistados: que padrões estimulam a sua aproximação; como é que ela se constitui como agente de educação sexual; quais as especificidades do contacto estabelecido; e como é que esse contacto se revela ao longo do tempo.

Assim, comece-se precisamente pelo estudo do arquétipo social que instiga a proximidade com a pornografia. Se a pornografia é (quase) omnipresente na vida dos jovens (Ševčíková e Daneback, 2014), se essa omnipresença se começa a manifestar, em termos médios, aos 13,37 anos (APA, 2017), e se se verifica uma correlação positiva entre o aumento da idade dos jovens e a prevalência do consumo de pornografia (Ševčíková et al., 2013; Wolak et al., 2007), quais serão, então, os mecanismos incitadores de consumo na juventude? Serão esses mecanismos semelhantes à medida que os anos vão passando? Isto é: os mecanismos incitadores do primeiro contacto serão idênticos aos que garantem a continuidade da imersão no mundo pornográfico?

Estabeleça-se, por conseguinte, a primeira indagação: quais os mecanismos que encorajam o primeiro contacto com a pornografia¹⁸?

A resposta encontra-se na confluência de diversos fatores: a curiosidade da exploração e descoberta sexual na juventude (Wallmyr e Welin, 2006; Tolman e McClelland, 2011), a interpretação da pornografia como ferramenta para saciar a busca de conhecimento, o incremento da facilidade de acesso (Martellozzo et al., 2020),

¹⁸ Na presente investigação o objetivo é avaliar os estímulos que propiciam o consumo deliberado de pornografia. Por consequência, fenómenos de visualização involuntária/acidental não são passíveis de análise.

o deficitário dispositivo de educação sexual, a emancipação do jovem e, por fim, fenómenos de pressão social.

De maneira mais visível ou mais subtil, estes fatores entrelaçam-se, reforçam-se, encorajam-se e respondem-se mutuamente, sendo impossível delimitar com exatidão o início e o fim da influência de cada um.

Exemplo paradigmático dessa permeabilidade é a relação – que foi continuamente assinalada por quase todos os entrevistados – entre o i) desejo da exploração do próprio corpo e a vontade de descoberta e aprendizagem sexual, ii) a percepção de que a pornografia é um domínio propício para tais atividades e iii) a constatação da facilidade de acesso a material pornográfico.

[...] e normalmente começa-se a ver essas coisas [pornografia] quando se é miúdo, não é?... Pelo menos eu comecei. Tinha curiosidades para matar. E vontades para matar também! E quando se é miúdo, com doze, treze anos, mesmo que se tenha namorada, não há grande ação a nível sexual. [...] Portanto, [a] pornografia era o caminho mais simples e cómodo para que eu me pudesse entender a mim, entender o meu corpo, entender os meus gostos e para que os pudesse satisfazer. Além disso com a Internet... é tudo muito fácil, sabes? O RedTube grátis e sempre disponível... [risos] Acaba por se formar um ambiente que proporciona o contacto com a pornografia (Miguel¹⁹, 25 anos).

A percepção generalizada de que “a pornografia está sempre a uma mão de semear” (Benjamim, 22 anos) repercute-se, também, na criação de condições para fenómenos emancipatórios – que parecem especialmente comuns no início da adolescência. Esta emancipação, por sua vez, desdobra-se e materializa-se ambivalentemente: no jovem que toma uma posição de rebelião perante um dado conjunto de regras; e no jovem que se quer constituir como um indivíduo autónomo, adulto e dono de si próprio e das suas vontades.

A pornografia sempre foi tabu lá em casa. Não se falava e, das poucas vezes que se falava, era sempre mal e dos seus perigos. E isso sempre me deu curiosidade. Claro que o que eu queria era ver sexo, perceber o que era e como se fazia... queria ter prazer, queria divertir-me... Mas entendes o que estou a dizer? Acho que se não fosse tão tabu, eu não tinha tido tanta vontade de ver tão cedo. E era tão fácil abrir uma página num site de porno... [...] Queria mesmo perceber o porquê da minha mãe falar tão mal daquilo. Queria perceber porque é que era proibido. E eu sempre gostei de fazer o que não devia... foi o *cocktail* perfeito (Filipe, 23 anos).

Lembro-me de me excitar com a sensação de estar a fazer algo que não era suposto fazer com a minha idade. [...] Agora vejo que eu não fui assim tão precoce. Mas, na altura, pensei que só os adultos é que se masturbavam ou que viam esse tipo de vídeos. Adultos, ou, vá, gente mais crescida.

¹⁹ Os nomes de todos os entrevistados foram alterados.

E recordo-me de isso ser um incentivo para mim. Como se me estivesse a tornar num homem a sério. Não no sentido machista, atenção! Tornar-me num homem, ou seja, tornar-me num adulto também (Carlos, 24 anos).

Os amigos, dada a sua propensão para discutir temas sexuais (Ševčíková e Daneback, 2014), também podem agir, por meio de fenómenos de pressão social mais ou menos explícitos, como importantes e impactantes catalisadores para a exploração da pornografia (Bleakley et al., 2011).

Eu comecei a ver pornografia porque os meus amigos, quando estávamos na escola, já falavam sobre isso e como eu não queria parecer... sei lá... ingénuo, talvez?... Oh, se calhar a melhor palavra é mesmo «atado» ... como não queria parecer um atadinho, procurei um site e comecei a ver para depois poder falar com eles sobre essas coisas. (Raúl, 24 anos)

Aos poucos é possível, então, começar a delinear uma conjunção de estímulos sociais que, atuando individual ou coletivamente, encorajam o sujeito a entrar no mundo pornográfico.

No entanto, com maior ou menor prevalência, acentuando maior ou menor peso, um argumento foi sendo, ao longo de todas as entrevistas, reiteradamente catalogado como explicativo para o primeiro contacto com material pornográfico: a pornografia responde a um sistema de educação sexual que não satisfaz todas as necessidades de um corpo social (muito) jovem curioso e impaciente. Proponho, por esse motivo, um olhar especialmente atento para o dispositivo corrente de educação sexual, de forma a denotar as suas limitações – para que, em seguida, seja possível assimilar de que maneira a pornografia se apresenta como uma ferramenta tão aliciante no combate a essas carências.

Por «educação sexual» usualmente entende-se um mecanismo com capacidade de

promover o bem-estar dos adolescentes, aumentar a igualdade e equidade de género, bem como o comportamento sexual responsável, para protegê-los da gravidez precoce e indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a síndrome da imunodeficiência humana (HIV)/AIDS, e abuso sexual, incesto e violência (UN, 1999).

Apesar de a considerar uma definição inquietantemente incompleta, encete-se esta análise a partir dela. Para isso, uma questão se coloca: quais são as fontes de conhecimento que constituem este dispositivo de educação sexual e quais os critérios utilizados para definir a pertinência de cada uma delas?

À primeira questão, e de forma excessivamente ampla, a resposta é simples: tudo. Tudo é fonte de informação. Identifiquei, no entanto, quatro grandes fontes de

informação, concordantes com Borzekowski e Vaughn (2001), Hoff et al. (2003), Bleakley et al. (2009) ou Simon e Daneback (2013): i) família; ii) instituições de ensino; iii) a rede de amigos; e, finalmente, iv) *media* – televisão, Internet, livros, revistas, etc.:

Não será surpresa afirmar que os pais e/ou cuidadores²⁰ desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sexual dos adolescentes, iniciando e discutindo a sexualidade com os seus filhos (Malacane e Beckmeyer, 2016). Contudo, é raro que eles se constituam como fonte primária – ou mesmo secundária – de informação sobre saúde sexual para os jovens (Bleakley et al., 2009; Epstein e Ward, 2007). E este fenómeno poderá ser explicado por uma multiplicidade de fatores. A literatura identifica vários. Os pais com conhecimento diminuto no campo da sexualidade tenderão a afastar-se de conversas sobre sexo (Guilamo-Ramos et al., 2006; Jaccard et al., 2000; Jaccard et al., 2002). As discussões serão igualmente evitadas se os pais entenderem que os filhos não estão prontos para ter essas conversas (Malacane e Beckmeyer, 2016) – estas perceções podem ser baseadas na idade (Pluhar et al., 2008; Wilson, et al., 2010) ou na convicção que as crianças não estão envolvidas em relacionamentos românticos e/ou ainda não são sexualmente ativas (Eisenberg et al., 2006; Swain et al., 2006). Os pais, em muitas circunstâncias, sentem-se constrangidos ao discutir sexo (Eisenberg et al., 2006; Lefkowitz, 2002; Wilson et al., 2010), para além de sentirem que não têm habilidades comunicacionais e/ou a sensibilidade necessária para o fazer (Pluhar et al., 2008; Wilson et al., 2010). Em adição, a perceção de que os jovens se sentirão desconfortáveis contribui também para a escusa de conversas dessa índole (Afifi et al., 2008; Guilamo-Ramos et al., 2008; Mazur e Hubbard, 2004) e, de modo congruente, os jovens comumente têm uma atitude de evasão perante este tipo de diálogos – precisamente de forma a evitarem sentimentos de constrangimento, embaraço ou de invasão de privacidade. Finalmente, fatores culturais, políticos e demográficos estão igualmente associados à comunicação sexual (ou falta dela) entre pais e adolescentes (Malacane e Beckmeyer, 2016).

De facto, a dificuldade comunicacional entre pais e filhos foi identificada ao longo de múltiplas entrevistas – seja através de uma inibição clara, onde se têm limitações

²⁰ De forma a simplificar o discurso, referir-me-ei apenas a “pais”, apesar da assunção de que os papéis parentais poderão, em muitos casos, ser interpretados por figuras que não os progenitores.

de discurso evidentes, seja através de um qualquer mecanismo impercetível, ténue e ofusco:

Em minha casa não se fala sobre sexo. Nunca falei com os meus pais sobre métodos contraceptivos, doenças... nada. São pessoas um bocado fechadas. E, como é óbvio, acabei por ter a minha educação sexual por outras fontes. [...] Se gostava de ter falado mais com os meus pais? Sim, claro. Mas sempre percebi que não havia abertura para isso (Henrique, 23 anos).

Não penso que seja tabu [falar sobre sexo], mas não é algo que aconteça. Nem sei porquê, mas não sinto, nem nunca senti, vontade ou necessidade de falar com os meus pais sobre isso. Honestamente, não te sei dizer qual a razão disso. Não sinto que é uma porta fechada, mas eu prefiro não ir por esses caminhos porque também acho que eles não se sentiriam muito bem (Afonso, 25 anos).

Não falo de sexo com os meus pais – muito menos com a minha irmã! Não sei porquê... Nunca foi abordada essa questão. Quer dizer, uma vez lembro-me de os meus pais falarem algo do tipo “olha, não engravides ninguém”... mas falámos sempre muito pouco mesmo. As únicas vezes em que essa conversa surgiu foi porque eu a puxei. E puxei porque tinha acabado de perder a virgindade e queria falar com o meu pai sobre isso... ele disse para ter cuidado, contou-me sobre a idade com que perdeu a virgindade dele e nada mais... (Gonçalo, 24 anos)

O depoimento de Gonçalo dá algumas pistas para uma conclusão adicional, significativa e consistente ao longo de várias entrevistas: em contextos familiares pautados pelo constrangimento e repressão dos diálogos (e não dos discursos, como Foucault tão bem explicaria) não se verificam diferenças substanciais no tratamento do sexo ao longo de todo o escopo familiar; isto é, a relação infacunda entre pais e filhos relativamente à sexualidade repercute-se na ineloquência entre irmãos – pelo menos entre irmão-irmã, assim constatei na amostra de entrevistados.

No entanto, identificam-se, também, ambientes familiares distintos:

Sempre foi muito tranquilo em casa. Apesar de os meus pais já terem alguma idade – o meu pai tem 68 e a minha mãe 58 –, são pessoas muito abertas e desde cedo que me deram o à-vontade para falar. E isso fez com que eu sempre falasse. Mais com o meu pai do que com a minha mãe, porque é aquela coisa de os homens se entenderem melhor, mas sempre foi tudo muito tranquilo. (Vasco, 24 anos)

A minha mãe sempre foi aberta. Soube-me dar a minha liberdade. Há algumas coisas que uma mulher não entende, naturalmente. [...] Mas sempre foi superaberta. Qualquer dúvida, ela ia-me dando conselhos. [...] Até preservativos me dava. (Óscar, 26 anos)

Em concordância com os trabalhos de Richardson (2004), Levine (2011) e McKee (2012), as conversas parentais sobre sexualidade são geralmente pautadas pela explanação das diferenças anatómicas dos diferentes sexos, pela exposição dos perigos inerentes ao sexo (nomeadamente IST's ou gravidezes indesejadas), pela

explicação das características de um relacionamento saudável e pelo estabelecimento da importância de valores como a responsabilidade, privacidade ou respeito. No entanto, uma conclusão é transversal na relação entre a família e a educação sexual: independentemente do nível de proximidade parental e da capacidade e abertura para abordar a sexualidade, por mais que as dúvidas expostas fossem esclarecidas, que os preservativos fossem oferecidos ou que se envidassem esforços para estabelecer uma relação de confiança e descontração, uma área permaneceu intacta – a área da performance sexual. Dúvidas relacionadas com posições sexuais, com o modo de agir sexualmente, ou com as dinâmicas existentes no ato sexual não obtiveram qualquer tipo de atenção. Apesar de existentes, as questões não foram colocadas pelos filhos; e os pais também não sugeriram a sua exploração. Assim, o ato sexual propriamente dito, as suas vicissitudes e especificidades traduziram-se, na ótica do jovem inexperiente, num mar de vazios e interrogações. Urge interrogar quanto à razão que explica a criação deste vácuo. Será apenas medo, por parte de filhos e pais, do sentimento de desconforto? De constrangimento? De se quebrarem barreiras intransponíveis que delimitam a privacidade sexual do adulto? Certamente que estes receios desempenharão um papel fundamental, sim. Não obstante, parte da explicação reside também na interpretação, a nível social, do que constitui o domínio da educação sexual – e é precisamente por esta razão que julgo que a definição supracitada, providenciada pela UN, é insuficiente. Será indisputável a importância da exposição dos perigos inerentes ao sexo desprotegido; será inquestionável a imprescindibilidade do esclarecimento sobre os métodos de proteção individual; e também será crucial a necessidade de incutirmos às populações jovens a impreteribilidade do respeito por si próprio e pelo outro nas relações interpessoais – nada disto está em causa. No entanto, se a intenção de reduzir a área de nebulosidade na formação de um corpo de conhecimento sobre a sexualidade é real, o domínio da educação sexual não se poderá cingir somente a estas temáticas.

Esses vazios também não são preenchidos pela educação sexual providenciada pelas instituições escolares – muito pelo contrário. Por um lado, constatei que um número significativo de entrevistados não teve qualquer contacto com aulas de educação sexual na escola. Por outro lado, o universo de entrevistados que tiveram aulas (ou workshops) identificam desfasamento entre essas aulas e as suas

necessidades; a incapacidade de cativar e motivar os alunos; a inaptidão na construção de uma identidade credível em torno do professor/orador; a falta de sequenciação das aulas, impossibilitando a construção de um corpo de conhecimento sustentado e estável ao longo do tempo; ou a inadequação etária aquando da apresentação dos conteúdos programáticos.

Eu tive aulas de educação sexual muito cedo. No quinto ano, salvo erro. [...] A educação sexual era dada pelo diretor do meu colégio e tive três aulas, talvez. Mas, na minha opinião, tal como o diretor do colégio, as aulas eram um bocado estranhas. Partilhava o ecrã do computador e colocava pénis estranhos e defeituosos... muito esquisito. Mas não me lembro sequer de me ensinarem como colocar um preservativo. Não serviram para nada (Gonçalo, 24 anos).

Eu acho que foi quase nula [a aprendizagem nas aulas de educação sexual]. [...] Em primeira instância, nada de muito aberto. Em segunda instância, o que houve também foi em pequena quantidade. [...] Na altura nem sequer nos ensinaram a meter um preservativo, nem nada do género... (Óscar, 26 anos)

Eu tive aulas dessas, mas já não te sei especificar o ano. Talvez sétimo, oitavo, nono ano... Ensinarão-nos o básico só. Os órgãos genitais, os preservativos... e foi tudo por aí. Nunca disseram assim nada de especial. Nada que um miúdo daquela idade não fosse saber já com a Internet (José, 22 anos).

[...] na altura em que tivemos essas aulas já estávamos no secundário e já sabíamos o que eram DST's, métodos contraceptivos, como se aplicavam... já tínhamos a mínima consciência disso. Na altura foi um bocado irrelevante. Talvez se tivesse sido uns anitos antes... mas na altura foi irrelevante (Alexandre, 23 anos).

Faça-se, então, o ponto de situação: as instituições escolares não garantem ensino relevante para as necessidades dos jovens; e os pais, mesmo no cenário mais favorável, não são capazes de responder à totalidade das dúvidas dos filhos.

Averigue-se, então, o papel da terceira fonte de informação previamente identificada: os amigos. As entrevistas tornaram evidente o relevante papel da interação com amigos neste xadrez de fontes de informação sexual – parecer corroborante com os trabalhos de Walker (2001) e Prinstein et al. (2003). E, apesar de não se constituírem, a um nível generalizado, como fonte primária de informação, e de não serem encarados como o canal mais confiável – tal como Wight e Henderson (2004) defendem –, eles representam uma peça-chave no entendimento dos jovens relativamente ao campo sexual. É verdade que não consigo legitimar a assunção de Dilorio et al. (1999) – os jovens são mais propensos a discutir tópicos sobre sexualidade com os seus amigos do que com os seus pais –, mas posso argumentar que é na sobreposição e no contraste entre as fontes de informação «convencionais»

(escola e/ou família) e as convicções descomplexadas e despreocupadas dos amigos que, muitas vezes, se esclarecem dúvidas e se estabelecem convicções; que as redes de amigos são estruturas de fácil acesso, onde as barreiras de comunicação são, regra geral, mais diminutas, apresentando-se, portanto, como um canal de informação profundamente apelativo para os jovens.

Amigos dão-te um parecer mais real. Os pais tentam mostrar-te o que é bom, o que é que não deves fazer, proteções... os amigos falam de forma menos conservadora, dizem e explicam o que fizeram, incentivam-te também a fazer... é diferente. Não diria que uns são melhores do que outros. Eu acho que se complementam. Os amigos dão-te umas coisas, os pais dão-te outras (Ricardo, 24 anos).

O melhor de falares com amigos é que não existem aquelas barreiras na maneira como se fala. Ou seja, explica-se de forma explícita o que se fez... é possível perguntar sobre os pormenores, perceber como é que nós podemos fazer aquilo... E a verdade é que todos gostamos de umas conversas picantes entre amigos, não é? E o facto de sermos todos da mesma idade também ajuda muito. [...] Eu já aprendi muito com eles. (Filipe, 23 anos)

Os meus amigos ajudaram-me muito mais do que a escola e os meus pais até pelo seguinte: não estão ali para ensinar. Como se fala tranquilamente do que se fez, de que maneira, como correu, quando e onde... é tudo mais fácil. E o facto de alguém falar dá logo vontade para que outras pessoas partilhem e é um ciclo vicioso. Eu falo, tu falas, ele fala... partilha-se e vai-se aprendendo bastante. Dão-se dicas... é mais tranquilo. (Miguel, 25 anos)

O contexto da rede relacional é, no entanto, contraditório: se, tal como referido anteriormente, os pais e a escola têm tendência para incidir sobre temáticas como a segurança ou a higiene sexual, os amigos, por outro lado, investem mais tempo a debater/expor as suas próprias experiências sexuais – o que se fez, quando, como ou com quem se fez (McKee, 2012). Mesmo assim, apesar da propensão para o diálogo sobre a vida sexual com os amigos, as informações recebidas nestas conversas nem sempre são recolhidas acriticamente. Para além do questionamento inerente à veracidade do que está a ser dito,

Eu tenho sempre muitas reticências no que os meus amigos me dizem sobre sexo. Por isso é que eu não gosto de falar com eles sobre isso. Porque eu acho que são uns aldrabões. E penso que isso é generalizado em nós, homens. Não sei se nos homossexuais também, mas nos heterossexuais, sim. Queremos sempre dar uma imagem de que somos mais do que aquilo que realmente somos. (Rodrigo, 22 anos)

Também está presente a ideia de que os amigos poderão não ser portadores da informação mais fidedigna:

Ninguém sabe nada [risos]. Ainda para mais quando somos muito novos e quando estamos a entrar na vida sexual. [...] Eu acho que as conversas

sobre sexo são comuns entre amigos porque são divertidas. Não porque aprendemos muito uns com os outros. (Raúl, 24 anos)

Achas que eu vou estar a aprender com alguém que sabe ainda menos do que eu? Não é que eu saiba muito, mas conheces aquele provérbio «muito pouco sabe quem muito se gaba de saber»? Pronto, é o que eu acho. Desconfio sempre do que me dizem – especialmente os que nunca se calam sobre sexo. (Carlos, 24 anos)

Adicionalmente, estes canais comunicacionais, apesar de não serem caracterizados por pruridos ou depurações lexicais, apresentam um outro constrangimento claramente identificável:

Quando era mais novo ficava sempre calado quando eles [os amigos] falavam sobre sexo. Não era propriamente vergonha... ou se calhar até era. Mas não era vergonha de falar de sexo. Era vergonha de, ao falar de sexo, fazer uma pergunta qualquer estúpida. [...] É como se eu nunca quisesse ter um rótulo de “este gajo não percebe nada disto” ou de “ele nem sabe dar prazer a uma miúda”. Sentia que estava sempre a tentar não pisar uma linha vermelha que eu nem sabia qual era (Martim, 25 anos).

Vê-se assim que, apesar de a área de influência dos amigos alcançar o domínio da experiência sexual, continuam a existir severos constrangimentos – nomeadamente sociais – que não permitem a total descoberta e exploração por parte dos sujeitos. Entre pais, escola e amigos, nenhum agente permite uma indagação despreendida na tentativa de construção de conhecimento sexual.

Estes obstáculos são eficientemente ultrapassados pelos *media*, dada a possibilidade do seu consumo ser processado de forma individual e anónima. Particularmente, a Internet. Com uma única menção à televisão e a revistas, a Internet evidencia-se como a fonte de conhecimento mais frequentemente utilizada e mais importante no esclarecimento de dúvidas dos jovens entrevistados. O conceito de «Internet», neste caso, consubstancia-se fundamentalmente em pornografia, mas não só: há que referir que este consumo de pornografia é comumente complementado e contrastado com a pesquisa em *sites* ou fóruns de discussão *online* (em plataformas como o Reddit, Quora, ou o entretanto extinto Yahoo! Answers, por exemplo) – aspeto que será explorado no subcapítulo seguinte.

A pornografia apresenta-se, deste modo, como um recurso central da cultura sexual juvenil (Allen, 2006; Goldstein, 2020; Watson e Smith, 2012), assumindo-se como elemento incontornável no dispositivo de educação sexual contemporâneo. Corroborando as conclusões de Abidin (2017) e Makleff et al. (2019), a difusão das tecnologias digitais tornou a pornografia numa fonte de informação alternativa e

informal pautada tanto pela autonomia e independência, como pelo prazer que o contacto com ela traz, tornando-a cativante para os jovens.

A pornografia mostra tudo aquilo que se tenta esconder. Esclarece as dúvidas que temos e que não temos coragem de perguntar. E que ninguém tem coragem de dizer ou explicar. [...] Explica quais as posições sexuais que existem, como – e desculpa a linguagem explícita – se põe o pênis na vagina, em que posições, explica como se faz sexo oral, explica como se recebe sexo oral, explica os sons... claro que depois não pode ser tudo reproduzido, nem é tudo real, mas dá-nos algumas bases para nos guiarmos. [...] No final do dia, a pornografia é o que consegue explicar melhor. Porque estás a ver tudo. E «tudo» é mesmo tudo. [...] É juntar o útil ao agradável. Vês porque gostas, porque tens prazer, mas também aprendes. Nos [vídeos de pornografia] amadores isso ainda é mais óbvio. Ouro sobre azul – é assim que dizem, não é? (Afonso, 25 anos)

A pornografia ensina bastantes coisas... se calhar não a nível da segurança sexual, mas ensina como fazer. Que, lá está, é algo que tu não aprendes em educação sexual. Tu aprendes a teoria – claro que também não vais aprender a prática ali –, mas com a pornografia tu consegues ter uma noção de como é a prática. E isso é importante especialmente para quando somos novos. (Fernando, 24 anos)

O lugar da pornografia ajusta-se de forma camaleónica ao longo do desenvolvimento do indivíduo. A presença deste agente de educação sexual é especialmente perceptível em quatro grandes momentos²¹: i) o momento da perceção do interesse pelo entendimento das especificidades do ato sexual; ii) a aproximação da primeira experiência sexual com outra pessoa («a perda da virgindade»); iii) o ajustamento da performance sexual; e iv) a convivência da pornografia com a maturidade sexual:

- i) O momento da perceção do interesse pelo entendimento das especificidades do ato sexual, geralmente localizado no início da adolescência, traduz-se na consciência, por parte do jovem, de que as fontes de informação não são suficientes para saciar as suas inquietações. Por esse motivo, decide enveredar num processo de busca de informação adicional e a pornografia apresenta-se como uma ferramenta cativante – nomeadamente pela sua natureza audiovisual. Assim, este visionamento é caracterizado pelo primeiro contacto com o reino da explicitação sexual; pelo confronto perante a inexistência de qualquer censura diante da dança de corpos despidos e de planos nítidos de órgãos sexuais

²¹ A utilização do termo «momento» não deverá ser interpretado exclusivamente como sinónimo de «instante» ou de «período de tempo de curtíssima duração»; inversamente, o «momento» também poderá ser estendido ao longo do tempo, num processo progressivo de descoberta sexual, lento e singular.

estimulados; e pela inevitável tentativa de descodificação da informação apresentada.

É, por muitos, considerado o primeiro grande momento de aprendizagem sexual: “[...] eu queria aprender sobre sexo. Sobre posições sexuais, sobre sexo oral... e quando abri um vídeo de pornografia pela primeira vez foi como se estivesse a entrar num portal de Nárnia” (Martim, 25 anos).

- ii) O papel da pornografia aquando da perceção da aproximação da primeira experiência sexual é substancialmente diferente: neste caso, o olhar curioso *per se* transforma-se, acima de tudo, num olhar atento e cirúrgico. O jovem tenta captar todos os detalhes que julga serem úteis para a sua estreia no campo das relações sexuais, para que a sua reprodução futura seja possível:

Lembro-me bem de ir à pornografia à procura de dicas, sim! Lembro-me de estar atento para perceber como é que eu começava a penetração, como é que eu podia fazer sexo oral... olha, isso até me faz lembrar outra coisa! Na altura, no próprio Pornhub, procurei «como fazer cunnilingus». E, para minha surpresa, havia realmente tutoriais de atrizes porno. Fiquei a ver, como é óbvio! [risos] E são os melhores tutoriais porque não é com bonecadas, ou palavras. Estás a ver uma pessoa, ela explica e estás a ver o que depois, se tudo correr bem, vais replicar [risos]. (Duarte, 25 anos)

Eu, quando perdi a virgindade, já tinha visto pornografia. Portanto não era território desconhecido. E, aliás, via pornografia regularmente. E quando percebi que, mais cedo ou mais tarde, ia acabar por fazer sexo com a minha namorada, prestei mais atenção a determinadas posições, sim. [Porque] queria perceber como é que eu as podia imitar [...] e também porque assim, se ela sugerisse, eu já estava preparado. (Lourenço, 23 anos)

- iii) O período que apelido «ajustamento da performance sexual» traduz-se de duas maneiras distintas.

A primeira materializa-se no seguinte: após a(s) primeira(s) experiência(s) sexual(is), as concepções anteriormente geradas pela educação sexual são ineficazes. Estabelecem-se diferenças entre o imaginado e o real e, por esse motivo, verifica-se um reenquadramento das convicções sobre a experiência sexual. Este reenquadramento compreende também um reposicionamento do papel da pornografia enquanto agente de educação sexual – não porque o jovem a conote como incapaz de providenciar informações úteis, mas sim porque crê que não a interpretou corretamente. Desta forma, a pornografia continua a ser um agente importante

para o conhecimento do sexo, embora seja analisada através de outras lentes e, acima de tudo, com sentido crítico.

Depois disso [de perder a virgindade], comecei a olhar para a pornografia de uma outra maneira. Comecei a fazer uma espécie de triagem: o que podia fazer, o que não podia fazer; o que é que achava que daria prazer à minha companheira e o que não fazia sentido. Percebi que afinal aquilo não é exatamente a realidade e que eu não podia copiar tudo. [...] Mas eu acho mesmo que aquilo pode ser útil se for olhado com os olhos certos. (Carlos, 24 anos)

A segunda manifestação deste ajustamento revela-se na seguinte situação: após a(s) primeira(s) experiência(s) sexual(is) se consubstanciarem, de alguma maneira, em insatisfação relativamente à performance sexual, a pornografia é encarada como uma ferramenta útil para lutar contra essa tendência.

A minha primeira vez foi muito fraquinha, para te ser sincero. Ainda por cima ela já era mais experiente... e foi só missionário e pouco mais. Depois, para espicaçar a nossa vida sexual, para eu parecer melhor, fui ver a vídeos pornográficos coisas que podíamos fazer. [Que coisas?] Posições, jogos! Vi uns jogos, tipo preliminares, que nem fazia ideia que existiam, e depois copieei e correu bem, felizmente (Martim, 25 anos).

Perguntas do género «como durar mais?» ou «como dar mais prazer?» [...] é algo que tu procuras após a primeira experiência sexual. Tens a experiência, vês o que é que correu mal, e procuras como melhorar. Até lá, nem sabes bem o que procurar. E, nessa fase, a pornografia é muito importante (Fernando, 24 anos).

Há que notar, ainda, que neste segundo caso, se a estreia no campo de visualização de pornografia for posterior às primeiras experiências sexuais, o sujeito poderá deparar-se com o cenário da primeira situação – onde terá de ajustar as suas perceções sobre a pornografia, de forma a torná-la proveitosa enquanto agente de educação sexual.

- iv) Por fim, a fase de convivência da pornografia com a maturidade sexual representa a etapa onde a obtenção de informação através da pornografia já não é exponencial (o incremento de conhecimento corporifica-se em pequenas adições ao repertório sexual já existente) e o uso é quase exclusivamente movido por motivações relacionadas com a obtenção de prazer. Complementarmente, esta fase pode surgir através de duas vias: caso exista uma enorme familiaridade com o mundo pornográfico e se verifique a conseqüente saturação da informação obtida; ou caso a pornografia entre na vida do indivíduo numa fase mais tardia, ele sinta que

já percorreu grande parte do caminho de exploração sexual e já não interprete o material pornográfico enquanto ferramenta formativa.

Agora já não influencia muito o meu comportamento sexual, mas quando era miúdo influenciava bastante. Ia ver coisas, copiava posições... Agora claro que de vez em quando vou lá e ainda tiro uma ideia ou outra. Mas é muito mais raro. Até pelo seguinte: aquilo tem uma espécie de teto em relação às ideias que podes tirar. Isto para pessoas como eu que não procuram cenas demasiado hardcore. Se procuras coisas mais ou menos normais, chegas a um ponto em que aquilo é vira o disco e toca o mesmo. [...] Olha, se calhar a melhor maneira para te explicar é esta: em termos de conhecimento que aquilo dá, dantes oferecia mares e oceanos; agora oferece migalhas, e de vez em quando. (Miguel, 25 anos)

Eis uma nota fundamental: nem todos os indivíduos experienciam estas quatro fases; mas qualquer interação com a pornografia se enquadra numa destas etapas. Para além de ser evidente a elasticidade na categorização dos momentos em que o jovem se conecta com a pornografia, é comum a aglomeração de algumas destas fases e a supressão de outras: o consumo como introdução à experiência sexual que se refletiu na aprendizagem do modo de agir na perda da virgindade; a procura de «dicas» para a primeira relação sexual que se perceberam como suficientes, dispensando a necessidade de qualquer ajustamento adicional (via pornografia) na performance sexual; a omissão das duas primeiras fases, sendo que a introdução à pornografia sucedeu após a primeira experiência sexual e, de forma consequente, atuou de imediato como agente de ajustamento da performance sexual – todos estes foram exemplos ao longo das entrevistas sobre a relação gerada com a pornografia.

Eu comecei a ver pornografia muito cedo. Com onze anos. E desde aí que já via como é que as pessoas fazem [sexo]. Isso fez com que, na altura em que estava para perder a virgindade, eu já me sentisse confiante relativamente à maneira como deveria agir. Porque todas aquelas dinâmicas já me eram familiares por causa da pornografia. Não precisei de ir ver dicas adicionais para me preparar (Gonçalo, 24 anos).

A primeira vez que eu vi pornografia foi quando estava pronto para fazer sexo pela primeira vez. Fiz aquilo que acho que quase todos fazemos: fui à pornografia para perceber o que é que devia fazer. [...] Depois disso, como já era sexualmente ativo, acabei por me afastar da pornografia. Passei uns bons anos sem ver. Recentemente voltei. [...] Atualmente não diria que [a pornografia] tem uma grande influência [no comportamento sexual]. Talvez de forma inconsciente uma pessoa seja sempre moldada por aquilo que vê. Mas acho que com a experiência que fui tendo, eu fui percebendo o que gostava... e se influenciar, influencia pouco. Porque vejo aquilo como um filme e não como realidade (Rui, 24 anos).

Deste modo, é perceptível que a pornografia não circunscreve a sua função a um período restrito de tempo, nem se constitui como elemento central da educação

sexual somente no início da adolescência ou no período caracterizado pela inexperiência; ela é relevante e influencia o comportamento do indivíduo, independentemente de quando o contacto se efetiva.

Evidencia-se, assim, o conceito de «inconsciente pornográfico» na construção social do que é a sexualidade. Como explanado por Barker et al. (2018), os entrevistados confirmam que o uso da pornografia molda o seu entendimento do sexo de maneira a que exista um respeito a um guião claramente identificável: aos beijos sucede-se o ato de tirar a roupa, que é seguido dos «preliminares» e, finalmente, inicia-se o sexo com penetração.

O confessionário pornográfico, para além da atenção que emprega na escuta das dúvidas dos jovens e da prontidão a providenciar respostas, age também como um importante normalizador e regulador do comportamento sexual. Ou seja, através das respostas dadas, gera uma familiaridade e normalização social tanto com posições sexuais, como com dinâmicas específicas do ato sexual – e esse vínculo traduz-se numa tradução de elementos ou práticas vistas no mundo pornográfico para o mundo real.

Certamente que se poderá argumentar que a pornografia não é a criadora das posições sexuais e que apenas reproduz o que fontes de informação já existentes, como, por exemplo, o Kama Sutra, divulgam. Poder-se-á argumentar também que as dinâmicas vistas na pornografia são o reflexo de um qualquer outro conjunto prévio de movimentos, práticas e rotinas estabelecidas. E que, portanto, esta ideia de «inconsciente pornográfico» é somente um construto ardiloso que representa nada mais que a transmissão natural de um corpo de conhecimento precedente. Que a pornografia não regula a sexualidade porque nada traz de novo.

Julgo que a questão de base não reside exatamente aí – e a normalização comportamental não implica necessariamente a geração de especificidades comportamentais inéditas. A questão de base reside no poder disseminador que a pornografia tem atualmente; na sua competência em repercutir o que apresenta e divulga; na sua mestria em reforçar a sua posição de educadora sexual. Como é que ela faz isso? Como é que se opera a transmissão de informação? Ativamente, pelos consumidores de pornografia. Mas não só: a interação repetida com não-consumidores origina a aceitação, por parte dos últimos, desse quadro de rotinas. De forma

sequencial, essas rotinas tornam-se norma e a sua perpetuação é garantida também pela difusão (mesmo que indireta) dos indivíduos que não têm contacto com material pornográfico:

Eu acho que toda a gente se comporta mais ou menos da mesma forma. Mesmo as pessoas que não veem pornografia já estão à espera de uma forma de agir. Claro que cada um tem o seu jeito, mas toda a gente está à espera mais ou menos das mesmas etapas. É o normal, acho eu. [...] Aliás, de todas as pessoas com quem já estive sexualmente, todas se comportaram de forma parecida. Mesmo uma que dizia que nunca tinha visto pornografia (Mário, 22 anos).

Num efeito de bola de neve, a percepção de que a pornografia, pelo menos em parte, representa o sexo real, confere-lhe autoridade e reestabelece-a continuamente como uma ferramenta útil na aprendizagem de comportamentos de índole sexual (Duncan e Nicholson, 1991; Orenstein, 2016; Ramlagun, 2012; Throstle, 1993, 2003); de maneira sequencial, este posicionamento da pornografia reforça a justificabilidade e conveniência da transposição²² de dinâmicas pornográficas para a vida sexual; por sua vez, este novo reforço repercute-se numa aproximação do domínio da realidade ao domínio da pornografia, gerando uma percepção ainda mais acentuada das semelhanças entre estes dois mundos (Tsitsika et al., 2009; Peter e Valkenburg, 2010b).

No entanto, para além da importância do confessionário pornográfico na regulação da sexualidade entre duas (ou mais) pessoas, não pode ser ignorada a relevância que a pornografia adquire numa outra esfera indispensável da educação sexual: o entendimento do próprio corpo.

O mais positivo da pornografia foi o facto de me ter dado possibilidade de me conhecer – especialmente ao início. Perceber o que eu gosto... perceber que se eu gosto quando eu me faço X, talvez também goste que outra pessoa o faça. E quando estiver com essa outra pessoa, posso-lhe explicar e o sexo fica mais prazeroso. [...] Mas eu tenho de aprender primeiro a gostar de mim e de me fazer certas coisas... e a pornografia ajudou muito nesse sentido (Ricardo, 24 anos).

Olha, queres saber uma coisa que a pornografia me ajudou imenso e que raramente se fala? [...] É mais difícil, especialmente quando somos inexperientes, de aguentar muito tempo a fazer sexo sem ter um orgasmo, não é? A pornografia ajudou-me a treinar e a aguentar mais. E isso até me tornou numa pessoa mais confiante sexualmente (Lourenço, 23 anos).

Assim, a pornografia configura-se como um reduto de conforto, marcado pela desinibição do indivíduo no decurso da construção de conhecimento sexual – e esta

²² O ato de transposição está sujeito a um conjunto decisivo de condicionantes que será objeto de análise no subcapítulo seguinte.

desinibição reflete-se na exploração do próprio corpo, na preparação para uma qualquer interação sexual com outra(s) pessoa(s), e na própria interação sexual. Adicionalmente, é possível perceber que os motivos que incitam o primeiro contacto com a pornografia se vão modificando e ajustando à medida das necessidades do sujeito: o desejo de exploração sexual adapta-se consoante a idade e as experiências já vividas; os fenómenos de pressão social são protagonizados por outros agentes (nomeadamente através de pressões que remetem para a capacidade do homem em estimular e providenciar prazer à companheira); e a emancipação do jovem corporifica-se ininterruptamente numa multiplicidade de formas.

Assim, a discussão sobre o papel da pornografia na educação dos jovens não se deverá centrar tanto na razão pela qual eles a continuam a encarar como fonte esclarecedora de dúvidas, mas, sim, na existência (ou não) de motivos suficientemente fortes para alterarem um sistema que já é conhecido e utilizado há muito tempo – e usualmente a resposta a esta questão é um contundente não.

* * *

A procura de pornografia não tem, em geral, como motivação primária aquisição de conhecimento. A atratividade da pornografia centra-se no incentivo (audio)visual. Se os jovens consomem pornografia pela procura de prazer sexual e pelo desejo de saciar a sua curiosidade por sexo (Bolshinsky e Gelkopf, 2019), o que pretendo evidenciar é a pluralidade e complexidade de estímulos que envolvem a pornografia e que a tornam objeto de tanto desejo. Nesse sentido, o conteúdo pornográfico é igualmente utilizado como uma ferramenta de distração ou supressão emocional, através da fuga a emoções negativas (Franc et al., 2018; Reid et al., 2011); de redução de stress; de alteração de humor; de combate ao tédio; de compensação de uma vida sexual deficitária; e de exploração de fantasias (Bolshinsky e Gelkopf, 2019; Franc et al., 2018; Hare et al., 2015; Reid et al., 2011).

Eu confesso-te. Nunca me considerei viciado em pornografia, embora veja com muita frequência. Nunca me considerei viciado [...] porque, se for preciso, fico uma, duas semanas sem ver. Basta que esteja ocupado. [Basta] que ande de um lado para o outro. O que acontece é que eu muitas vezes estou em casa, sozinho, sem nada para fazer, e acabo por ver pornografia para me divertir um bocado. (Bernardo, 20 anos)

Às vezes estou num dia mau, num momento mais negativo... mais ansioso, mais triste... e acabo por pensar «e se eu fosse ver pornografia?». [...] A pornografia serve, para mim, enquanto a estou a ver, como um escape desses problemas. São uns minutos onde a minha cabeça não está

em mais sítio nenhum e onde os problemas deixam de me preocupar. (Henrique, 23 anos)

Eu tenho alguns fetiches que tenho vergonha de partilhar com a pessoa com que estou. E a pornografia dá-me um sítio para que eu possa ver as minhas coisas à vontade, sem medos de ser julgado. [...] Sim, posso dizer que uma parte da minha satisfação sexual não seria possível sem a pornografia. (Rodrigo, 22 anos)

Estes estímulos são, também, reforçados por processos neurobiológicos (Love et al., 2015)²³. É, então, um conjunto de fatores – sociais e biológicos – que torna (e sustenta) a pornografia como um elemento central da sociedade contemporânea. Assim, tal como a confissão nos séculos transatos, a difusão da pornografia na sociedade é uma fonte útil para a regulação do comportamento sexual individual. E como grande parte da população (jovem) a interpreta desta maneira, existe um consumo massificado, impactando a visão coletiva sobre a sexualidade.

No entanto, a disseminação em larga escala da pornografia não é suficiente para que ela possa ser considerada como um confessionalário moderno. Essa classificação apenas é possível se a esta propalação se adicionar a dimensão subjetiva. Observemos, por conseguinte, com mais pormenor e explicitação, as idiossincrasias do consumo.

Os testemunhos acima de Henrique e de Rodrigo dão uma pista para que seja possível descortinar um elemento central deste relacionamento com a pornografia: a sensação de conforto – seja porque o visualizador percebe que a pornografia está sempre recetiva a acomodar as suas necessidades e caprichos; seja porque os seus gostos sexuais são “ouvidos”, “compreendidos” e não são objeto de nenhum tipo de julgamento moral.

[O melhor da pornografia?] Poder-se ver o que se quiser, quando se quiser... está sempre lá. [...] Já aconteceu mais do que uma vez eu preferir ligar o meu computador e ver pornografia do que estar a enviar mensagem a alguma miúda para tentar ter mesmo sexo. Eu sei que isso tem o seu

²³ Quando vemos pornografia, o nosso sistema de recompensa cerebral é ativado. Isto é, os neurónios dopaminérgicos do tegmento mesencefálico libertam dopamina (neurotransmissor que, quando libertado, provoca, entre outras, a sensação de prazer) (Brand et al., 2016) na fenda sináptica do núcleo accumbens e amígdala, sendo enviados sinais ao córtex pré-frontal (Sanarmed, 2021) – local de controlo do raciocínio, do planeamento de comportamentos e da expressão da personalidade. O acionamento do núcleo accumbens gera uma relação positiva com a substância promotora – a pornografia –, ativando o giro do cíngulo que, juntamente com a amígdala, proporciona a formação de uma memória positiva. O sinal, ao chegar ao córtex, irá modular aquela atividade, determinando a frequência e o modo de uso (Ibid.). Assim, e em conclusão, à medida que se repete o visionamento de pornografia e a dopamina é imediatamente libertada, o cérebro associa esse contacto com o material pornográfico a emoções positivas e prazerosas, gerando, da maneira sequencial, uma espiral de incitamento para que o contacto seja repetido.

lado negativo. Mas o lado positivo é muito bom! Porque não tens de te esforçar para nada e consegues ter o que queres (Miguel, 25 anos).

Talvez seja estranho dizer isto, mas é como se eu não me sentisse sozinho por causa da pornografia. [...] Eu não tenho contacto com ninguém via pornografia – embora saiba que existem grupos de Telegram que se criam a partir dela. Mas só o facto de estar a ver coisas que eu gosto e que eu acho que são mais estranhas ou mais rebuscadas... e ver comentários de outras pessoas a esses vídeos, ver as visualizações... não me sinto estranho, entendes? Até posso ser esquisito e ter gostos sexuais esquisitos, mas ao menos não estou sozinho. [...] Há mais pessoas que gostam do que eu gosto. E isso faz-me sentir bem... e um bocadinho menos esquisito (Rodrigo, 22 anos).

De facto, e retomando momentaneamente a problemática da educação sexual, o companheirismo e conforto é ancorado na singularidade e individualidade da interação com a pornografia – que se revela fulcral para que se estabeleça uma relação próxima e consistente ao longo do tempo, inigualável com qualquer outro agente social, e se possam “confessar” as dúvidas mais embaraçosas.

Claro que eu já tirei dúvidas com a pornografia. Coisas que não perguntaria nunca a ninguém. [Porquê?] Por vergonha. Achava que eram coisas óbvias e que se perguntasse ia ser estranho. [...] Na fase inicial, quando somos putos, ninguém quer fazer perguntas a ninguém porque queremos todos parecer muito mais avançados do que aquilo que somos. Especialmente nós, rapazes. O engraçado é perceber agora, anos mais tarde, que nos andávamos todos a enganar a todos e que ninguém sabia nada. Mas bem, nessa altura não perguntas, não esclareces as tuas dúvidas, e os anos vão avançando e as dúvidas continuam lá. E chega a uma idade em que realmente perguntares se torna um bocado desconfortável porque eram coisas que já devias saber. E estás preso. E a pornografia é muito, muito, muito útil nisso. [...] Sou só eu. Ninguém sabe o que procurei (Afonso, 25 anos).

É especialmente interessante analisar o percurso da singularidade no contacto com a pornografia. Apesar de ela ser evidente e praticamente inegociável para a esmagadora maioria dos entrevistados, apenas adquire esse estatuto com a evolução do ciclo de vida.

É habitual que a introdução à pornografia se processe coletivamente (tipicamente num grupo de amigos). Nestes casos, o ambiente poderá, de forma genérica, ser caracterizado pela mistura entre a sensação de rebeldia e a de excitação, sendo impossível estabelecer algum tipo de relação direta entre a visualização e a masturbação. Contudo, à medida que os conteúdos pornográficos são interpretados como úteis, à medida que eles são anexados ao domínio do prazer sexual, são também localizados numa zona de intimidade.

A primeira vez que vi pornografia foi com amigos. Não foi nada de muito sério. [...] Ou seja, não foi com o propósito que vejo atualmente. Sei lá,

éramos miúdos, estávamos a descobrir aquilo e pronto... vimos. Lembrome de nos rirmos, de nem percebermos bem, de fazer impressão... Entretanto deixei de ver com eles. [...] Agora vejo sempre sozinho. [...] Isso de ver acompanhado aconteceu poucas vezes ao início. Depois deixou de acontecer porque acho que é algo muito íntimo e não me sinto bem em masturbar-me com outras pessoas à volta (Bernardo, 20 anos).

Ao contrário da concepção de que a pornografia pode desempenhar um papel de estímulo mútuo, servindo, até, como uma poderosa fonte de preliminares (Attwood et al., 2018; Bridges e Morokoff, 2011; Štulhofer et al., 2010; Wright e Vangeel, 2019), entre os entrevistados encontrei um cenário diametralmente distinto: o da separação taxativa do consumo de pornografia nos dois elementos do casal.

Eu vejo sempre sozinho. Não sei se a minha namorada vê. Se vir, está tudo bem. Até é melhor para nós porque assim ela sabe o que gosta e as coisas sexualmente podem correr melhor. Mas eu nunca vi com ela. E acho que é algo que deve ficar só para a privacidade de cada um (Fernando, 24 anos).

* * *

Desta forma, tem-se delineada a edificação do confessionário pornográfico. Vimos e destrinçámos o modelo de chamamento para que os jovens continuem a aceder à pornografia. Vimos que o apelo interior à estimulação sexual individual é eficientemente complementado com a sensação de este se apresentar como um mundo repleto de revelações e de conhecimento sempre disponível para responder a qualquer pergunta. Vimos que a contínua incerteza da adequação na interpretação do conteúdo pornográfico é fomentada pela natureza individual do contacto com a pornografia – e vimos também que essa privacidade e singularidade é inegociável. Percebemos que, mais do que um modo de ver sexo simplesmente pelo gosto de ver sexo, a pornografia se enquadra num dispositivo que a centra como elemento fulcral da sexualidade; num dispositivo que a transformou na resposta perante as estruturas insuficientes; num dispositivo que a metamorfoseou na nova esperança na jornada secular da busca pela verdade do sexo. Por isso, os jovens recorrem a ela. Perguntam-lhe o que não têm coragem de perguntar a mais ninguém. Ouvem-na e prestam atenção às suas indicações. Posicionam-na como uma fonte informativa com condições únicas e cativantes. Em suma, entender pornografia não é exclusivamente perceber um ato egoísta de autossatisfação. Entender pornografia é entender como a sociedade formata comportamentos; como posições e dinâmicas sexuais são incorporadas na vida sexual por consequência direta ou indireta da difusão de material pornográfico.

Assim, entendendo que a sociedade se molda em torno da pornografia, eis as questões seguintes: será que ela também é moldada em torno da sociedade? Ou seja, como é que os jovens reagem ao conhecimento pornográfico? O que fazem com ele? Como o transpõem para a sua vida?

3.2 O profissional e a subjetividade

Vistas as semelhanças entre o processo de confissão «tradicional» e a confissão via pornografia, percebida a maneira pela qual ela se configura como «sucessora» das instituições religiosas e médicas dos séculos XVII a XIX, avalie-se, então, o impacto desta proximidade e promiscuidade com o conteúdo obsceno: de que maneira, afinal, o comportamento sexual é condicionado pela pornografia?

A resposta a esta questão estará assente sob duas premissas base: as representações, por parte dos consumidores, sobre a pornografia; e a tradução dos conhecimentos obtidos para a *praxis* individual.

Assim, principie-se esta dupla indagação pelo momento de pré-visualização: com que expectativas partem os jovens para a imersão no mundo pornográfico? De que estão à espera? Da reprodução de dinâmicas sexuais reais e exequíveis? Ou de um universo de exacerbações que tem tanto de fantástico como de fantasioso?

Segundo a amostra, nem uma coisa, nem outra. Neste campo, os resultados são inequívocos: os entrevistados, de forma unânime, apesar de acreditarem que existe algum nível de verosimilhança entre as cenas visualizadas e a vida sexual, reiteram insistentemente a separação entre o visualizado e o real:

Eu vejo pornografia da mesma maneira que vejo um filme. [...] Da mesma forma que eu não deixo de ver um *Uncharted* porque sei que não é verdade, também não deixo de ver pornografia porque aquilo não é real. Claro que, como estávamos a falar, há sempre uma coisa ou outra que dá para aprender e que dá para retirar para a nossa vida sexual, mas sei bem que aquilo é falso. Isso está muito claro na minha cabeça. [...] Mas não é por ser irreal que passa a ser uma coisa má (Gustavo, 25 anos).

A minha ideia em relação à pornografia sempre foi a seguinte: tu tens aqui algo que te permite ter uma ideia daquilo que é [o sexo], mas não é uma ideia real. Dá-te prazer, lavas os olhos... mas a Internet é feita para vender ou, mesmo que não pagues nada, é feita para captar a tua atenção.

[...] Eu vejo pornografia, mas tenho a noção que existe um mundo de distância entre aquilo e a realidade (Ricardo, 24 anos).

A pornografia é um estímulo. Muito forte, até. Tão simples quanto isso. [...] É realmente um sítio onde podes aprender sobre a relação sexual em si – coisas básicas, como as posições ou o que podes querer experimentar –, mas não é real em quase mais nada. Tudo o que está lá serve para te estimular e acaba por ignorar muita coisa e engana-te. Não há atenção e carinho para a outra pessoa, não há emoções... os tamanhos [dos órgãos genitais] dos homens, a duração... é tudo muito diferente (Henrique, 23 anos).

Esta disjunção entre o enganoso e o verdadeiro, para além de reproduzida e repetida exaustivamente por todos, foi também envolta num cuidado e minucioso discurso – pautado por uma atitude semelhante a quem tem algo a provar sobre a sua capacidade em analisar o sexo, por quem tem de afirmar e assegurar uma dada moral envolvente à interpretação da pornografia, ou por quem quer transmitir que é minimamente regrado na sua conduta sexual.

Dediquemo-nos, por instantes, a esta tão proeminente divisão entre o mundo pornográfico e o mundo real: afinal, como é que ela surge e quando é que se manifesta?

Responder a esta questão implica olhar a heterogeneidade nos caminhos interpretativos da pornografia. Compreender como (e quando) é que se efetiva a diferenciação entre o fantasioso e o verdadeiro será sinónimo da compreensão da multiplicidade de caminhos possíveis perante a pornografia. E compreender a multiplicidade de caminhos perante a pornografia será, por sua vez, sinónimo da impossibilidade de decretar um carácter geral e axiomático sobre o seu consumo. Aprofunde-se esta ideia:

A amostra revelou a importância da subjetividade para a delimitação do real e do irreal. O indivíduo, envolto na jornada de desbravamento da sua curiosidade sexual, serve-se de qualquer informação para complementar e/ou contrastar com os conhecimentos já adquiridos. A pornografia, dada a sua natureza confessional, privada e sigilosa, é percecionada por todos os entrevistados como uma importante fonte de conhecimento, mas que tem de ser descodificada – e essa tarefa é da responsabilidade do confessado. No entanto, coloca-se mais uma questão: qual a razão para que ela tenha de ser descodificada? Ou seja: como é que um jovem, em formação, de conhecimento diminuto, poderá ter o discernimento para entender que a pornografia não é tão fidedigna como outras fontes? A explicação pode-se

encontrar precisamente na importância do mundo envolvente: não obstante as poucas palavras que, segundo os entrevistados, são endereçadas à discussão da pornografia, existe um aviso contínuo para os perigos, riscos e ameaças inerentes ao contacto com o obscuro e libidinoso. O facto de estes avisos serem disseminados pelos mais variados atores (professores, familiares, personalidades televisivas, redatores de jornais, revistas ou *sites*, e até mesmo amigos) proporciona uma posição de intriga e desconfiança perante o conteúdo pornográfico observado, mesmo que não se perceba exatamente o porquê.

A minha mãe, em conversas normais, sempre foi falando de que a pornografia não espelhava a realidade. E ela foi dizendo isso desde sempre. E aquilo foi entrando na minha cabeça... Depois também tinha uma mania que era ler revistas da minha mãe. Tipo *Activa*, conheces? Lia essas revistas femininas e lembro-me de uma vez ter lido qualquer coisa sobre os perigos da pornografia e de como aquilo dava cabo da cabeça dos homens e de como nós depois queríamos fazer coisas impossíveis por causa da pornografia. [...] Às vezes na escola também se falava sobre isso... [...] Não deixei de ver [pornografia], mas vi sempre com um pé atrás [...] porque sempre percebi que aquilo não era verdadeiro (Horácio, 26 anos).

Tinha uma professora falava muitas vezes que nós víamos muita pornografia e que isso era péssimo. [...] Houve uma vez, numa aula em que ela perguntou se tínhamos dúvidas sobre sexo, um rapaz perguntou se era possível colocar mais de um pénis numa vagina. [...] E ela esteve-nos a dar um sermão de imenso tempo sobre os problemas da pornografia e de como aquilo só nos dava ideias estúpidas (António, 24 anos).

Eu acho que não houve um choque entre o sexo da vida real e o sexo da pornografia porque, nos sítios onde eu procurava entender as coisas – especialmente fóruns online – alertavam sempre relativamente a essas diferenças que iam acontecer. Portanto sempre percebi que a minha experiência sexual não seria como eu via nos vídeos porno (José, 22 anos).

Desta forma, o jovem, intrigado pela dúvida acerca da verdade do sexo, investe a sua atenção na deteção de qualquer indício que lhe possa ser útil. Assim, o desmaranhar das noções falaciosas da pornografia poderá ser despoletado a partir de algo tão simples como a observação dos órgãos genitais dos colegas ou a análise dos corpos femininos do quotidiano.

Eu comecei a perceber que a pornografia não era real porque jogava futebol. E, enquanto miúdo, estava no balneário com 20 colegas e ia olhando para os pénis deles. Via, comparava... percebia que eles tinham um tamanho parecido ao meu... E se éramos todos parecidos, então o que estava na pornografia não podia ser real. E se essa parte não era real, então eu tinha de dar um desconto a tudo o resto também. (Ricardo, 24 anos)

Eu acho que a maturidade é muito importante para perceber as diferenças das pessoas reais para as pessoas da pornografia. Mas maturidade não significa que tenhamos de ser muito velhos. Maturidade significa que ok, se calhar quando comesas a ver não percebes o que não é real e o que não faz sentido, mas cresces um bocadinho, pensas um bocadinho e não é muito difícil. [...] Olha, por exemplo: eu lembro-me de começar a

desconfiar da pornografia porque ia vendo as mulheres na rua e via que nenhuma tinha mamas de três metros e rabos gigantescos... e vais pensando, vais ouvindo a opinião das outras pessoas... e é muito fácil percebermos que aquilo não é realidade. (Martim, 25 anos)

No entanto, para a maioria dos participantes, a compreensão das diferenças entre a pornografia e a realidade acontece somente através da experiência sexual. Ou seja, é efetivamente no ato sexual que os jovens percebem que as concepções que tinham eram imprecisas. Este processo de descoberta apresenta três marcos fundamentais: a percepção de tempo; a interpretação da ereção; e a interação com a companheira sexual.

Os vídeos pornográficos, pela sua longa duração, remetem recorrentemente para a capacidade do homem em retardar o seu orgasmo; por essa razão, e em especial quando o contacto com a pornografia é prévio à primeira relação sexual, existe um impactante confronto entre a expectativa gerada e a realidade.

É preciso maturidade para conseguires analisar a pornografia. E a maturidade ganha-se com a experiência. E quando tu estás habituado a ver pornografia e vês os gajos a durar imenso tempo... depois quando chegas à vida real e percebes que afinal aquilo acaba mais rápido do que pensavas, acabas por ter um choque com a realidade. [...] E isso foi importante para mim porque foi um abre-olhos. Eu lembro-me que a partir daí comecei a duvidar das coisas que via [na pornografia] (Fernando, 24 anos).

A exposição de membros fálicos continuamente eretos também gera desconstruções críticas:

Aconteceu-me não conseguir ficar ereto quando estava com uma rapariga e fiquei a bater mal porque a pornografia mostra homens sempre eretos. E achamos que isso é que é normal. [...] Mas a partir do momento em que isso me aconteceu, eu consegui perceber imediatamente que tinha de me distanciar [da pornografia] e consegui perceber “ok, eu tenho uma expectativa, mas isto na realidade é algo completamente diferente”. [...] Foi isso que me fez distanciar e perceber que aquilo era só mesmo algo que me podia satisfazer a curto prazo, naquele momento. Mas não me podia servir de base para nada porque cada pessoa tem a sua forma de agir... E nós próprios, durante o sexo, temos muitas coisas em que pensamos... a nossa cabeça não para, não é? Por isso há muitos mais fatores do que só o físico que se mostra na pornografia... [...] E depois é uma descoberta. Cada relação sexual é uma descoberta diferente que cada um vai fazer, espero eu, até ao fim da vida (Tomás, 23 anos).

Se os dois primeiros alertas advêm do relacionamento com o próprio corpo, no último caso o foco dos jovens centra-se na parceira. A perda da virgindade (ou a cumulação das primeiras experiências sexuais) desenha-se como um momento-chave na descoberta das disparidades entre o mundo pornográfico fantasioso e o mundo real e prático:

Em sentido inverso ao que é vastamente argumentado na literatura científica²⁴, as entrevistas não revelam desinteresse perante o prazer feminino. Pelo contrário, constituindo-se como elemento-chave ao longo da entrevista, é precisamente essa preocupação em providenciar prazer que age como barreira de seleção relativamente ao repertório mental que é gerado a partir da pornografia; é esse cuidado que torna os jovens mais atentos à companheira; é, enfim, essa inquietação que estimula conversas sobre as eventuais maneiras de tornar o sexo mais aprazível.

Acho que foi devido à minha primeira namorada [que aprendi a distinguir o sexo da pornografia e o sexo da vida real]. Eu tinha medo que ela não quisesse fazer algumas coisas, algumas posições... então acho que foi isso que acabou por fazer com que eu percebesse que não estava certo. Eu nem sequer sugeria. Eu, sozinho, via “isto aqui não vale a pena fazer porque ela não se vai sentir bem”. Então eu próprio fui percebendo e selecionando o que perguntar e o que sugerir. [...] Diferenciei, acima de tudo, ao pensar no bem-estar de quem estava ao meu lado, vendo a personalidade da minha namorada (Gustavo, 25 anos).

O que mais me surpreendeu foi perceber que as mulheres não gemem como eu via na pornografia. E perceber que eu não estava a conseguir fazer com que ela gemesse como eu via nos vídeos mexeu comigo e com o meu ego. [...] Ao início pensei que o problema era meu, mas falar com ela fez com que eu percebesse que estava tudo bem e comecei a pensar que se calhar aquilo não era uma fonte de informação tão confiável como eu achava. E a partir desse momento tudo muda na maneira como a incorporas na tua vida (Mário, 22 anos).

Quando fiz sexo pelas primeiras vezes percebi que afinal era um bocado diferente da pornografia. Não dava para fazer aquelas posições todas e nem todos os gestos dão prazer da mesma maneira. Depende da pessoa... depende de muita coisa. Mas conforme ganhas mais intimidade com a pessoa, ganhas confiança para falares e para que percebam como dar prazer mútuo. [...] É com essas conversas que consegues perceber a realidade e consegues perceber a diferença em relação à pornografia (Júlio, 23 anos).

O entendimento das disparidades entre pornografia e «o sexo da vida real», como tão comumente foi verbalizado, não se orchestra numa espécie de momento *eureka!*, onde o indivíduo é subitamente iluminado e desvenda todos os equívocos na sua construção da sexualidade. Para além de ser um processo gradual de descobrimento, ele só é possível pela inserção do indivíduo nessa sociedade que adverte sistemática e ruidosamente sobre os pecados da pornografia e sobre a sua evidente propensão em focar o prazer masculino. Por isso, mais do que processos incompatíveis, são sistemas que se reforçam mutuamente.

²⁴ Cf. Gunter (2002) para uma visão geral.

Mas porque é que a generalidade dos jovens necessita de um confronto (e o conseqüente «choque») com a realidade das relações sexuais para constatar essas tão propagadas diferenças? Duas possibilidades se apresentam: a primeira é a do entendimento que, apesar dos alertas serem habituais, não significa que todos os indivíduos tenham acesso a eles; a segunda – e muito mais frequente – está vinculada ao impacto desigual, para muitos, entre “o que se ouve” e “o que se sente na pele”:

Porque mesmo que tu ouças “mano, durares cinco minutos é normal”, “mano, é normal não conseguires fazer todas as coisas malucas que queres”, “mano, é normal que ela não faça isto e aquilo, como tu vês nos vídeos”... enquanto não passares por isso, enquanto não sentires isso na pele, nunca vais compreender realmente. Não vale a pena andarem com historinhas. É a experiência que é o mais importante (Fernando, 24 anos).

* * *

Os paradoxos e contradições são fulcrais para a compreensão do impacto da pornografia nas vidas dos jovens. A nebulosidade interpretativa, condicionada pelas experiências sexuais e pelo contraste com outras fontes de conhecimento, influi na compreensão individual sobre a necessidade de ajustar qualquer tipo de concepções morais ou condutas sexuais. Isto significa que a identificação de pontos de incerteza e conflito, assim como a posterior delineação de estratégias para os combater estão necessariamente associadas à subjetividade individual. Como a subjetividade está ancorada em inúmeros fatores – designadamente a educação, a rede de valores, os contactos sociais ou os estímulos recebidos ao longo da vida –, o caminho traçado na resolução de qualquer angústia ou inquietação toma contornos específicos. Jovens diferentes arquitetam planos mais ou menos diferentes e interpretam-nos de maneiras únicas.

No entanto, existe um ponto comum: todos os entrevistados demonstram preocupação pelo prazer feminino. Ou – e talvez reformulando seja mais exato – revelam preocupação pela capacidade individual de conceder prazer à companheira sexual. Isto é: não alego que os jovens não se preocupam com o bem-estar e com a satisfação sexual da parceira; alego, no entanto, que a perceção relativamente à (in)capacidade performativa desempenha um papel central. Arrisco-me a afirmar que, se nos séculos passados a busca pela verdade do sexo se prendia com o desejo de purificar a alma e/ou o corpo (consoante a génese dessa vontade residisse em

motivos católicos ou médicos), atualmente a procura rege-se, acima de tudo, por motivos de performance sexual.

No interior da heterogeneidade, encontra-se, no entanto, homogeneidade. Reafirma-se a existência de um inconsciente pornográfico: o roteiro mental da dinâmica beijos – tirar roupa – sexo oral – sexo vaginal (Barker et al., 2018) está profundamente difundido. Para além disso, existe ainda homogeneidade a nível das posições sexuais utilizadas. Embora se possa imaginar um exaustivo e abrangente repertório de posições sexuais, muitos jovens relatam a experiência contrária: gera-se um contacto regular com um conjunto bem definido de posições, comuns nas imagens de pornografia, o que, por consequência, se materializa numa aceitação quase tácita quanto à sua normalidade.

Tu vês aquilo [pornografia] e, se calhar, em cinco vídeos, vês sempre as mesmas coisas. As mesmas posições, quase a mesma ordem entre elas... o que te vai estimulando para que continues a ver são as atrizes que vão mudando, são os cenários... e ok, há coisas que são diferentes. Aquelas coisas dos fetiches, por exemplo. Aí sim, pode fugir. Mas nos vídeos normais, sem fetiches, é sempre o mesmo. É a mulher de quatro, é a mulher em cima a olhar para o homem, em cima de costas para o homem, o homem em cima... [...] E claro que tu vês tantas vezes aquilo que obviamente te condiciona na maneira que te comportas. Mesmo que não te apercebas. Mas é aquilo que conheces e é aquilo que vais fazer. É normal. [...] Eu acho é que muitas vezes o difícil é encontrar posições diferentes para copiarmos (Miguel, 25 anos).

A noção de um «guião sexual» e a reprodução de posições são unânimes em todas as entrevistas.

No imaginário construído pela pornografia emergem duas preocupações recorrentes: a duração da relação sexual (leia-se «capacidade em retardar o orgasmo masculino») e o tamanho do próprio pénis. Se com outros tópicos, dúvidas ou inseguranças de cariz sexual os jovens se socorrem da construção de um arquétipo mental composto por todos os elementos de informação até então adquiridos, os contrastam e procuram discernir a «verdade», nas temáticas da duração do orgasmo e do tamanho do órgão sexual esse processo é mais complexo – em especial no início da adolescência.

O pior da pornografia são os tamanhos dos [órgãos genitais dos] homens. Pomos uma expectativa de como deveríamos ser, olhamos para nós, começamos a duvidar do que somos, pensamos no que deveríamos ser... [...] e até é verdade que uma das coisas que acho que todos sabemos, mesmo antes de ver pornografia, é que os pénis deles não são normais. Toda a gente fala disso. Mas mesmo assim não é fácil, especialmente quando és miúdo e quando não tens grande experiência sexual com

outras pessoas, perceberes que está tudo bem em seres como és. E sofreremos todos com o tamanho. [...] E talvez essa preocupação nos acompanhe para sempre (Filipe, 23 anos).

Há três coisas em que nós [homens] trememos todos. Se somos bons na cama, o tamanho dele [pénis] e o quanto aguentamos na cama. E o primeiro é um bocado consequência dos outros dois [risos]. Por alguma razão todos sabemos quanto medimos [referindo-se ao tamanho do pénis]. E nunca se fala muito sobre isso, mas acho que todos sofreremos. E acho que isso é muito consequência daquilo que vamos sendo habituados na pornografia (Lourenço, 23 anos).

* * *

A par das semelhanças, deparamo-nos com um cenário de discrepâncias, ambiguidades e hesitações na leitura dos conteúdos pornográficos.

Sendo a pornografia um mapa genérico para o comportamento sexual, as entrevistas demonstram que a aplicação desses conhecimentos, e a maneira pela qual se determina o que deve e como deve ser transposto para a realidade são heterogêneas. Ainda que todos os entrevistados afirmem a sua capacidade em avaliar e distinguir o real e o ficcionado, em identificar e dissociar o que devem implementar com as suas parceiras e o que devem remeter unicamente para o mundo pornográfico e para as suas fantasias, as diferentes perspetivas sobre a pornografia repercutem-se numa ampla dispersão nas consequências do domínio prático do sexo.

Todavia, no meio da disparidade de respostas obtidas, é possível identificar um padrão: quanto maior culpa o indivíduo sente por ver pornografia, mais propensão tem para a examinar criteriosa e prudentemente. Essa culpa advém de quatro possíveis origens: o respeito pela moral, o respeito pela religião, o medo do vício e o medo de rendição ao mundo ilusório pornográfico.

Primeiramente, a associação com a moral estabelece-se na medida em que o indivíduo vincula a visualização contínua de pornografia, propiciada pela sua facilidade de acesso, com uma eventual atitude de desrespeito pelo próprio corpo, mas, acima de tudo, da mente: numa visão caracterizada pela multiplicidade de pontos de interligação com a filosofia helenística do estoicismo, o desassossego moral causado pela eventual cedência às tentações mundanas foi repetidamente mencionado. Neste caso, o jovem problematiza tanto o ato genérico de ver pornografia, como analisa (e comumente desaprova) o que é visualizado.

De notar ainda que foi usual estes entrevistados encararem-se como seres pecadores e errantes por serem consumidores de pornografia, estando em confronto com um ser fictício de moral impoluta com quem se comparam. E este contraste entre o que não são e a projeção do que deveriam ser ganha especial relevância porque é a partir dele que existe uma admissão culpada e envergonhada dos seus gostos e fetichismos.

Eu sei que vejo coisas bizarras. Aqueles vídeos clássicos de família... tipo stepmother e stepson... isso eu vejo muito e gosto. [...] Sinto-me um bocado envergonhado por gostar dessas coisas. Acho que não devia gostar. E até tenho medo que não seja normal eu gostar disso. Porque é algo que na vida social é... nem sei se não é crime. (Bernardo, 20 anos)

[...] e tenho uns fetiches – que preferia não dizer quais são – e que utilizo a pornografia para me conseguir satisfazer. Mas quando acabo até me sinto esquisito por ter feito aquilo. É como se fosse um outro eu, não sei bem explicar... (Henrique, 23 anos)

De modo a cooperarem com estas dolorosas indagações interiores, é evidente, em alguns, uma acomodação de uma identidade sexual que conflitua com outras dimensões identitárias.

[...] há uma diferença entre aquilo que eu sou e os meus gostos sexuais. Eu adoro ver lésbicas e não sou uma lésbica. Eu adoro ver orgias e se me oferecesses agora um convite para ir a uma eu recusava porque tenho medo de apanhar doenças (Vítor, 19 anos).

Para além desta, uma outra estratégia é notória: a procura de validação externa. Dada a comum incapacidade de falar aprofundadamente sobre os gostos pornográficos com amigos, familiares e professores, os jovens direcionam as suas atenções ao mundo online (Kanuga e Rosenfeld, 2004; Attwood et al., 2015) – nomeadamente a fóruns ou comunidades. Esta exploração cibernética visa garantir (nem que seja somente na forma tentada) o seu posicionamento num qualquer domínio de normalidade e de verosimilhança para com os seus congéneres. É a partir da pesquisa tanto de depoimentos de outros ciberutilizadores, como da própria colocação de perguntas (Attwood et al., 2015), que os indivíduos tentam entender se estão do reino do normal.

Estas coletividades *online* têm desempenhado um papel cada vez mais preponderante na crítica juvenil à pornografia. Ainda que a Internet seja o canal preferencial para se aceder a material pornográfico, ela tem igualmente uma função de dupla propulsora, estimulando debates interiores sobre esse acesso indiscriminado: seja através de uma pesquisa concreta e consciente do utilizador ou por intermédio de

uma exposição involuntária (através de partilhas de outros utilizadores, de ações publicitárias ou como resultado do tão famoso algoritmo), são recorrentemente difundidas mensagens sobre a importância do comedimento sexual e sobre as consequências nefastas que poderão advir se o indivíduo ignorar esta imposição moral de sobriedade e prudência.

Conheci o NoFap por acaso na Internet. E até te digo que ao início não liguei grande coisa. Mas depois comecei a ver cada vez mais pessoas a falar daquilo no Twitter, no Reddit... YouTubers... e fiquei curioso. [...] Eu até comecei a praticar o NoFap sem grande motivo. [...] A maior parte das pessoas que começa naquilo é porque se sente mal com a pornografia ou com a masturbação. Contam histórias horríveis. [...] Eu nunca me senti mal. Mas quanto mais lia o que eles diziam, mais tinha uma voz na minha cabeça a dizer “estás a ficar viciado como eles ficaram e nem sabes” (Benjamim, 22 anos).

Se é certo que a sensação de medo relativamente à incursão num sistema imoral de autossatisfação foi sendo referida de forma recorrente, nenhum indivíduo demonstra o intuito de eliminar a pornografia definitivamente da sua vida (ainda que essas comunidades online o advoguem regular e entusiasticamente). Demonstram o intuito, sim, de perceber como a poderão ajustar a uma vida ética e briosa – tal como na Grécia Antiga, a discussão centra-se na capacidade, ou na falta dela, de controlar os ímpetos de carácter sexual; na aptidão de conviver com os seus desejos carnis e de autossatisfação, mas sem lhes sucumbir.

Postura distinta têm os jovens que se sentem condicionados pelo respeito da religião. Segundo eles, este respeito coaduna-se com a abstenção do contacto com a pornografia (e com a masturbação). Assim, é clara a confrontação entre a perspectiva racional, que argumenta a inexistência de matéria pecaminosa, a perspectiva emocional, que reclama a necessidade de satisfação sexual, e a perspectiva religiosa.

Eu sou uma pessoa muito religiosa. Acredito muito em Deus. E a religião diz que ver pornografia, masturbarmo-nos... não sei, é algo que não é visto com muito bons olhos. E há um conflito na minha cabeça. Não sei se é mau, se o devo fazer... confunde-me. Porque às vezes leio artigos, investigo em sites... e vejo que não tem mal ver pornografia porque até podes aprender. Mas depois há a parte religiosa – que eu acredito – e que diz que não podes ver. [...] Estou num conflito (Gustavo, 25 anos).

Os meus pais têm uma educação muito religiosa. E é por causa disso [que já senti culpa por ver pornografia]. [...] Porque eu sempre fui muito educado na religião católica. [...] Na Igreja ainda se fala muito disso. [...] [Entretanto] consegui distanciar as coisas e perceber que aquela foi a educação que os meus pais me deram e agora eu consigo perceber aquilo em que eu acredito. E, a partir do momento em que eu consegui fazer essa separação, eu percebi que não tinha razão nenhuma para me sentir

culpado e que era algo perfeitamente normal. Até porque os meus amigos também viam e não se interrogavam desta maneira (Júlio, 23 anos).

Em terceiro lugar, e constituindo-se como mais um fator essencial nesta dinâmica de culpa, o medo do vício foi sendo referido por quase todos. O sujeito, receoso das implicações do estado de adição, sente que se poderá aproximar dessa condição a qualquer momento e sem que se aperceba – e é essa angústia que o mantém permanentemente em alerta. Inclusivamente, quando perguntados sobre o lado mais negativo da pornografia, (muito) recorrentes foram as respostas que incidiam na dependência.

O mais negativo da pornografia é o facto de se poder tornar algo viciante. E tornando-se algo viciante mexe com os teus níveis de dopamina e acho que te deixa uma pessoa pior do que aquilo que poderias ser. [...] E acabas por ter menos motivação para procurar parceiras sexuais. E isso é péssimo porque tens uma experiência que é unipessoal. Não envolve mais nada. É um orgasmo cem por cento vertical em que estás ali a olhar para imagens. Enquanto que com parceiras sexuais tens experiências super mais profundas a todos os níveis e que te fazem muito melhor. [...] Depois, ficando viciado também ficas ali imenso tempo investido naquilo, perdes imenso tempo... é horrível e claro que tenho medo. Por isso é que eu gosto de estar numa rotina em que o faço poucas vezes (Vasco, 24 anos).

Neste sentido, Carnes e Schneider (2000) argumentam que o incremento no acesso a pornografia é responsável por criar uma epidemia de adictos a este tipo de conteúdo. Não o poderei confirmar; poderei afirmar, sim, que, num universo de vinte e cinco participantes, três relataram que já sentiram que estavam viciados. Assim, mais do que corroborar ou não a ideia de uma epidemia de adictos pornográficos, a amostra demonstrou que o que efetivamente existe é um conjunto de indivíduos receosos de se tornarem adictos.

Sobressai, nos três indivíduos, o testemunho de um deles – que recorreu a ajuda psicológica – e que explicou como o vício em pornografia se refletiu no deterioramento de várias áreas da sua vida:

Eu fiquei viciado em pornografia um bocadinho menos convencional. Não foi com os Pornhub's e assim... foi com uns sites em que entravas e interagias em direto com outra pessoa. Vias a rapariga nua, a masturbar-se e ela via-te a ti. E isso causou-me muitos problemas. Até problemas com a minha namorada porque aquilo é uma traição, mesmo que não seja fisicamente. E eu não conseguia parar. Sempre que sentia alguma coisa menos boa, ia para lá. Era o meu escape. [...] Isolei-me muito, só queria aquilo... comecei a passar muitas horas lá. Duas, três, quatro horas por dia... Era muito tudo muito fácil, rápido e acessível. Era muito estimulante e a minha vida começou a ser guiada por aquilo. E, no meu caso, como tenho questões de ansiedade... ter uma espécie de relação sexual virtual sempre que eu quisesse era muito viciante para mim. Gastei dinheiro e tudo. E passei

muito mal. [...] Tenho muita vergonha de contar isto. Até aos psicólogos (Henrique, 23 anos).

A perceção geral de que casos como o de Henrique são comuns concebe os jovens como elementos instáveis, vacilantes e propensos a perderem o controlo do domínio da sua interação com a pornografia – levando o jovem, receoso, ao exame escrutinador das condutas, tentando aniquilar qualquer possibilidade de vício.

Por fim, a última manifestação de culpa que deriva do contacto com a pornografia é o medo de rendição ao mundo ilusório pornográfico. Por outras palavras, incorporando como seu o parecer de que a pornografia é feita por e para homens, que o gozo masculino é o cerne da sua preocupação, é surpreendentemente habitual a necessidade em estabelecer uma distância de segurança entre o conteúdo visionado e o reproduzido nas suas próprias relações sexuais.

A pornografia é um bocadinho ilusória. É muito mais fácil para um homem ter prazer do que para uma mulher. E não é só chegar e fazer, como a pornografia aparenta. Não! Requer trabalho! [...] Porque estimular um homem é diferente de estimular uma mulher. Mais depressa um homem se satisfaz do que uma mulher (Júlio, 23 anos).

A pornografia dá uma responsabilidade sobre o homem diferente da realidade. No sentido em que eu tenho de durar imenso tempo, eu tenho de ser um animal na cama, tenho de fazer isto e aquilo... e isso é completamente irreal. E se tiveres essa pressão, isso até piora a tua performance, piora a tua experiência e a experiência da tua parceira. Portanto é bom que percebamos todos que nem é possível, nem devemos querer transportar tudo o que vemos na pornografia para a realidade. Se não, a tua namorada vai detestar. [...] O importante é conseguires criar uma ligação com ela, estares atento e perceberes o que é que lhe pode dar prazer. É assim que as relações devem ser (Vasco, 24 anos).

Desta forma, verifica-se, na esmagadora maioria dos entrevistados, uma certa penitência aquando do visionamento de pornografia. Não que se sintam obrigatoriamente atormentados com o contacto com material pornográfico, mas existe uma grande preocupação sobre quais as eventuais consequências que advirão.

Se vires pornografia diariamente cada vez vêes conteúdos mais puxados. Porque cada vez precisas de mais estímulos. É como com qualquer tipo de droga. Precisas de chegar a coisas mais extremas para ter o mesmo nível de prazer. [...] Agora, se fizeres as coisas de forma moderada, se fores doseando, se fores parando de vez em quando, não passas de um certo ponto. Que é o que me acontece atualmente. Mas já me aconteceu estar a consumir cenas bem mais pesadas. Por isso é que eu acho que é tão importante a moderação. [...] Imagina, há pessoas que fazem isto [ver pornografia] todos os dias durante trinta anos. Durante esses trinta anos, alguma coisa na tua cabeça vai mudar. E acho que até pode haver um ponto que é quase *no return* e pode-te mudar drasticamente enquanto pessoa. [...] Uma coisa é a pornografia ser um bónus na tua sexualidade e até poder servir como escape para explorares os teus fetiches, mas outra coisa é consumires tanto ao ponto de deixares de perceber as

diferenças que existem entre aquilo e a verdadeira sexualidade, o carinho, a conexão com a outra pessoa. Isso é muito preocupante (Vasco, 24 anos).

Explicadas as diversas origens do sentimento de culpa, há ainda que referir que elas não são mutuamente exclusivas; em sentido inverso, tanto se acumulam, como é comum que isso suceda²⁵. Não obstante os traços claros de compunção nos discursos dos entrevistados, a maioria, quando confrontada com a eventual existência de sentimentos de culpa como consequência direta do consumo de pornografia, prontamente negou. Poder-se-á especular sobre as razões deste fenómeno. Será fruto de um qualquer debate interno que opõe e sobrepõe a racionalização fria e objetiva dos benefícios à racionalização preocupada dos eventuais malefícios? Será a emoção que deriva das sensações positivas aquando do contacto com a pornografia que se sobrepõe à racionalização dos efeitos nefastos deste contacto?

Clara foi, como referida, a relação entre a existência de uma (ou mais) destas matrizes de culpa e níveis incrementais de ceticismo em relação às mensagens transmitidas pela pornografia. Diferentes perceções traduzem-se em diferentes transposições das representações pornográficas para encontros da vida real. Isto significa que, apesar de todos os entrevistados terem frisado a sua capacidade em distanciar a pornografia da «vida real», a distância que separa o mundo cibernético e fantasiado do mundo real é mediada pela subjetividade. Löfgren-Mårtenson e Månsson (2010) defendem que as opiniões e crenças dos sujeitos sobre pornografia diferem consoante o grau pelo qual se relacionam com as normas sociais sobre sexo, género, relacionamentos e violência sexual. Essa diferença é muitas vezes fruto do dispositivo social que alerta permanentemente sobre os perigos da pornografia, e não de uma aceção das intransponibilidades existentes. Até porque atente-se ao seguinte: quem é que define essas intransponibilidades, se a sexualidade é um *continuum* de ajustamentos e modificações? Se os limites para uma pessoa podem exceder largamente os limites de outra? Se as normas do conforto e da decência de um podem contrastar com a ardente concupiscência de outro? Estaremos, certamente, a trabalhar num domínio repleto de matizes e de contradições; porém, o

²⁵ A interligação entre o respeito pela moral e o medo da rendição ao mundo ilusório da pornografia é especialmente comum.

que pretendo evidenciar é que quanto maiores foram os níveis de culpa reportados, maior foi a avaliação crítica relativamente ao observado na pornografia.

Quererá isto dizer que, por exemplo, os atos de violência sobre as mulheres na pornografia, as representações de submissão feminina ou as práticas danosas para a saúde sexual dos participantes serão subjetivas? Não, de todo. Mas quererá dizer que a existência desses elementos não estará sujeita a um mesmo aparelho de consequências práticas para todos os visualizadores.

Assim, e tomando a temática da violência e submissão feminina como primeiro exemplo, as posições interpretativas sobre este assunto divergem largamente. Correlacionando com os níveis de culpa previamente debatidos, são óbvios dois aspetos: a interligação entre os jovens que se sentem mais culpados por verem pornografia e a clara assunção de que a pornografia é esfera de violência e desrespeito para com a mulher; e a interligação entre os (poucos) indivíduos que não apresentam quaisquer sinais de preocupação por ver pornografia e a assunção de que os conteúdos pornográficos não representam indícios violentos, alarmantes ou perturbadores.

Eu acho que a violência está claramente inserida no mainstream de pornografia. É óbvio. E isso faz com que eu ainda me sinta pior por ver. E também sabemos que a indústria [pornográfica] não é a mais simpática de todas para as atrizes. [...] Palmadas, cuspidelas na cara, agarrões no pescoço, no cabelo... é óbvio que isso está presente na pornografia. Não há como negar. E nós vemos aquilo e se não tivermos muito cuidado passamos a achar que é normal (Bernardo, 20 anos).

Obviamente que há umas categorias que incitam [a] mais [violência] do que outras... e até há umas que é amor mais *soft*... Só que acho que podes dizer que há sempre aquela ideia em que é a mulher que tem de dar prazer ao homem. E óbvio que categorias de sadomasoquismo levam isso ao extremo e levam até a que a mulher sofra para que o homem tire prazer desse sofrimento. [...] E depois as pessoas, de tanto consumirem algo, passam a acreditar nisso e a achar que é normal. Por isso é que se tem de espaçar a visualização de pornografia. Porque é o ver repetidamente que vai fazendo com que as pessoas encarem essas dinâmicas como normais (Santiago, 18 anos).

Violência na pornografia? Não concordo muito com isso. [...] Eu acho que cada pessoa gosta do que gosta, que cada mulher pode ter prazer de maneiras diferentes. E então de certeza que existem mulheres que têm prazer com o que a pornografia mostra. Eu acho é que não se deve julgar as mulheres que gostam de coisas mais violentas e mais diferente. Até porque se há tantas visualizações em vídeos mais brutos, de certeza que não só de homens (Ricardo, 24 anos).

Ainda assim, a posição mais comum é pautada por alguma ambiguidade e incerteza, com hesitações reiteradas na catalogação geral da natureza da pornografia:

para a maioria dos jovens existe uma região identificável de violência, ou, pelo menos, de atitudes moralmente reprováveis para com a mulher, mas creem que esse não é um fenômeno disseminado por toda a cultura pornográfica.

Eu acho que depende muito do que tu procuras. Porque é um mundo muito vasto onde tu consegues encontrar tudo. Tu consegues encontrar mulheres que sejam dominadoras, homens que sejam dominadores, igual para igual... mesmo mulheres dominadoras sob outras mulheres... acho que depende muito do que tu procuras. Tu entras num site e se quiseres não vês nada disso. Portanto, não sinto que a pornografia me faça mais violento (Fernando, 24 anos).

No entanto, independentemente do seu posicionamento em relação às alegadas mensagens desrespeitosas para com a mulher, todos se distanciaram da transposição da agressividade pornográfica para a sua performance sexual (incluindo os que nem se reviam na caracterização violenta da pornografia).

Para mim, a pornografia não fez com que eu visse a mulher como um ser inferior, submisso ou qualquer coisa assim. Porque eu sempre tive uma educação que sempre me mostrou que somos iguais. A mulher não existe para te servir. Mas acho que a pornografia pode fazer com que no resto da sociedade, talvez em pessoas que não tenham tido o acompanhamento familiar que eu tive, se fomentem essas ideias de que a mulher é menos ou que a podemos tratar agressivamente, sim. [...] Acho que isso é um cenário comum, infelizmente. (Ricardo, 24 anos).

Tal como o testemunho de Ricardo indicia, o julgamento de que eles, enquanto sujeitos, se conseguem afastar dessas mensagens perniciosas não significa que considerem que os seus congéneres também o consigam fazer. Corroborando a conclusão de Hald e Malamuth (2008), os indivíduos, ao considerar o impacto da pornografia, tendem a atribuir maior efeito negativo aos outros do que a si mesmos, no apelidado «efeito de terceira pessoa».

Por conseguinte, ter-se-á que especular relativamente ao impacto que este fenómeno tem na avaliação da pornografia: será que a reputação negativa compartilhada coletivamente advém de um fenómeno grupal onde se projetam as convicções e ilações individuais para o resto da sociedade? Ou será que as convicções são condicionadas pela projeção de que os efeitos adversos, mesmo que não se repercutam no sujeito próprio, são determinantes na experiência sexual dos restantes concidadãos?

O «efeito de terceira pessoa» foi transversal ao longo das entrevistas. Consequentemente, para além do fator violência, genericamente o jovem acredita que é capaz de discernir quais são as posições/dinâmicas que deverão transitar da pornografia

para a prática sexual real, embora outras pessoas não o consigam fazer; o jovem acredita que tem uma capacidade superior para fugir à eventual dependência; o jovem, enfim, acredita que consegue interagir saudavelmente com a pornografia, embora a restante população tenda para um consumo desequilibrado e danoso.

Ainda assim, pensemos no seguinte: se existem diferentes réguas para medir a violência presente na pornografia, poder-se-á garantir de forma taxativa que a capacidade de avaliar criticamente o conteúdo pornográfico vincula a inexistência de reproduções agressivas e desrespeitosas para com a mulher na vida real? Poder-se-á, inclusivamente, afirmar que o domínio da homogeneidade se cinge somente à aprendizagem de posições, dinâmicas e práticas sexuais? Isto é: poder-se-á assegurar que o «inconsciente pornográfico» não se repercute na aceitação, reprodução e perpetuação de práticas violentas/agressivas? A resposta a todas estas questões é não. No entanto, as entrevistas permitem afirmar que independentemente da consequência prática da interação com a pornografia (que está sujeita à subjetividade do autor), não se pode afirmar que o visionamento massificado da pornografia é feito acriticamente (como tão comumente se descreve). Não só a generalidade dos entrevistados demonstram preocupação em definir pontos de diferenciação entre o mundo fantasioso e o verdadeiro, como até é possível argumentar que mesmo os escassos jovens que não identificam diferenças significativas entre estes dois mundos acabam por proceder, de alguma maneira, a uma jornada de distanciamento relativamente ao que veem – nem que seja, como foi deduzível, no debate interior sobre o tamanho do seu órgão sexual, o realismo dos corpos ou a duração da relação sexual.

Remate-se, ainda, com mais um domínio da heterogeneidade na interpretação da pornografia: como é que os jovens respondem à perceção das impossibilidades pornográficas – nomeadamente a impraticabilidade de algumas posições ou dinâmicas, o irrealismo de muitos corpos, ou a inverosimilhança do prazer? Centremo-nos nas duas estratégias mais comuns para combater as dúvidas decorrentes do consumo de pornografia.

Os fóruns ou comunidades de discussão *online*, assim como os *sites* assumem um lugar preponderante no contraste e complementação das mensagens difundidas pela pornografia. Cientes da existência de limitações no conteúdo pornográfico,

parece comum tanto a procura proativa de informações suplementares, como a atenção, crédito e importância dada às respostas encontradas (Attwood et al., 2015) – seja sobre as vicissitudes do ato sexual ou sobre questões de proteção e segurança (Borzekowski e Rickert, 2001; Kaiser Family Foundation/Seventeen Magazine, 2004; Bess et al., 2009; Buhi et al., 2009; Ralph et al., 2011). A pornografia é vista como um meio profundamente proveitoso para aprender sobre sexo e o restante dispositivo cibernético – *sites*, fóruns e comunidades *online* – é interpretado como um importante recurso para entender a pornografia.

Eu ia frequentemente a sites pornográficos para esclarecer as minhas dúvidas. Mas via certas coisas e acabava por criar dúvidas diferentes. Ou seja, tirava-me as dúvidas de um lado e acrescentava-me de outro. E então ia a sites normais, de perguntas e respostas, tipo Reddit ou as respostas da Sapo. [...] E aprendia com as respostas porque muitas vezes as perguntas que já lá estavam eram exatamente aquilo que eu queria perguntar. [...] Havia muita gente que falava sobre as coisas que não eram reais da pornografia [...], como as mulheres não serem assim ou assado, a duração do sexo, as mulheres normalmente não gostarem de [sexo] anal... (Duarte, 25 anos).

Lembro-me de uma das primeiras vezes que fiz sexo que aquilo não correu muito bem. Ao início estava tudo tranquilo, eu estava ereto, mas quando ela me estava a tirar as calças... acabei por ficar flácido. E temos sempre a ideia que a pornografia nos passa de ereções fortes e que não vão abaixo nem por nada. [...] Quando cheguei a casa estava destruído por dentro, mas fui ao Google procurar se era normal. [...] Sei que também é comum acontecer a perda de ereção quando se vai para pôr o preservativo porque vi lá nesses sites... eu acho que a maioria de nós, mais cedo ou mais tarde, vai lá parar [risos]. É bom e ajuda imenso. Especialmente quando somos muito inexperientes. (Raúl, 24 anos).

A segunda estratégia prende-se com o lugar da pornografia amadora. A pornografia não-profissional apresenta-se como um recurso cada vez mais regular e rotineiro. Foi comum a associação entre níveis de culpabilização mais elevados e a utilização mais habitual de pornografia amadora. Interpretada como um reduto de “prazer mais real, corpos mais reais, e coisas que realmente podem ser copiadas por todos nós” (Benjamim, 22 anos), ela é utilizada habitualmente como um meio de distanciamento das conceções imorais, pejorativas e irrealistas da pornografia.

Eu vejo sobretudo coisas [vídeos] amadoras. [...] Quando somos novos, vamos à procura daqueles vídeos clássicos. Os FakeTaxis, os Casting Couches, a empregada e o patrão... aquelas coisas típicas de pornografia... Mulheres com aqueles corpos sem falhas nenhuma. [...] Passado uns tempos, com o aumento da idade e da experiência, acabas por perceber o irrealismo daquilo. E deixa de te interessar tanto. Não é que já não te dê prazer, mas vais quase de forma instintiva para aquilo que é mais parecido com o que fazes. E o «amador» é o lado mais verdadeiro da pornografia, claramente. [...] E até sobre aquilo que me perguntavas há bocado, os amadores são muito mais úteis quando queremos aprender,

quando queremos copiar umas posições... [...] o problema é que só percebemos isso passado uns anos [risos] (Martim, 25 anos).

Argumentar que a pornografia amadora espelha corpos reais e retrata as diferentes tipologias morfológicas na sociedade não será objeto de refutação significativa. Contudo, ter-se-ão, futuramente, que estudar as especificidades deste consumo para entender se as conceções das indústrias profissionalizadas são repercutidas na esfera amadora. Será que, apesar da heterogeneidade existente na produção de conteúdo amador, existe homogeneidade no visionamento? Por outras palavras, será que o facto de se verificar maior representatividade corporal nas filmagens não-profissionais se traduz na difusão e visualização dessas dissemelhanças? Ou será que a habituação (através da pornografia profissional) a um corpo feminino estereotipado dilui essa diversidade? Será que a pornografia amadora contribui para uma redefinição do que é aprazível ou simplesmente se efetuam depurações do que se quer ver e, de modo consequente, se mantêm as mesmas bases conceptuais da pornografia convencional? Mais: se a pornografia amadora é interpretada como uma fonte aproximada do domínio da fidedignidade, isso significará necessariamente que o que é visto é passível de reprodução? Será que a pornografia amadora, diretamente subordinada pela pornografia convencional, não repercutirá as mesmas agressões, práticas de submissão feminina ou mecanismos danosos para a saúde sexual? E será que os jovens diminuem a sua capacidade crítica aquando do visionamento de pornografia amadora ou mantêm as mesmas cautelas?

Nenhum dos jovens demonstrou que estas indagações eram objeto da sua análise e preocupação. No entanto, tanto na procura de informações pela «Internet convencional», como na procura de conteúdos pornográficos amadores, constata-se, uma vez mais, uma racionalização da pornografia – muito própria deste confessorário pornográfico onde o confidente está continuamente incumbido de descobrir a verdade por si próprio.

Para além disso, independentemente da utilização de pornografia amadora ou profissional, ou da tipologia de conteúdo procurado (seja na esfera fetichista e fantasiada, no *soft* e no *hardcore*, ou na pornografia lésbica, por exemplo), todos os jovens foram congruentes quanto a um aspeto: tal como Löfgren-Mårtenson e Månsson (2010) argumentam, eles não procuram necessariamente o corpo estereotipado da

atriz pornográfica; em contraciclo, é com os corpos masculinos que se registam as maiores preocupações.

Repara, aquilo [pornografia] é um mundo de irrealidade. [...] Obviamente que não é por veres que só queres mulheres parecidas com aquilo. Se não, como é que era o mundo? Víamos o Tarzan e depois só queríamos uma Jane? [...] Eu sei distinguir bem o que é uma coisa e o que é outra coisa. Até porque, se formos sinceros, muitas vezes a estimulação sexual e o desejo de estar com outra pessoa [...] tem a ver com muito mais do que o físico. Claro que o físico também é importante, mas há muitas maneiras de se ser bonita e a pornografia não fez com que eu só me interessasse por mulheres com mamas e rabos enormes. (Raúl, 24 anos).

Eu nem tenho expectativas de encontrar mulheres com proporções parecidas às da pornografia. [...] Já tive duas namoradas a quem tive de explicar que não tinham razões para ficarem preocupadas por terem uma estria aqui ou um bocado de celulite ali. [...] Acho que elas, no geral, pensam que nós vemos [pornografia] porque é assim que queremos o sexo ou as mulheres. [...] Nós vemos porque queremos ter orgasmos quando nos apetece. Seja uma mulher mais apetrechada ou menos apetrechada [risos]. [...] Mas até é estranho porque eu percebo que as mulheres não têm de ser assim, mas tenho dificuldade em pensar assim em relação a mim. Tenho uma parte da minha cabeça que me tenta convencer que eu é que tenho de ser como os atores, porque se não elas vão ficar desiludidas. [...] Se calhar andamos todos com a mesma preocupação e ninguém tem motivos para isso [risos] (Lourenço, 23 anos).

* * *

O conjunto de entrevistados demonstrou de forma evidente a heterogeneidade de que pode advir de uma premissa-base homogénea – a convicção de que existem diferenças entre a sexualidade real e a sexualidade projetada pela indústria pornográfica. Acima de tudo, demonstrou que o consumo de pornografia não é feito acriticamente. Independentemente dos diferentes níveis de ceticismo e desconfiança e das razões potenciadoras desse distanciamento em relação à pornografia, é notória a tentativa de compreensão e descodificação do sexo pornográfico. Deste modo, mais do que decretar a natureza da pornografia como lesiva e problemática (apesar do seu uso poder ser profundamente nocivo e prejudicial), há que centrar a atenção na existência (ou não) de mecanismos que promovam a reflexão crítica dos indivíduos; mais do que tomar posições sobre o seu carácter positivo ou negativo, há que indagar as razões pelas quais a interpretação subjetiva dos sujeitos pode diferir e causar consequências díspares.

CONCLUSÃO

Iniciada a investigação a partir do desejo de refletir sobre as representações e as práticas subjacentes ao consumo de pornografia, a dissertação implicou uma indagação em torno do conceito de verdade – não da verdade que procura axiomas sobre pornografia ou sobre sexo; mas da verdade que é fenómeno central e volátil na experiência sexual da modernidade.

A dissertação tomou como primeira hipótese o posicionamento da pornografia como confessionário contemporâneo, regulando a sexualidade da população e substituindo o papel das instituições religiosas e médicas dos séculos XVII, XVIII e XIX. O trabalho analítico comprovou largamente esta proposição. Assim sendo, se a sociedade continua a ser administrada por modelos confessionais, poder-se-á afirmar que os séculos passam, mas que tudo continua imutável nas formas de pensar e de experienciar a sexualidade nas sociedades modernas? Que o mundo se altera, mas que o Ocidente se continua a reger por concepções seculares perduráveis? Que na confluência entre passado e presente, o antigo se sobrepõe ao disruptivo? Esta dissertação permite algumas respostas a estas indagações.

De facto, a tentativa de entender o modo como opera a pornografia na construção do dispositivo da sexualidade implicou a perceção de uma sociedade que se mantém obstinada com a verdade escondida do sexo. O modo pelo qual a sociedade se rege permanece idêntico: os sujeitos autoexaminam-se, inquirem-se sobre a sua conduta e os seus pensamentos, os seus desejos e os seus impulsos, e procuram descortinar e salvaguardar-se dos perigos inerentes à atividade sexual; acreditam que vivem encapsulados num dispositivo que castra e reprime a sexualidade; e almejam, por fim, uma vida ética – muitas vezes conflituante com os seus desejos carnisais (que, por consequência, se esforçam por dominar).

Deparamo-nos, por conseguinte, com uma conjuntura idêntica à dos últimos séculos: a sexualidade continua no centro da existência; a busca de verdade vincula a produção de discursos; e estes discursos resultam na formação de poderes específicos.

Todavia, nem tudo se mantém similar. O projeto secular de discursificação do sexo opera sob redes de poder entretanto redefinidas: os centros de poder-saber diversificaram-se e os instrumentos de controlo também. Assim, embora a sociedade se rejeia, de modo geral, pelas mesmas preocupações, os incitamentos à discursificação não são precisamente os mesmos. Nos séculos XVII, XVIII e XIX, segundo Foucault, os indivíduos eram sobretudo governados mediante motivações religiosas (no caso dos confessionários clericais) e/ou de saúde (no caso dos confessionários médicos). Não argumento que atualmente as concepções religiosas e médicas tenham desaparecido. Elas (em especial as médicas) continuam a desempenhar um papel importante no dispositivo da sexualidade. O que defendo é a alteração do modo pelo qual essa importância é exercida.

A diferença parte da confluência entre a explosão dos novos *media* e a tão característica obstinação da época moderna em mecanizar todos os comportamentos e em docilizar todos os corpos. O «mestre da verdade», figura central da dinâmica confessional, sofre um reposicionamento e os padres, pedagogos, psicólogos e médicos, recetores de confissões, e hermeneutas, que estipulavam, para os confessados, diretrizes concretas e objetivas para uma vida íntegra, virtuosa e saudável, acabam por perder gradualmente a sua relevância. Dada a acessibilidade, anonimato e autonomia da Internet, a função de «mestres da verdade» multiplica-se. A contínua acessibilidade ao conhecimento, torna cada sujeito dono de si, dono da sua conduta, dono da sua moral; cada sujeito avalia o seu comportamento, diagnostica-se e prescreve-se tratamentos. A confissão já não implica deslocções físicas a confessionários – como a ida à Igreja ou ao consultório médico. Ela torna-se interna. O confessado e o computador são, agora, a mesma pessoa. O indivíduo que confessa é o indivíduo que ouve, que julga e que fiscaliza.

Deste modo, impõe-se uma questão: através de que preceitos o indivíduo opera este novo processo confessional? Através da fonte de conhecimento sexual mais difundida do século XXI: a pornografia. A pornografia tornou-se numa importante produtora de conhecimento e o dispositivo sexual desenha-se em torno dela. Para além do prazer inerente ao seu consumo (que estimula a constância do contacto com material pornográfico), os jovens confessam-lhe os seus gostos mais escondidos, utilizam-na para se descobrirem, para aferir se os seus desejos estão no domínio do “normal” e para esclarecer dúvidas que os restantes agentes do dispositivo

(família, escola, amigos e *media* convencional) ignoram. A pornografia posiciona-se, portanto, como um domínio de conforto, isento de julgamentos morais ou de olhares que potenciem vergonha ou timidez.

No entanto, interrompa-se a linha de pensamento e recue-se momentaneamente à importância contemporânea das concepções médicas. Admita-se o contra-argumento que defende que, se o dispositivo da sexualidade ainda se regula por uma multiplicidade de preocupações médicas, a proposição que atesta a substituição do profissional médico pelo profissional pornográfico não representa mais do que uma falácia conceptual. Que o profissional pornográfico poderá, no máximo, coexistir com o profissional médico.

Refuto. E eis a razão: o profissional pornográfico coexiste com a medicalização do sexo, é certo (e, mais do que coexistir, articula-se de maneira decisiva). Contudo, existe uma diferença substancial entre estes dois termos. Afirmar que o profissional médico ainda é preponderante no mundo contemporâneo implica defender o uso recorrente a instituições médicas para regular a sexualidade individual. Não é isso que acontece. O que acontece é que as concepções médicas afetam e influenciam largamente a maneira como opera o dispositivo sexual; a maneira como os indivíduos se relacionam com a pornografia, como a incorporam na sua vida e como avaliam o seu impacto. Isso não atesta a relevância contemporânea do profissional médico; atesta a importância histórica de uma sociedade administrada por meio da medicalização do sexo. O consultório médico perde primazia na produção de conhecimento; é mediante a pornografia que os sujeitos regulam a sua sexualidade.

Esta interação com a pornografia traduz-se na construção de um ideário referencial sobre o modo de agir sexualmente – o *inconsciente pornográfico*. Analisar o inconsciente pornográfico implica um caminho duplo: por um lado, a compreensão do modo pelo qual cada sujeito vê pornografia e a incorpora na *praxis*; por outro, a percepção de que cada inconsciente pornográfico (individual) se integra num inconsciente pornográfico coletivo. Este é construído por duas vias: pela cumulação de construções individuais (dada a ampla difusão da pornografia na sociedade); e pelas interações (sobretudo as sexuais) estabelecidas entre consumidores e não-consumidores. Deste modo, é possível compreender que o inconsciente pornográfico

não é um *corpus* rígido de conhecimento, antes se altera na *praxis* sexual e a cada confronto entre representações e práticas divergentes.

Entendeu-se, então, como fulcral estudar quais as representações da pornografia e como é que os jovens as materializavam em realidade. Neste âmbito, tomou-se como hipótese o carácter fundamental da subjetividade na interpretação e incorporação das mensagens das mensagens pornográficas na *praxis* sexual. Novamente, a proposição foi comprovada.

Apesar de se confirmar que o impacto da pornografia nos seus consumidores é complexo e heterogéneo, é possível identificar domínios de homogeneidade e estabelecer uma base comum para o estudo do inconsciente pornográfico: todos os entrevistados advogam a sua capacidade em distinguir a pornografia do “sexo da vida real”; todos apontam a importância da pornografia como fonte de conhecimento, influenciando as suas práticas; todos centram a transposição das dinâmicas pornográficas para a vida real mediante a sua perceção de prazer feminino.

A discussão não incide, então, sobre quem tem a capacidade de avaliar e distinguir corretamente o que é exclusivamente do reino da pornografia e o que deve ser implementado na vida real. A discussão passa pela aceção de que a pornografia é submetida a um processo de avaliação do consumidor; que o consumo não é realizado acriticamente; e que existirá algum fator que explique a existência de condutas tão diversificadas como reflexo da visualização de pornografia.

A dissertação demonstrou que este fator é a subjetividade – é mediante a subjetividade que cada sujeito define o que deve ser imitado e o que deve permanecer na sua esfera fantasiosa e privada. Esta subjetividade é condicionada pela formação do indivíduo e pela sua capacidade em captar e avaliar os sinais que o mundo envolvente lhe dá – sejam novas fontes de conhecimento, novos tipos de informação ou o *feedback* da(o) companheira(o) sexual.

A heterogeneidade na subjetividade dos indivíduos permite retirar algumas ilações. Identificaram-se diversos fatores operantes na mediação entre o observado e o vivido. O mais comum foi a culpa, de origens diversificadas (o respeito pela moral, o respeito pela religião, o medo do vício e o medo de rendição ao mundo ilusório da pornografia), mas com uma consequência constante: a tentativa de um distanciamento frio e objetivo na interpretação de conteúdo pornográfico. O tamanho do

pênis, a duração da relação sexual e a disparidade entre atrizes pornográficas e as mulheres com quem convivem também potenciaram essa tentativa de distanciamento.

Em suma, o que se verifica é a tentativa dos sujeitos encontrarem a verdade a partir da pornografia. Numa sociedade mais individualizada, a discursificação do sexo é feita de forma cada vez mais privada. A autonomia na administração do conhecimento traduz-se na indefinição coletiva do reduto da verdade e na ascensão da subjetividade como recurso preponderante na transposição do conhecimento abstrato para o conhecimento prático.

Poder-se-á argumentar que um papel tão determinante da subjetividade invalida uma estrutura concertada de poder. Refuto, uma vez mais. Não só não invalida, como é o elemento que garante que ele se prolonga no tempo. Como o sujeito está ciente da imposição interpretativa do confessionário pornográfico, o «verdadeiro» nunca adquire um estatuto de intocável e irrefutável. Assim, a pornografia é continuamente utilizada tanto para (continuar a) adquirir conhecimento, como para garantir a correção e normalização da conduta sexual. A incerteza proveniente da subjetividade vincula a pertinência contínua do confessionário pornográfico.

Finalmente, poderão ainda existir outras duas críticas às minhas teses que devem ser esclarecidas. A primeira consubstancia-se na defesa de que o consumo de pornografia numa idade demasiado prematura destorce irremediavelmente as visões da sexualidade e que o pressuposto de que o indivíduo, com o passar da idade, com o aumento da maturidade e com a experiência sexual, consegue destrinçar a realidade do fantasioso é invalidado. Sem negar que isso aconteça, em nada contradiz o modelo do confessionário pornográfico. Ele opera da mesma forma. Em primeiro lugar, como fonte de conhecimento. Em segundo, imputando a responsabilidade interpretativa ao utilizador. Em nenhum momento o modelo do confessionário pornográfico atesta qualquer consequência prática que não seja a influência da pornografia na *praxis* dos indivíduos.

A segunda alega que o meu argumento é demasiado *naïve*, que normaliza o visionamento de pornografia, que ignora as práticas lesivas (a nível emocional e de saúde) que lhe advêm e que perpetua pressupostos de um estereótipo de masculinidade. Novamente, o confessionário pornográfico não vincula qualquer capacidade

avaliativa do confessado; o inconsciente pornográfico não é necessariamente (embora o possa ser) sinónimo de cuidado e de avaliações respeitosa e cuidadas para com o/a parceiro/a sexual. O confessional é um instrumento do poder que regula o comportamento individual consoante as suas noções subjetivas; o inconsciente pornográfico é o reflexo dessas concepções morais quando aplicadas à interpretação do que é consumido na pornografia.

* * *

A confissão foi, durante muitas décadas, o último reduto de libertação. Continua a sê-lo. As diferenças residem na sua especificidade. Ela metamorfoseou-se e individualizou-se de um modo sem precedentes. Deparamo-nos com uma sociedade que consome cada vez mais pornografia, silenciosa e individualmente, que se une para advertir ruidosamente quanto aos seus perigos, mas que tem muita dificuldade em assumir qualquer responsabilidade na perpetuação das dinâmicas prejudiciais da pornografia.

No último ano contactei reiteradamente com jovens preocupados em descortinar os segredos do sexo: preocupados em saber o que se faz, como se faz, onde se faz e por quanto tempo se deve fazer; preocupados em compreender o que é que constitui uma performance sexual aceitável; preocupados em eliminar qualquer resquício de dúvida sobre a *praxis* sexual.

Urge que o debate se centre na acessibilidade de outras formas de educação que promovam competências para a construção de uma aprendizagem sexual ética e segura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abidin, C. (2017). Sex Bait: Sex Talk on Commercial Blogs as Informal Sexuality Education. In Allen, L., & Rasmussen, M. L. (Ed.), *The Palgrave Handbook of Sexuality Education*, 493–508. London: Palgrave Macmillan
- Afifi, T., Joseph, A., & Aldeis, D. (2008). Why can't we just talk about it? An observational study of parents' and adolescents' conversations about sex. *Journal of Adolescent Research*, 23, 689–721. <https://doi.org/10.1177/0743558408323841>
- Albury, K. (2014). Porn and sex education, porn as sex education. *Porn Studies*, 1:1-2, 172-181. <https://doi.org/10.1080/23268743.2013.863654>
- Alexy, E. M., Burgess, A. W., & Prentky, R. A. (2009). Pornography use as a risk marker for an aggressive pattern of behavior among sexually reactive children and adolescents. *Journal of the American Psychiatric Nurses Association*. 42, 442–453. <https://doi.org/10.1177/1078390308327137>
- Allen, L. (2006). “Looking at the Real Thing”: Young Men, Pornography, and Sexuality Education. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education* 27 (1): 69–83. <https://doi.org/10.1080/01596300500510302>
- APA. (2017, Agosto 3). *Age of first exposure to pornography shapes men's attitudes toward women* [Press release]. <https://www.apa.org/news/press/releases/2017/08/pornography-exposure>
- Aquino, T. (2001). *Summa Theologiae* (2ª ed). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- Attwood, F. (2005). What do people do with porn? Qualitative research into the consumption, use, and experience of pornography and other sexually explicit media. *Sexuality & Culture: An Interdisciplinary Quarterly*, 9(2), 65–86. <https://doi.org/10.1007/s12119-005-1008-7>
- Attwood, F., Barker, M. J., Boynton, P., & Hancock, J. (2015). Sense about sex: Media, sex advice, education and learning. *Sex Education*, 15, 528–539. <https://doi.org/10.1080/14681811.2015.1057635>

- Attwood, F, Smith, C, Barker, M (2018) 'I'm just curious and still exploring myself': Young people and pornography. *New Media & Society* 20(10): 1–22. <https://doi.org/10.1177/1461444818759271>
- Ayad, B. M., van der Horst, G., & Du Plessis, S. S. (2018). Revisiting the relationship between the ejaculatory abstinence period and semen characteristics. *International Journal of Fertility & Sterility*, 11(4), 238–246. <https://doi.org/10.22074/ijfs.2018.5192>.
- Bale, C. (2011). Raunch or Romance? Framing and Interpreting the Relationship Between Sexualized Culture and Young People's Sexual Health. *Sex Education*, 11 (3): 303–313. <https://doi.org/10.1080/14681811.2011.590088>
- Barak, A., & Fisher, W. A. (2001). Toward an Internet-driven, theoretically-based innovative approach to sex education. *Journal of Sex Research*, 38(4), 324–332. <https://doi.org/10.1080/00224490109552103>
- Barker, M-J., Gill, R., & Harvey, L. (2018). *Mediated Intimacy: Sex Advice in Media Culture*. London: Polity.
- Bendix, R. (1967). Tradition and Modernity Reconsidered. *Comparative Studies in Society & History*, 9, 292-346.
- Bergner, R. M., & Bridges, A. J. (2002). The significance of heavy pornography involvement for romantic partners: Research and clinical implications. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 28, 193–206
- Bess, K., Doe, K., Green, T., & Terry, T. (2009). Youth Sexual Health Project: A framework for change. Retirado de <https://sites.google.com/site/ossehydt/the-youth-sexual-health-improvement-project-yship>
- Bleakley, A., Hennessy, M., Fishbein, M., Coles, H. C., & Jordan, A. (2009). How sources of sexual information relate to adolescents' beliefs about sex. *American Journal of Health Behavior*, 33, 37–48. <https://doi.org/10.5993/AJHB.33.1.4>
- Bleakley, A., Hennessy, M., & Fishbein, M. (2011). A model of adolescents' seeking of sexual content in their media choices. *Journal of Sex Research*, 48, 309–315. <https://doi.org/10.1080/00224499.2010.497985>

- Bolshinsky, V., & Gelkopf, M. (2019). Reasons and risk factors of problematic engagement in online sexual activities. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 26, 262–292. <https://doi.org/10.1080/10720162.2019.1645062>
- Bond, B. J., Hefner, V., & Drogos, K. L. (2009). Information-seeking practices during the sexual development of lesbian, gay, and bisexual individuals: The influence and effects of coming out in a mediated environment. *Sexuality & Culture*, 13, 32–50. <https://doi.org/10.1007/s12119-008-9041-y>
- Borzekowski, D. L., & Rickert, V. I. (2001). Adolescent cybersurfing for health information: A new resource that crosses barriers. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, 155, 813–817. <https://doi.org/10.1001/archpedi.155.7.813>
- Borzekowski, D. L. G., & Vaughn, I. R. (2001). Adolescent cybersurfing for health information: A new resource that crosses barriers. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 155, 813–817. <https://doi.org/10.1001/archpedi.155.7.813>
- Bragg, S., & Buckingham, D. (2002). *Young people and sexual content on television: A review of the research*. London: Broadcasting Standards Commission, October 2002.
- Braun-Courville, D., & Rojas, M. (2009). Exposure to sexually explicit web sites and adolescent sexual attitudes and behaviors. *Journal of Adolescent Health*, 45(2), 156–162. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2008.12.004>
- Bridges, A. J., Wosnitzer, R., Scharrer, E., Sun, C., & Liberman, R. (2010). Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis update. *Violence Against Women*, 16, 1065–1085. <https://doi.org/10.1177/1077801210382866>
- Bridges, A. J., & Morokof, P. J. (2011). Sexual media use and relational satisfaction in heterosexual couples. *Personal Relationships*, 18, 562–585.
- Brand, M., Snagowski, J., Laier, C., & Maderwald, S. (2016). Ventral striatum activity when watching preferred pornographic pictures is correlated with symptoms of Internet pornography addiction. *NeuroImage*, 129, 224–232. <https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2016.01.033>

- Brown, J. D., Keller, S., & Stern, S. (2009). Sex, sexuality, sexting, and sexed: Adolescents and the media. *The Prevention Researcher*, 16(4), 12–16.
- Brown, J. D., & L'Engle, K. L. (2009). X-rated: Sexual attitudes and behaviors associated with U.S. early adolescents' exposure to sexually explicit media. *Communication Research*, 36, 129–151. <https://doi.org/10.1177/0093650208326465>
- Brownmiller, S. (1975). *Against Our Will*. Bantam Books, Inc. New York, N.Y
- Buckingham, D., & Bragg, S. (2003). *Young people, media, and personal relationships*. London: ASA/BBFC/BBC/BSC/ITC.
- Buhi, E. R., Daley, E. M., Fuhrmann, H. J., & Smith, S. A. (2009). An observational study of how young people search for online sexual health information. *Journal of American College Health*, 58(2), 101–111. <https://doi.org/10.1080/07448480903221236>
- Carmody, M. (2009). *Sex and Ethics: Young People and Ethical Sex*. Melbourne: Palgrave Macmillan.
- Carnes, P., Schneider J.P. (2000). Recognition and management of addictive sexual disorders: guide for the primary care clinician. *Lippincott's Prim Care Pract*. 4(3):302–18.
- Carrilho, M.M. (1989). *Itinerários da Racionalidade*. Lisboa, D. Quixote.
- Cavaglioni, G. (2009). Cyber-porn dependence: Voices of distress in an Italian internet self-help community. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 7(2), 295–310. <https://doi.org/10.1007/s11469-008-9175-z>
- Cialdini, R. B. (2001). *Influence*. Boston, MA: Allyn and Bacon
- Charnetski, C. J., & Brennan, F. X. (2004). Sexual Frequency and Salivary Immunoglobulin A (IgA). *Psychological Reports*, 94(3), 839–844. <https://doi.org/10.2466/pr0.94.3.839-844>
- Coleman, E. (2003). Masturbation as a means of achieving sexual health. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 14(2–3), 5–16. https://doi.org/10.1300/J056v14n02_02
- Cooper, A., & Sportolari, L. (1997). Romance in cyberspace: Understanding online attraction. *Journal of Sex Education & Therapy*, 22(1), 7–14.

- Cooper, A. (1998). Sexuality and the Internet: Surfing its way into the new millennium. *CyberPsychology and Behavior*, 1(2), 24–2. <https://doi.org/10.1089/cpb.1998.1.187>
- Cooper, A., Scherer, C. R., Boies, S. C., & Gordon, B. L. (1999). Sexuality on the Internet: From sexual exploration to pathological expression. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30(2), 154–164.
- Cooper, A., Delmonico, D. L., & Burg, R. (2000). Cybersex users, abusers, and compulsives: New findings and implications. In A. Cooper (Ed.), *Cybersex: The dark side of the force. Sexual addiction & compulsivity* (pp. 5–29). Philadelphia, PA: Brunner-Routledge
- Cooper, A., Delmonico, D. L., Griffin-Shelley, E., & Mathy, R. M. (2004). Online sexual activity: An examination of potentially problematic behaviors. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 11, 129–143. <https://doi.org/10.1080/10720160490882642>
- Coopersmith, J. (2006). Does your mother know what you really do? The changing image and nature of computer-based pornography. *History and Technology*, 22(1), 1–25. <https://doi.org/10.1080/07341510500508610>
- Cotten, S. R., & Gupta, S. S. (2004). Characteristics of online and offline health information seekers and factors that discriminate between them. *Social Science & Medicine*, 59, 1795–1806. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2004.02.020>
- Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. (2ª ed.). Edições Almedina.
- Crabbe, M., & Corlett, D. (2010). Eroticising Inequality: Technology, Pornography and Young People. *Domestic Violence Resource Centre Victoria Quarterly*, 3 (Spring): 1–6.
- D'Amato, A. (2006). Porn Up, Rape Down. *Northwestern Public Law Research Paper No. 913013*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.913013>
- Daneback, K., Månsson, S. A., & Ross, M. W. (2012). Technological advancements and Internet sexuality: Does private access to the Internet influence online sexual behavior? *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 15(8), 386–390. <https://doi.org/10.1089/cyber.2011.0188>

- Davidson, J. K., Darling, C. A., & Norton, L. (1995). Religiosity and the sexuality of women: Sexual behavior and sexual satisfaction revisited. *Journal of Sex Research*, 32(3), 235–243. <https://doi.org/10.1080/00224499509551794>.
- Davis, V. (2012). Interconnected but underprotected? Parents' methods and motivations for information seeking on digital safety issues. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 15(12), 669–674. <https://doi.org/10.1089/cyber.2012.0179>
- Dilorio, C., Kelley, M., & Hockenberry-Eaton, M. (1999). Communication about sexual issues: mothers, fathers, and friends. *The Journal of adolescent health: official publication of the Society for Adolescent Medicine*, 24(3), 181–189. [https://doi.org/10.1016/s1054-139x\(98\)00115-3](https://doi.org/10.1016/s1054-139x(98)00115-3)
- Ditzen, B., Germann, J., Meuwly, N., Bradbury, T. N., Bodenmann, G., & Heinrichs, M. (2019). Intimacy as Related to Cortisol Reactivity and Recovery in Couples Undergoing Psychosocial Stress, *Psychosomatic Medicine*: 81(1): 16-25 <https://doi.org/10.1097/PSY.0000000000000633>
- Dombrowski, S. C., Gischlar, K. L., & Durst, T. (2007). Safeguarding young people from cyber pornography and cyber sexual predation: A major dilemma of the Internet. *Child Abuse Review*, 16(3), 153–170. <https://doi.org/10.1002/car.939>
- Donnerstein, E. (1980). Pornography and violence against women: experimental studies. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 347(1 Forensic Psyc), 277–288. <https://doi.org/10.1111/J.1749-6632.1980.TB21278.X>
- Donnerstein, E., & Linz, D. (1986). The question of pornography. *Psychology Today*, 20(12), 56-59.
- Driemeyer, W. (2013). Masturbation und sexuelle Gesundheit—Ein Forschungsüberblick. *Zeitschrift für Sexualforschung*, 26(04), 372–383. <https://doi.org/10.1055/s-0033-1356159>
- Duncan, D. F., & Nicholson, T. (1991). Pornography as a source of sex information for students at a southeastern state university. *Psychological Reports*, 68, 802. <https://doi.org/10.2466/pr0.1991.68.3.802>

- Dworkin, A. (2000a). Against the Male Flood: Censorship, Pornography, and Equality. In: D. Cornell, ed. *Feminism and Pornography*. Oxford: Oxford University Press, 9-38.
- Dworkin, A. (2000b). Pornography and Grief. In: D. Cornell, ed. *Feminism and Pornography*. Oxford: Oxford University Press, 39-44.
- Earle, W. J. (1989). Foucault's "the use of pleasure" as philosophy. *Metaphilosophy*, 20(2), 169–177. <http://www.jstor.org/stable/24437039>
- Eco, U. (1991). *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática.
- Eisenberg, M. E., Sieving, R. E., Bearinger, L. H., Swain, C., & Resnick, M. D. (2006). Parents' communication with adolescents about sexual behavior: A missed opportunity for prevention? *Journal of Youth and Adolescence*, 35, 893–902. <https://doi.org/10.1007/s10964-0069093>
- Elias, N. (2008). *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- Epstein, M., & Ward, L. M. (2007). "Always use protection": Communication boys receive about sex from parents, peers, and the media. *Journal of Youth and Adolescence*, 37, 113–126. <https://doi.org/10.1007/s10964-007-9187-1>
- Everywoman. (1988). *Pornography and sexual violence: Evidence of the links*. London: Everywoman
- Eysenck, H. (1976). *Sexo, pornografia e personalidade: conseqüências sociais da psicologia moderna*. São Paulo: Ibrasa.
- Farias, D.C. (2015). A ética dos antigos e o questionamento de nossa atualidade: o problema da moral em Michel Foucault. *Problemata: R. Intern. Fil.* v.6(3): 146-170 ISSN 2236-8612
- Fernandez, D. P., Kuss, D. J., & Griffiths, M. D. (2021). The pornography "rebooting" experience: a qualitative analysis of abstinence journals on an online pornography abstinence forum. *Arch. Sex. Behav.* 50, 711–728. <https://doi.org/10.1007/s10508-020-01858-w>
- Fitzpatrick, M. (2007). Brazilian Bikini Wax and the Designer Vagina. *The British Journal of General Practice*, 57 (545): 1005. <https://doi.org/10.3399/096016407782604749>

- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (Joice Elias Costa, Trad.; 3ª ed.). Artmed.
- Flood, M. (2007). *Exposure to pornography among youth in Australia*. *Journal of Sociology*, 43, 45–60. <https://doi.org/10.1177/1440783307073934>
- Flood, M. (2009). The Harms of Pornography Exposure among Children and Young People. *Child Abuse Review* 18(6): 384–400. <https://doi.org/10.1002/car.1092>
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1982). *The Subject and Power*. *Critical Inquiry*, 8(4), 777–795. <http://www.jstor.org/stable/1343197>
- Foucault, M. (1994a). *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Foucault, M. (1994b). *História da Sexualidade II. O Uso dos Prazeres*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Foucault, M. (1994c). *História da Sexualidade III. O Cuidado de Si*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Foucault, M. (1995). *Discipline and punish: The birth of the prison*. New York: Vintage Books.
- Franc, E., Khazaal, Y., Jasiowka, K., Lepers, T., Bianchi-Demicheli, F., & Rothen, S. (2018). Factor structure of the Cybersex Reasons Questionnaire. *Journal of Behavioral Addictions*, 7, 601–609. <https://doi.org/10.1556/2006.7.2018.67>
- Furtado, R., & Camilo, J. (2017). O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, 16(3), 34–44. <https://doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>
- Gatt, P. (2021). Foucault e a pastoral da confissão: o ato de se confessar no governo cristão das almas e a punição para cada pecado segundo o Decretum (1000-1025), por Burcardo de Worms. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, 18(31), 1–16. <https://doi.org/10.18817/ot.v18i31.785>
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O Inquérito. Teoria e Prática*. (C. L. Pires, Trad. 1ª ed.). Celta Editora

- Godoy, A.S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas. Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S. Paulo*, 35(2), 57-63. <http://hdl.handle.net/11449/20594>
- Goldstein, A. (2020). Beyond Porn Literacy: Drawing on Young People's Pornography Narratives to Expand Sex Education Pedagogies. *Sex Education*, 20(1): 59–74.
- Guilamo-Ramos, V., Jaccard, J., Dittus, P., & Bouris, A. M. (2006). Parental expertise, trustworthiness, and accessibility: Parent–adolescent communication and risk behavior. *Journal of Marriage and Family*, 68, 1229–1246. <http://www.jstor.org/stable/4122856>
- Guilamo-Ramos, V., Jaccard, J., Dittus, P., & Collins, S. (2008). Parent–adolescent communication about sexual intercourse: An analysis of maternal reluctance to communicate. *Health Psychology*, 27, 760–769. <https://doi.org/10.1037/a0013833>
- Gunter, B. (2002). *Media sex: What are the issues?* New Jersey & London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Häggström-Nordin, E., Sandberg, J., Hanson, U., & Tydén, T. (2006). “It’s everywhere!” Young Swedish people’s thoughts and reflections about pornography. *Scandinavian Journal of Caring Science*, 20, 386–393. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6712.2006.00417.x>
- Häggström-Nordin, E., Tydén, T., Hanson, U., & Larsson, M. (2009). Experiences of and attitudes towards pornography among a group of Swedish high school students. *The European Journal of Contraception and Reproductive Health Care*, 14, 277–284. <https://doi.org/10.1080/13625180903028171>
- Hald, G. M., & Malamuth, N. M. (2008). Self-perceived effects of pornography consumption. *Archives of Sexual Behavior*, 37, 614–625. <https://doi.org/10.1007/s10508-007-9212-1>
- Hald, G. M., Kuyper, L., Adam, P. C., & de Wit, J. B. (2013). Does Viewing Explain Doing? Assessing the Association Between Sexually Explicit Materials Use and Sexual Behaviors in a Large Sample of Dutch Adolescents and Young Adults. *Journal of Sexual Medicine*, 10 (12): 2986–2995. <https://doi.org/10.1111/jsm.12157>

- Hancock, J., & Barker, M-J. (2018). The use of porn in sex and relationships education. *Porn Studies*, 5:1, 97-103. <https://doi.org/10.1080/23268743.2018.1434981>
- Hardy, S. (2004) Reading pornography. *Sex Education*, 4:1, 3-18. <https://doi.org/10.1080/1468181042000176506>
- Hare, K., Gahagan, J., Jackson, L., & Steenbeek, A. (2014). Perspectives on “Pornography”: Exploring sexually explicit Internet movies’ influences on Canadian young adults’ holistic sexual health. *The Canadian journal of human sexuality*, 23, 148. <https://doi.org/10.3138/cjhs.2732>.
- Hare, K. A., Gahagan, J., Jackson, L., & Steenbeek, A. (2015). Revisualising ‘porn’: How young adults’ consumption of sexually explicit Internet movies can inform approaches to Canadian sexual health promotion. *Culture, Health, & Sexuality*, 17, 269–283. <https://doi.org/10.1080/13691058.2014.919409>
- Harper, C., & Hodgins, D. C. (2016). Examining correlates of problematic Internet pornography use among university students. *Journal of Behavioral Addictions*, 5, 179–191. <https://doi.org/10.1556/2006.5.2016.022>
- Hart, G., & Wellings, K. (2002). Sexual behaviour and its medicalisation: in sickness and in health. *BMJ (Clinical research ed.)*, 324(7342), 896–900. <https://doi.org/10.1136/bmj.324.7342.896>
- Hartmann, M. (2020). The totalizing meritocracy of heterosex: subjectivity in NoFap. *Sexualities* 24, 409–430. <https://doi.org/10.1177/1363460720932387>
- Hoehe, M. R., & Thibaut, F. (2020). Going digital: how technology use may influence human brains and behavior. *Dialogues in clinical neuroscience*, 22(2), 93–97. <https://doi.org/10.31887/DCNS.2020.22.2/mhoehe>
- Hoff, T., Greene, L., & Davis, J. (2003). *National Survey of Adolescents and Young Adults: Sexual Health Knowledge, Attitudes and Experiences*. Menlo Park, CA: Kaiser Family Foundation.
- Holland, J., Ramazanoglu, C., Sharpe, S., & Thomson, R. (1998). *The male in the head: Young people, heterosexuality, and power*. London: The Tufnell Press.

- Hunter, J. A., Figueredo, A. J., & Malamuth, N. M. (2010). *Developmental pathways into social and sexual deviance*. *Journal of Family Violence*, 25, 141–148. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9277-9>
- Ingham, R. (2005). “We Didn’t Cover That at School”: Education Against Pleasure or Education For Pleasure? *Sex Education* 5 (4): 375–388. <https://doi.org/10.1080/14681810500278451>
- Jaccard, J., Dittus, P. J., & Gordon, V. V. (2000). Parent–teen communication about premarital sex: Factors associated with the extent of communication. *Journal of Adolescent Research*, 15, 187–208. <https://doi.org/10.1177/0743558400152001>
- Jaccard, J., Dodge, T., & Dittus, P. (2002). Parent–adolescent communication about sex and birth control: A conceptual framework. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 97, 9–41. <https://doi.org/10.1002/cd.48>
- Jacobellis v. Ohio, 378 US184 (1964).
- Kaiser Family Foundation/*Seventeen Magazine*. (2004). *Sex smarts: Birth control and protection*. Menlo Park, CA: The Henry J. Kaiser Family Foundation. Retirado de <http://kff.org/womens-health-policy/poll-finding/sexsmarts-survey-teens-and-sexual-health-communication/>
- Kanuga, M., & Rosenfeld, W. D. (2004). Adolescent sexuality and the internet: The good, the bad, and the URL. *Journal of Pediatric and Adolescent Gynecology*, 17, 117–124. <https://doi.org/10.1016/j.jpag.2004.01.015>
- Kaplan, M. S., & Krueger, R. B. (2010). Diagnosis, assessment, and treatment of hypersexuality. *Journal of Sex Research*, 47(2), 181–198. <https://doi.org/10.1080/00224491003592863>.
- Kapsalis, T. (1996). *Public Privates: Performing Gynaecology from Both Ends of the Speculum*. Durham, NC: Duke University Press.
- Kendall, N. (2012). *The sex education debates*. Chicago, IL: University of Chicago Press
- Kraus, S. W., Krueger, R. B., Briken, P., First, M. B., Stein, D. J., Kaplan, M. S., ... Reed, G. M. (2018). Compulsive sexual behaviour disorder in the ICD-11. *World Psychiatry*, 17(1), 109–110. <https://doi.org/10.1002/wps.20499>.

- Kritzman, L.D. (1985). Foucault and the Ethics of Sexuality. *L'Esprit Créateur*, 25(2), 86–96. <http://www.jstor.org/stable/26284365>
- Kubicek, K., Beyer, W.J., Weiss, G., Iverson, E., & Kipke, M.D. (2010). In the Dark: Young Men's Stories of Sexual Initiation in the Absence of Relevant Sexual Health Information. *Health Education & Behavior*, 37 (2): 243–263. <https://doi.org/10.1177/1090198109339993>
- Kurylo, B. (2017). Pornography and power in Michel Foucault's thought. *Journal of Political Power*, 10:1, 71-84. <https://doi.org/10.1080/2158379X.2017.1284157>
- Lee, B., & Tamborini, R. (2005). Third-person effect and Internet pornography: The influence of collectivism and Internet self-efficacy. *Journal of Communication*, 55(2), 292–310.
- Lefkowitz, E. S. (2002). Beyond the yes-no question: Measuring parent–adolescent communication about sex. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 97, 43–56. <https://doi.org/10.1002/cd.49>
- Leiblum, S. R., & Doring, N. (2002). Internet sexuality: Known risks and fresh chances for women. In A. Cooper (Ed.), *Sex and the Internet: A guidebook for clinicians* (pp. 19–45). New York, NY: Brunner-Routledge.
- Leitzmann, M.F., Platz, E.A., Stampfer, M.J., Willett, W.C., & Giovannucci, E. (2004). Ejaculation Frequency and Subsequent Risk of Prostate Cancer. *JAMA*, 291(13): 1578–1586. <https://doi.org/10.1001/jama.291.13.1578>
- Levine, S. B. (2011). Facilitating parent–child adolescent communication about sexuality. *Pediatrics in Review*, 32, 129–130. <https://doi.org/10.1057/pt.2010.28>
- Lo, V. H., & Wei, R. (2005). Exposure to Internet pornography and Taiwanese adolescents' sexual attitudes and behavior. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, 49, 221–237. https://doi.org/10.1207/s15506878jobem4902_5
- Löfgren-Mårtenson, L., & Månsson, S. (2010). Lust, love, and life: A qualitative study of Swedish adolescents' perceptions and experiences with pornography. *Journal of Sex Research*, 47(6), 568–579. <https://doi.org/10.1080/00224490903151374>

- LoPiccolo, J., & Lobitz, W. C. (1972). The role of masturbation in the treatment of orgasmic dysfunction. *Arch. Sex. Behav.* 2, 163–171. <https://doi.org/10.1007/BF01541865>
- Love, T., Laier, C., Brand, M., Hatch, L., & Hajela, R. (2015). Neuroscience of Internet Pornography Addiction: A Review and Update. *Behavioral sciences (Basel, Switzerland)*, 5(3), 388–433. <https://doi.org/10.3390/bs5030388>
- Luscombe B. (2016). Porn and the threat to virility. The first generation of men who grew up with unlimited online porn sound the alarm. *Time*, 187(13), 40–47.
- MacKinnon, C. (1989). *Toward a Feminist Theory of the State*. Cambridge: Harvard University Press.
- Makleff, S., Garduño, J., Zavala, R., Barindelli, F., Valades, J., Billowitz, M., ... Marston, C. (2020). Preventing Intimate Partner Violence Among Young People—a Qualitative Study Examining the Role of Comprehensive Sexuality Education. *Sexuality Research and Social Policy*, 17. <https://doi.org/10.1007/s13178-019-00389-x>.
- Malacane, M. & Beckmeyer, J. J. (2016). A Review of Parent-Based Barriers to Parent–Adolescent Communication about Sex and Sexuality: Implications for Sex and Family Educators. *American Journal of Sexuality Education*, 11:1, 27-40, <https://doi.org/10.1080/15546128.2016.1146187>
- Manning, J. C. (2006). The impact of internet pornography on marriage and the family: A review of the research. *Sexual Addiction and Compulsivity*, 13(2–3), 131–165.
- Martellozzo, E., Monaghan, A., Davidson, J., & Adler, J. (2020). Researching the Affects That Online Pornography Has on U.K. Adolescents Aged 11 to 16. *SAGE Open*. <https://doi.org/10.1177/2158244019899462>
- Mascherek, A., Reidick, M. C., Gallinat, J., & Simone, K. (2021). Is ejaculation frequency in men related to general and mental health? Looking back and looking forward. *Frontiers in Psychology*, 12, 693121. ISSN 1664-1078. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.693121>

- Mattebo, M., Larsson, M., Tydén, T., & Häggström-Nordin, E. (2013). Professionals' perceptions of the effect of pornography on Swedish adolescents. *Public Health Nursing, 31*(3), 196–205. <https://doi.org/10.1111/phn.12058>
- Mazioli, A.B. (2019). *Corpo, sexo e poder no Livro das Confissões de Martin Pérez*. Vitória: Editora Milfontes.
- Mazur, M. A., & Ebesu Hubbard, A. S. (2004). "Is there something I should know?": Topic avoidant responses in parent–adolescent communication. *Communication Reports, 17*, 27– 37. <https://doi.org/10.1080/08934210409389371>
- McKee, A. (2007). "Saying you've been at dad's porn book is part of growing up": youth, pornography and education. *Metro Magazine 155*: 118–122.
- McKee, A. (2010). Does Pornography Harm Young People? *Australian Journal of Communication, 37* (1): 17–36.
- McKee, A. (2012). The importance of entertainment for sexuality education. *Sex Education, 12*, 499–509. <https://doi.org/10.1080/14681811.2011.627727>
- McKenna, K. Y. A., Green, A. S., & Smith, P. K. (2001). Demarginalizing the sexual self. *Journal of Sex Research, 38*(4), 302–311. <https://doi.org/10.1080/00224490109552101>
- McManus M. (1986). *Final report of the Attorney General's Commission on Pornography*. Nashville, TN: Rutledge Hill Press.
- McNair, B. (2002). *Striptease Culture: Sex, Media and the Democratisation of Desire* (1.^a ed.). London & New York: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203469378>
- Mitchell, K. J., Becker-Blease, K., & Finkelhor, D. (2005). Inventory of problematic Internet experiences encountered in clinical practice. *Professional Psychology: Research & Practice, 36*(5), 498–509. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.36.5.498>
- Mitchell, K. J., & Wells, M. (2007). Problematic Internet experiences: Primary or secondary presenting problems in persons seeking mental health care? *Social Science & Medicine, 65*, 1136–1141. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2007.05.015>
- Moran, J.P. (2000). *Teaching sex: The shaping of adolescence in the 20th century*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Morgan, R. (1978). *Going Too Far*. Vintage Press, Inc. New York. N.Y. 23.

- Morrison, T. G., Bearden, A., Harriman, R., Morrison, M. A., & Ellis, S. R. (2004). Correlates of exposure to sexually explicit material among Canadian post-secondary students. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 13(3–4), 143–156.
- Mosher, D. L. (1979). The meaning and measurement of guilt. In C. E. Izard (Ed.), *Emotions in personality and psychopathology* (pp. 103–129). Boston: Springer
- Mulac, A., Jansma, L. L., & Linz, D. G. (2002). Men's behavior toward women after viewing sexually-explicit films: Degradation makes a difference. *Communication Monographs*, 69, 311–328. <https://doi.org/10.1080/03637750216544>
- Neustein, S., & Stallings, M. (2021, Outubro 12). *Does Sex Affect Sleep?* Sleep.org. <https://www.sleep.org/how-sleep-works/does-sex-affect-sleep/>
- Orenstein, P. (2016, março 19). When did porn become sex ed? *The New York Times*. Retirado de <http://www.nytimes.com>
- Owens, E.W., Behun, R.J., Manning, J.C., & Reid, R.C. (2012). The Impact of Internet Pornography on Adolescents: A Review of the Research. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 19:1-2, 99-122. <https://doi.org/10.1080/10720162.2012.660431>
- Oxford University Press (2005). Oxford Dictionary of the Christian Church, article Original Sin.
- Paul, P. (2005). *Pornified: How pornography is transforming our lives, our relationships, and our families*. New York: Times Books.
- Perrin, P., Madanat, H., Barnes, M., Carolan, A., Clark, R., Ivins, N. ... Williams, P. (2008). Health Education's Role in Framing Pornography as a Public Health Issue: Local and National Strategies with International Implications. *Global Health Promotion*, 1(15): 11–18. <https://doi.org/10.1177/1025382307088093>
- Peter, J., & Valkenburg, P. (2006). Adolescents' exposure to sexually explicit material on the Internet. *Communication Research*, 33(2), 178–204. <http://dx.doi.org/10.1177/0093650205285369>
- Peter, J., & Valkenburg, P. M. (2007). Adolescents' exposure to a sexualized media environment and notions of women as sex objects. *Sex Roles*, 56, 381–395. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-9176-y>

- Peter, J., & Valkenburg, P. (2008a). Adolescents' exposure to sexually explicit Internet material and sexual preoccupation: A three-wave panel study. *Media Psychology*, 11(2), 207–234. <http://dx.doi.org/10.1080/15213260801994238>
- Peter, J., & Valkenburg, P. (2008b). Adolescents' exposure to sexually explicit Internet material, sexual uncertainty, and attitudes toward uncommitted sexual exploration: Is there a link? *Communication Research*, 35(5), 579–601. <http://dx.doi.org/10.1177/0093650208321754>
- Peter, J., & Valkenburg, P. (2009a). Adolescents' exposure to sexually explicit Internet material and notions of women as sex objects: Assessing causality and underlying processes. *Journal of Communication*, 59(3), 407–433. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2009.01422.x>
- Peter, J., & Valkenburg, P. (2009b). Adolescents' exposure to sexually explicit Internet material and sexual satisfaction: A longitudinal study. *Human Communication Research*, 35(2), 171–194. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2958.2009.01343.x>
- Peter, J., & Valkenburg, P. (2010a). *Adolescents' use of sexually explicit internet material and sexual uncertainty: The role of involvement and gender*. *Communication Monographs*, 77(3), 357–375. <http://dx.doi.org/10.1080/03637751.2010.498791>
- Peter, J., & Valkenburg, P. (2010b). Processes underlying the effects of adolescents' use of sexually explicit Internet material: The role of perceived realism. *Communication Research*, 37(3), 375–399. <http://dx.doi.org/10.1177/0093650210362464>
- Philaretou, A. G., Mahfouz, A. Y., & Allen, K. R. (2005). Use of internet pornography and men's well-being. *International Journal of Men's Health*, 4(2), 149–169. <https://doi.org/10.3149/jmh.0402.149>
- Pluhar, E. I., Dilorio, C. K., & Mccarty, F. (2008). Correlates of sexuality communication among mothers and 6–12-year-old children. *Child: Care, Health and Development*, 34, 283–290. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2007.00807.x>
- Pornhub Insights. (2019). *The 2019 year in review*. Retirado de <https://www.pornhub.com/insights/2019-year-in-review>

- Portugal, S. (2006). *Novas famílias, modos antigos: as redes sociais na produção de bem-estar*. [Tese de doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia das Desigualdades Sociais e da Reprodução Social. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/480>
- Prinstein, M., Meade, C., & Cohen, G. (2003). Adolescent Oral Sex, Peer Popularity, and Perceptions of Best Friends' Sexual Behaviour. *Journal of Pediatric Psychology* 28(4): 243– 249.
- Pylypa J., (1998). Power and Bodily Practice: Applying the Work of Foucault to an Anthropology of the Body. *Arizona Anthropologist* 13(0): 21-36.
- Racy, G. (2011). Profanções - O Erótico no Ocidente. *Humanidades em diálogo*, 4(1), 93-106. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2011.106190>
- Ralph, L. J., Berglas, N. F., Schwartz, S. L., & Brindis, C. D. (2011). Finding teens in TheirSpace: Using social networking sites to connect youth to sexual health services. *Sexuality Research & Social Policy*, 8, 38–49. <https://doi.org/10.1007/s13178-011-0043-4>
- Ramlagun, P. (2012). “Don’t call me weird, but I normally watch porn” – Girls, sexuality and porn. *Agenda*, 26, 31–37. <https://doi.org/10.1080/10130950.2012.716652>
- Reid, R.C., Li, D.S., Gilliland, R., Stein, J.A., & Fong, T. (2011). Reliability, validity, and psychometric development of the Pornography Consumption Inventory in a sample of hypersexual men. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 37(5), 359–385. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2011.607047>
- Richardson, R. A. (2004). Early adolescence talking points: Questions that middle school students want to ask their parents. *Family Relations*, 53(1), 87–94.
- Rogala, C., & Tyden, T. (2003). Does pornography influence young women’s sexual behavior? *Women’s Health Issues: official publication of the Jacobs Institute of Women’s Health*, 13(1), 39–43. [https://doi.org/10.1016/s1049-3867\(02\)00174-3](https://doi.org/10.1016/s1049-3867(02)00174-3)
- Rose, N. (1990). *Governing the Soul: Technologies of Human Subjectivity*. London: Routledge & Kegan Paul

- Sabina, C., Wolak, J. & Finkelhor, D. (2008). The nature and dynamics of Internet pornography exposure for youth. *CyberPsychology & Behavior*, 11, 691–693. <https://doi.org/10.1089/cpb.2007.0179>
- Sanarmed (2021). *O sistema de recompensa e a dependência química: drogas de abuso*. Acesso em abril 15, 2022. <https://www.sanarmed.com/o-sistema-de-recompensa-e-a-dependencia-quimica-drogas-de-abuso-colunistas>
- Schussler, A-E. (2016). Pornography as a Biopolitical Phenomenon. *Postmodern Openings*, 7(2), 25-41. <http://dx.doi.org/10.18662/po/2016.0702.03>
- Ševčíková, A., Šerek, J., Macháčková, H., & Šmahel, D. (2013). The extent matters: Exposure to sexual material among Czech adolescents. *Journal of Early Adolescence*, 33(8):1048-1071. <https://doi.org/10.1177/0272431613483004>
- Ševčíková, A., & Daneback, K. (2014). Online pornography use in adolescence: Age and gender differences. *European Journal of Developmental Psychology*. 11. 674-686. <https://doi.org/10.1080/17405629.2014.926808>.
- Sheridan, A. (1980). *Michel Foucault: The Will to Truth* (1st ed.). Tavistock Publications in association with Methuen, Inc.
- Silva, C.J., & Alves, H.C. (2006). Ciência do sexo e arte erótica: a sexualidade na “vontade de saber” de Michel Foucault. *SEMOC – Semana de Mobilização Científica. Universidade Católica do Salvador*. Disponível em <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/2589>
- Simon, L. & Daneback, K. (2013) Adolescents’ Use of the Internet for Sex Education: A Thematic and Critical Review of the Literature. *International Journal of Sexual Health*, 25:4, 305-319. <https://doi.org/10.1080/19317611.2013.823899>
- Sonntag, M. (1988). *Die Seele als Politikum. Psychologie und die Produktion des Individuums*. Berlin: Dietrich Riemer.
- Statista. (2021). *Most popular websites worldwide as of November 2021, by total visits*. Acesso em março 20, 2022. Retirado de <https://www.statista.com/statistics/1201880/most-visited-websites-worldwide/>

- Steele, J. R. (1999). Teenage sexuality and media practice: Factoring in the influences of family, friends, and school. *Journal of Sex Research*, 36, 331–341. <https://doi.org/10.1080/00224499909552005>
- Strasser, E. (2011). *Selbstbefriedigungsakzeptanz und -verhalten bei Studierenden in Wien* (diploma thesis). Universität Wien, Wien. Retirado de <http://othes.univie.ac.at/13935/>.
- Štulhofer, A., Buško, V., & Landripet, I. (2010). Pornography, sexual socialization, and satisfaction among young men. *Archives of Sexual Behavior*, 39, 168–178. <https://doi.org/10.1007/s10508-008-9387-0>
- Svedin, C.G., Akerman I., & Priebe G. (2011). Frequent users of pornography. A population based epidemiological study of Swedish male adolescents. *Journal of Adolescence*, 34(4):779-88. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2010.04.010>.
- Swain, C. R., Ackerman, L. K., & Ackerman, M. A. (2006). The influence of individual characteristics and contraceptive beliefs on parent-teen sexual communications: a structural model. *The Journal of adolescent health: official publication of the Society for Adolescent Medicine*, 38(6), 753.e9–753.e7.53E18. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2005.08.015>
- Taylor, C. (2009). Pornographic Confessions? Sex Work and Scientia Sexualis in Foucault and Linda Williams. *Foucault Studies*, (7), 18-44. <https://doi.org/10.22439/fs.v0i7.2635>.
- Throstle, L. C. (1993). Pornography as a source of sex information for university students: Some consistent findings. *Psychological Reports*, 72, 407–412. <https://doi.org/10.2466/pr0.1993.72.2.407>
- Throstle, L. C. (2003). Overrating pornography as a source of sex information for university students: Additional consistent findings. *Psychological Reports*, 92, 143–150. <https://doi.org/10.2466/pr0.2003.92.1.143>
- Tjaden, P.G. (1988). Pornography and Sex Education. *Journal of Sex Research* 24 (1):208–212. <https://doi.org/10.1080/00224498809551413>

- Tolman, D. L., & McClelland, S. I. (2011). Normative sexuality development in adolescence: A decade in review, 2000–2009. *Journal of Research on Adolescence*, 21, 242–255. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2010.00726.x>
- Tsitsika, A., Critselis, E., Kormas, D., Konstantoulaki, E., Constantopoulos, A., & Kafetzis, D. (2009). Adolescent pornographic Internet site use: A multivariate regression analysis of the predictive factors of use and psychosocial implications. *CyberPsychology and Behavior*, 12(5), 545–550. <https://doi.org/10.1089/cpb.2008.0346>
- Tydén, T., & Rogala, C. (2004). Sexual Behaviour among Young Men in Sweden and the Impact of Pornography. *International Journal of STDs and AIDS*, 15(9): 590–593. <https://doi.org/10.1258/0956462041724299>
- UN. (1999). *Key actions for the further implementation of the Programme of Action of the International Conference on Population and Development*. New York: United Nations; (A/RES/S-21/2).
- Van Krieken, R. (1990). The organization of the soul: Elias and Foucault on discipline and the self. *European Journal of Sociology*, 31(2), 353-371. <https://doi.org/10.1017/S000397560000610X>
- Vahle, M., & Santos, E.M. (2014). Entre Freud e Foucault: confissão e sexualidade. *Clínica & Cultura*, 3, 1: 3-16.
- Valkenburg, P. M., & Peter, J. (2008). Adolescents' identity experiments on the Internet. *Communications Research*, 35, 208–231. <https://doi.org/10.1177/1461444805052282>
- Vogels, E.A., & O'Sullivan, L.F. (2018) Porn, Peers, and Performing Oral Sex: The Mediating Role of Peer Norms on Pornography's Influence Regarding Oral Sex. *Media Psychology*, 21:4, 669-699. <https://doi.org/10.1080/15213269.2018.1483249>
- Voon, V., Mole T. B., Banca, P., Porter, L., Morris, L., Mitchell, S., ... Irvine, M. (2014) Neural Correlates of Sexual Cue Reactivity in Individuals with and without Compulsive Sexual Behaviours. *PLoS ONE*, 9(7): e102419. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0102419>

- Walker, B. (2001). The Internal Triangle: Self, Peers and Society in Boys' Identity Formation with Implications for Sexual Health Education. *Sex Education* 1(2): 123–135.
- Wallmyr, G., & Welin, C. (2006). Young People, Pornography, And Sexuality: Sources And Attitudes. *The Journal of School Nursing*, 22(5), 290–295. <https://doi.org/10.1177/10598405060220050801>
- Watson, M. A., & Smith, R. D. (2012). Positive Porn: Educational, Medical, and Clinical Uses. *American Journal of Sexuality Education*, 7: 122-145. <https://doi.org/10.1080/15546128.2012.680861>
- Wéry, A., & Billieux, J. (2016). Online sexual activities: An exploratory study of problematic and non-problematic usage patterns in samples of men. *Computers in Human Behavior*, 56, 257–266. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.11.046>
- WHO. (2010). *WHO laboratory manual for the examination and processing of human semen* (5th ed.). Geneva: Author.
- WHO Regional Office for Europe and BZgA. (2010). *Standards for Sexuality Education in Europe. A Framework for Policy Makers, Educational and Health Authorities and Specialists*. Cologne: Federal Centre for Health Education, BZgA.
- Wight, D. & Henderson, M. (2004). The Diversity of Young People's Heterosexual Behaviour. Young people and sexual health: individual, social and policy, in M Duffy and E Burney (eds.). *Young People and Sexual Health: Social, Political, and Individual Contexts*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Willoughby, B. J., Carroll, J. S., Busby, D. M., & Brown, C. C. (2016). Differences in pornography use among couples: Associations with satisfaction, stability, and relationship processes. *Archives of Sexual Behavior*, 45, 145–158. <https://doi.org/10.1007/s10508-015-0562-9>
- Wilson, E. K., Dalberth, B. T., Koo, H. P., & Gard, J. C. (2010). Parents' perspectives on talking to preteenage children about sex. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 42, 56–63. <https://doi.org/10.1363/4205610>

- Wolak, J., Mitchell, K., & Finkelhor, D. (2007). Unwanted and wanted exposure to online pornography in a national sample of youth Internet users. *Pediatrics*, *119*, 247–257. <https://doi.org/10.1542/peds.2006-1891>
- Wolf, N. (2003). The Porn Myth: In the End, Porn Doesn't Whet Men's Appetites – It Turns Them Off the Real Thing. *New York Magazine*. Acesso em Março 5, 2022. http://nymag.com/nymetro/news/trends/n_9437/index1.htm
- Wright, P. J. (2011). Mass media effects on youth sexual behavior: Assessing the claim for causality. *Communication Yearbook*, *35*, 343–386. <https://doi.org/10.1080/23808985.2011.11679121>
- Wright, P. J. (2013). U.S. males and pornography, 1973–2010: Consumption, predictors, correlates. *Journal of Sex Research*, *50*(1), 60–71. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2011.628132>
- Wright, P. J., Tokunaga, R. S., & Kraus, A. (2016). Consumption of pornography, perceived peer norms, and condomless sex. *Health Communication*, *31*, 954–963. <https://doi.org/10.1080/10410236.2015.1022936>
- Wright, P. J., & Vangeel, L. (2019). Pornography, permissiveness, and sex differences: An evaluation of social learning and evolutionary explanations. *Personality and Individual Differences*, *143*, 128–138. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2019.02.019>
- Ybarra, M. L., & Mitchell, K. J. (2005). Exposure to Internet pornography among children and adolescents: A national survey. *CyberPsychology and Behavior*, *8*, 473–486. <https://doi.org/10.1089/cpb.2005.8.473>
- Zimmer, F., and Imhoff, R. (2020). Abstinence from masturbation and hypersexuality. *Arch. Sex. Behav.* *49*, 1333–1343. <https://doi.org/10.1007/s10508-019-01623-8>